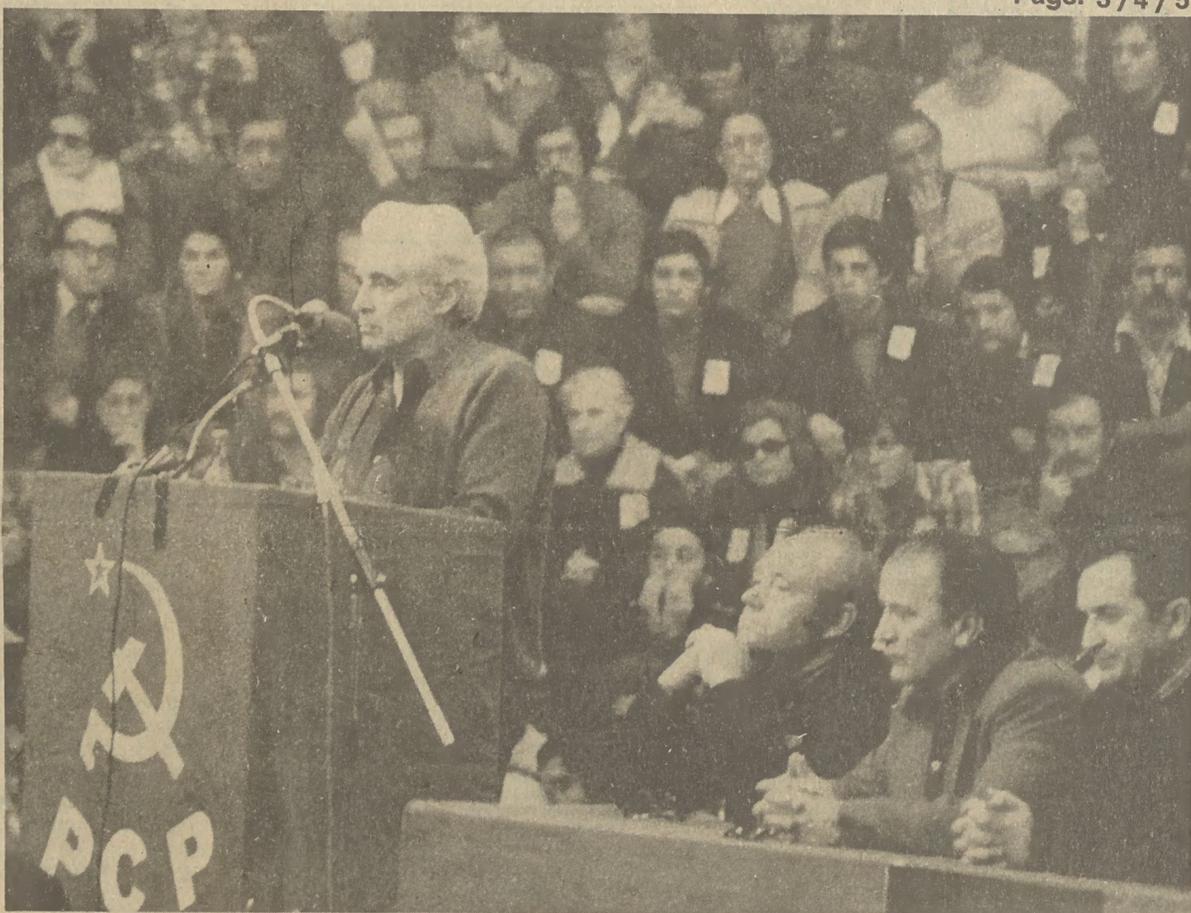


POR UMA SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E PATRIÓTICA PARA A CRISE

Perante milhares de pessoas, num Pavilhão dos Desportos a deitar por fora, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, pronunciou um importante discurso em que define a posição dos comunistas portugueses na actual situação política

Págs. 3/4/5



Uma camarada
da Madeira
traz ao Partido
14 novos militantes



Pág. 6

COMÍCIO NO PORTO COM ÁLVARO CUNHAL

O camarada Álvaro Cunhal estará presente e usará da palavra, juntamente com outros dirigentes do Partido, num grande comício a realizar no domingo, às 16 h., no Palácio de Cristal do Porto.

A anteceder as intervenções haverá uma sessão de Canto Livre com a participação de José Jorge Letria, Luís Viegas e Conjunto 1.º de Maio.



I Congresso do MPLA - Partido do Trabalho

ANGOLA: HOJE MAIS FIRME TRINCHEIRA DA REVOLUÇÃO

Discurso de Sérgio Vilarigues no Congresso e crónica do nosso enviado especial Ruben de Carvalho

O camarada Sérgio Vilarigues entregou ao camarada Agostinho Neto a oferta do PCP ao I Congresso do MPLA-Partido do Trabalho: emoldurado numa placa metálica, um punhado de trigo das terras da Reforma Agrária



SERVIR AS POPULAÇÕES
E CONTRIBUIR
PARA O PROGRESSO
DAS SUAS TERRAS

Pág. 12

Pág. 9

Editorial

UNIDADE AINDA E SEMPRE

Pela primeira vez em Portugal democrático saído do 25 de Abril de 74 um governo foi derrubado pelo voto parlamentar.

Em circunstâncias normais o facto em si não seria grave nem preocupante. O nosso sistema político, regido pela Constituição mais democrática da Europa capitalista, prevê esta emergência e dispõe dos mecanismos institucionais apropriados para a resolver.

A queda do governo PS não é nenhum cataclismo político nem a sua substituição um salto no abismo. Mas acontece que as circunstâncias anormais da sua derrota parlamentar levantam sérios problemas à vida do país e são, por outro lado, a consequência lógica de toda uma política profundamente errada de que é urgente tirar todas as lições e experiências.

A direita reacçãoária tem tentado explorar a seu favor a crise do poder. Interessada na desestabilização política e social intenta complicar as coisas simples, procura semear a desconfiança nas instituições democráticas, minar a confiança do povo nas suas próprias forças, jogar com as dificuldades reais do momento presente para obstar a uma solução democrática da crise.

O grave da questão é que o governo há dez dias derrotado na Assembleia da República, ainda que minoritário e sozinho, era o governo de um grande partido da esquerda - o PS - que foi também o mais votado nas eleições legislativas de 1976.

Importância para a compreensão correcta da hora que passa e para o esclarecimento político dos caminhos que conduzirão à saída da crise.

O PCP tem afirmado e reafirma que o governo PS caiu vítima da sua própria política e das suas alianças à direita.

Não foram os votos contra o PCP que derrotaram o governo do PS mas a sua obstinação numa política e numa fórmula de governo que se tornou numa barreira intransponível para os esforços e diligências unitárias dos comunistas.

As propostas políticas do PCP não encontraram da parte do governo do PS e dos dirigentes socialistas o acolhimento necessário.

Aos que hoje criticam o PCP por não ter votado a favor do governo do PS respondeu Álvaro Cunhal no seu discurso de anteontem no Pavilhão dos Desportos:

Da parte do governo e da direcção do PS não houve interesse real em se entender com o PCP. O governo e o PS recusaram qualquer acordo, entendimento ou compromisso concreto com o nosso Partido.

Nestas condições o PCP não podia dar a sua confiança ao governo não podia assinar um cheque em branco, não podia tomar outra atitude que não fosse votar contra a moção de confiança.

O voto contra do PPD e do CDS insere-se nas suas tentativas desesperadas para se assenhorearem das alavancas do poder e tem claramente outra leitura. É principalmente esclarecedor o facto de um e outro destes partidos preconizarem o Isolamento do PCP, o seu afastamento das soluções da crise.

Há evidentemente nestes partidos da direita gente que não perilha as ideias golpistas e extremamente reacçãoárias de um Sá Carneiro ou as de um Freitas do Amaral, um e outro abertamente ao serviço do grande capital e do Imperialismo.

Mas a legitimidade democrática do PCP não vem do reconhecimento ou não reconhecimento dos partidos reacçãoários. A legitimidade democrática do PCP vem da sua profunda ligação às massas populares, do apoio crescente que a sua política encontra da parte dos trabalhadores, do seu empenhamento em encontrar com outras forças patrióticas o caminho para a saída da crise, para a verdadeira recuperação económica do país, para a defesa e reforço da nossa independência nacional.

A votação contra a moção de confiança do PS da parte do PCP é ainda um passo necessário para um acordo com os socialistas e outras forças patrióticas na busca de uma alternativa democrática para a crise actual.

Para o PCP uma plataforma para uma alternativa democrática deverá assentar no rigoroso respeito pela Constituição, pelas instituições democráticas e os órgãos de soberania, na manutenção dos limites entre as formações económicas diversificadas, no respeito pelas liberdades democráticas, pelos direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos.

É tudo isto que cimta a legitimidade democrática do PCP e que lhe dá autoridade para, com outras forças sociais interessadas em salvar o país da bancarrota, encontrar o caminho para uma saída democrática da crise.

O facto de a posição dos dirigentes socialistas ter impossibilitado um entendimento e provocado a queda do Governo, longe porém de afastar a necessidade de um entendimento entre as forças de esquerda e nomeadamente entre comunistas e socialistas, reforça tal necessidade, tornada imperativa face às manobras, pressões e ambições de uma direita que tudo faz para aproveitar a crise para assaltar e conquistar o poder e destruir a democracia.

As hesitações e contradições dos dirigentes do PS face ao estabelecimento de acordos lançam sobre os ombros de todos os democratas, de todos os portugueses interessados em defender a Constituição e todas as conquistas de Abril a grande responsabilidade de alargarem a todos os níveis o esforço para cimentar e concretizar essa unidade. A todos os níveis de facto: nas empresas, nos campos, nas escolas, em todos os sectores da vida nacional os trabalhadores, a classe operária, os camponeses, empregados, intelectuais, jovens, mulheres têm de realizar um grande trabalho para estabelecer a unidade a que os dirigentes socialistas se furtam mas que os interesses nacionais exigem.

Tal como o estabelecimento de acordos a nível da política governamental não dispensa - bem pelo contrário requer - o entendimento e colaboração de todos os democratas a outros níveis, as dificuldades criadas pelo governo demissionário não tornam impossíveis e muito menos inúteis os esforços para a frutuosa junção de esforços ao nível das massas.

Essas dificuldades tornam-no mesmo - repita-se e sublinhe-se - uma imperiosa e urgente necessidade, uma tarefa prioritária para os comunistas e para todos os outros democratas.

No quadro complexo e difícil que hoje caracteriza a situação da democracia portuguesa, as manobras das forças da direita reencontram o seu aliado de sempre, o amigo fiel que desde sempre tem proporcionado aos reacçãoários ajudas inestimáveis: o radicalismo esquerdista, o verbalismo aventureirista e provocatório dos grupelhos pequeno-burgueses.

Não é evidentemente casual que num período em que PSD/PPD e CDS sobem o tom das suas ameaças e se desmascaram nos seus objectivos anticonstitucionais e antidemocráticos, numa altura em que a extrema-direita conspira, provoca, pressiona, se assista a um crescendo da actividade dos grupúsculos remetidos já à nulidade da sua expressão de massas, mas que completam agora as manobras reacçãoárias explorando entre as massas populares o descontentamento contra os resultados da política de cedências e de recuperação capitalista seguida pelo governo demissionário.

Palavras de ordem aventureiras e provocatórias acompanham a par e passo o anticomunismo feroz da direita com o anticomunismo esquerdista.

As imperiosas necessidades do fortalecimento da unidade não podem em nenhuma circunstância levar os trabalhadores, todos os democratas a confundirem com elementos cujo contributo à defesa da democracia se impõe mobilizar os agentes permanentes do divisionismo, da provocação, da desorganização e do anticomunismo. A acção dos grupelhos esquerdistas tem de ser combatida com a mesma energia que é requerida para o fortalecimento e alargamento de uma ampla frente que se oponha às manobras e projectos da reacção e assegure a defesa de Portugal democrático e independente.

Sem sectarismos mas com firmeza, sabendo distinguir em cada etapa quem são os agentes provocadores e quem são os trabalhadores confundidos pelo verbalismo esquerdista, o combate ideológico e orgânico ao berreiro provocatório de tais grupúsculos é uma tarefa exigida pelos interesses do povo português.



Os Comunistas na Assembleia da República

Antes e depois da queda

A primeira sessão plenária da Assembleia da República após a queda do Governo de Mário Soares dedicou todo o seu período da ordem do dia à discussão da ratificação solicitada pelo PPD/PSD sobre o decreto que criou o ensino superior de curta duração, discussão essa que não ficou concluída.

Entretanto, no período de antes da ordem do dia o deputado do PCP, Sousa Marques levou a S. Bento os graves problemas que afectam o mundo dos trabalhadores do circo. Diria o deputado comunista após ter citado um ofício de trabalhadores de circo, no qual a dura realidade que abrange os trabalhadores do sector é descrita em palavras simples de quem deseja que "Abril floresça, sem desânimos, para todos os trabalhadores do circo".

Há para cima de 600 trabalhadores a labutar no circo. Quantos trabalham o ano inteiro? Quantos se vêem obrigados a procurar outro emprego no inverno ou a sobreviverem mal com o pouco que amealharam no verão? Os meios de Comunicação Social, muito particularmente a televisão estilizada, podem e devem ser um meio mais para resolver este problema.

Por outro lado - prosseguiu Sousa Marques - não existe uma Escola de Circo. E ela deve ser criada, porque nós entendemos que circo é festa, é divertimento, é o maravilhoso a inundar os olhos das crianças, mas é também e sobretudo cultura e arte.

E a finalizar a sua intervenção, acentuou Sousa Marques: O artista de circo tem todos os direitos de quem trabalha. São estes direitos que devem ser reconhecidos e garantidos. Se o não forem o circo verdadeiro poderá desaparecer e a sua linguagem universal não poderá sobreviver.

DISPUTA ENTRE O PS E O PPD

Entretanto, as sessões plenárias da Assembleia da República realizadas da última semana de Novembro foram vividas na expectativa de debate sobre a moção de confiança que o Governo acabou por apresentar à Assembleia da República, no dia 30 de Novembro.

Nesse mesmo dia, o plenário da Assembleia da República viria a ser cenário de uma disputa acalorada entre as bancadas do PS e do PPD, em que foram principais protagonistas Carlos Lage (PS) e Sêrvulo Correia (PPD).

O motivo desta disputa que ocupou grande parte do período de antes da ordem do dia residiu numa intervenção de um deputado do PPD que acusou o Governo de dominar os órgãos de Comunicação Social estilizados.

Convém salientar que Carlos Lage acusou o PPD de não ser, de forma nenhuma o partido dos trabalhadores das cidades, dos operários, da gente esclarecida das cidades, mas é sem dúvida nenhuma o partido do médio comerciante, do especulador, do caciquismo e das estruturas feudais do Poder que vem de antes do 25 de Abril. É também o partido da burguesia que viu os seus privilégios perdidos, o partido da direita tradicional, do ultramontanismo, do liberalismo apenas aparente, um partido que cada vez mais se vai revelando, tal como é, ameaçador para a própria democracia.

PPD quer restringir direito à greve na Região Autónoma da Madeira

Grave foi a denúncia feita pelo deputado do PCP Jorge Leite. É o caso que o PPD apresentou, à Assembleia Regional da Madeira, um projecto de lei insolitamente designado por "Regulamentação da lei da Greve".

Na sua intervenção, Jorge Leite recordou a actividade desenvolvida pelo PPD na Assembleia da República, aquando da discussão e votação da Lei da Greve, com vistas a restringir drasticamente essa conquista e esse direito dos trabalhadores portugueses.

Classificando a iniciativa legislativa do PPD como um desafio e uma afronta, Jorge Leite acusou-a de ser claramente incons-

titucional e acentuou: Em resumo: o PPD/PSD prepara-se para restringir na Madeira o direito à greve e rever assim uma lei aprovada na Assembleia da República. Bem se pode concluir que, em matéria de revisão, o PSD vai fazendo o que pode...

Anteriormente, Jorge Leite tinha revelado que o PPD, no seu projecto, abre o caminho para limitar e reprimir na Madeira a actuação dos piquetes de greve, para alargar as possibilidades de substituição dos trabalhadores em greve, para desencadear os mecanismos da requisição e da mobilização.

A actividade do MEIC à luz da Constituição

A actuação do MEIC em domínios fundamentais do sector educacional do País foi o tema central da intervenção proferida no período de antes da ordem do dia pela deputada do PCP Zita Seabra.

Invocando diversos preceitos constitucionais, a deputada do PCP demonstrou a ignorância por parte do MEIC desses preceitos.

Ilustrando as suas considerações, Zita Seabra socorreu-se do problema do analfabetismo acusou o MEIC de, até ao momento, nada ter feito para liquidar essa chaga da nossa sociedade. Entretanto, e conforme salientou, o MEIC mantém milhares de professores primários no desemprego.

Zita Seabra acentuou que esse mal tem sido minorado graças às inúmeras iniciativas de autarquias locais, organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, organizações sindicais e estudantis. No entanto, acusou o MEIC de nem sequer ter demonstrado até ao momento que apoio pode fomentar essas iniciativas.

Também a política do MEIC relativamente ao ensino pré-primário foi criticada pela deputada do PCP, bem como a questão da escolaridade obrigatória.

Noutro passo da sua intervenção, Zita Seabra acusou o MEIC de, contrariamente ao que dispõe a Constituição, ter vindo a actuar no sentido da manutenção de privilégios, no sentido da manutenção de um ensino elitista.

Zita Seabra debruçou-se ainda sobre os graves problemas que afectam o ensino superior e referiu-se, de modo particular, à política seguida pelo MEIC no capítulo da colocação de professores.

Entrada em vigor da lei das Autarquias

A entrada em vigor da Lei das Atribuições das Autarquias e Competência dos seus órgãos foi o tema para uma intervenção do deputado Marques Pedrosa, do Grupo Parlamentar do PCP. Definindo-a como um marco fundamental na instituição do novo sistema democrático de administração local, Marques Pedrosa recordou no entanto alguns aspectos negativos da lei agora em vigor.

Apesar de tudo - disse o deputado do PCP - as medidas e soluções que agora entram em vigor, representam uma significativa alteração na situação vigente. A sua aprovação, embora não totalmente, corresponde, no fundamental, às repetidas exigências de centenas de órgãos do poder local.

Noutro passo da sua intervenção, Marques Pedrosa defendeu que a lei agora em vigor deve ser complementada com outras medidas e referiu-se particularmente à instituição das Regiões Administrativas, assunto sobre o qual existe pendente na Assembleia da República um projecto apresentado em 15 de Junho pelo Grupo Parlamentar do PCP.

A criação das Regiões - afirmou na altura Marques Pedrosa - é essencial à construção do Estado Democrático porque sem elas não está completo o edifício institucional previsto na Constituição.

Anteriormente, o deputado comunista tinha afirmado que a criação e instituição das Regiões era um passo fundamental para a unidade nacional, para a representatividade dos órgãos locais e para a autonomia municipal.

"A vida mostrará que aqueles, que apoiaram Eanes contra Pinheiro de Azevedo, como antes haviam apoiado Pinheiro de Azevedo contra Costa Gomes e Costa Gomes contra Vasco Gonçalves, apoiarão um dia um general X contra Eanes, se, como esperamos, o novo Presidente cumprir

"Tem de ser progressivamente esclarecida a posição do PSD em relação ao Presidente da República. Parece cada vez mais claro que o Presidente da República se movimenta na cena da pequena política não sabendo, não podendo ou não querendo elevar-se ao nível do Estado.

Essa actuação tem como consequência o Presidente da República aparecer como o "Costa Gomes" do PS ou de uma clique presidencialista. Mas saberá o Presidente da República o que

o compromisso assumido perante o Povo português. Mostrará também que será o povo a apoiá-lo nas atitudes e medidas que venha a tomar em defesa das liberdades e para a construção da democracia no caminho do socialismo".

(Álvaro Cunhal, "A Revolução Portuguesa - O Passado e o Futuro", Relatório ao VIII Congresso do PCP, pág. 210, Novembro de 1976).

quer e o que vai fazer? É duvidoso que saiba sequer o que são as outras soluções constitucionais de que fala no final do discurso. Nem ele nem o PS são capazes de fazer História nem sequer agir a nível do Estado. Essa é a nossa missão fundamental. É necessário ir desde já pensando, falando, na revisão da Constituição e eleição do novo Presidente da República.

(Declaração de voto de Sá Carneiro na reunião da Comissão Política Nacional do PSD em 3 de Novembro de 1977).

Representantes do PCP nos Conselhos de Informação

O Grupo Parlamentar do PCP comunicou já ao Presidente da Assembleia da República a composição da representação do PCP nos diversos Conselhos de Informação. São os seguintes esses representantes:

- Rádiodifusão Portuguesa, EP - António Araújo Moreira, Helena Neves, João Alferes Gonçalves e João Paulo Guerra. Radiotelevisão Portuguesa, EP - Alberto Vilaverde Cabral, António Barga, Lino Lima e Rui Pedro. Imprensa - Abel Costa, Fernando Correia, Luis de Barros e Vítor Dias. ANOP, EP - Albano Lima, Jorge de Lemos, Pedro Serra e Vítor Neto

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! Propriedade Partido Comunista Português Av. António Serpa, 26-2.º Dt. - Lisboa 1. Tel.: 769896/7. Administração Editorial Avante, SARL Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - Lisboa 1. Tel.: 769744/769751. Direcção e Redacção Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt. - Lisboa 1 - Tel.: 769725/769722. Distribuição CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa 1. Tel.: 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa 1. Tel.: 769705. Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sôculo, 80 - Lisboa 2, Tel.: 372239. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel.: 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel.: 310441. Centro Distribuidor do Centro: Torrão da Enva, 6 - Coimbra, Tel.: 28394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel.: 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel.: 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baião, 13 - Évora. Tel.: 25361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel.: 24417. Assinaturas CDL, Departamento de Venda Directa Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa 1, tel.: 763701. Publicidade Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A - Lisboa 1, tel.: 41787. Composto e Impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora. Tiragem média do mês de Novembro: 83 977

1978 almanaque agenda popular Para a sua oferta de Natal 15 temas políticos da actualidade nacional MAIS DE 300 ASSUNTOS MAIS DE 300 FOTOGRAFIAS passatempos * informações úteis À venda brevemente UM ALMANAQUE A CONSULTAR DIA-A-DIA 240 páginas - 95\$00

MILHARES DE PESSOAS NO PAVILHÃO DE DESPORTOS

Pouco passava das 23 horas quando, ao som da Portuguesa vibrantemente cantada pelos milhares e milhares de pessoas que encheram por completo o estreito recinto que há muito é o Pavilhão dos Desportos para as realizações do Partido Comunista Português, foi encerrado o comício em que tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal.

Comício apenas anunciado, sem quaisquer formas de propaganda habituais em realizações deste tipo, este contou com a presença calorosa de tantos militantes e simpatizantes comunistas, de tantos democratas e antifascistas que não couberam na sala. Já meia hora antes do momento previsto para o início da sessão aquela se achava repleta e, nos mecos de transporte que aquela hora circulavam normalmente vazios, podia ver-se um entusiasmo novo nos passageiros que desciam nas paragens perto do Pavilhão. E lá subiam a ladeira, comprindo-se às portas por onde, ordenadamente, iam entrando. Muitos milhares de pessoas que não quiseram deixar de apreciar, através do

discurso do Secretário Geral do PCP, a posição do Partido sobre a situação política actual. Situação de crise política que esta realização ajudou a clarificar e não a desestabilizar como alguns tentam pôr, como tantas outras, esta verdadeira sessão de esclarecimento decorreu com a tradicional disciplina que caracteriza os comunistas e os seus amigos. O lema pintado na larga faixa vermelha e verde que encimava a tribuna — «Por Uma Solução Democrática e Patriótica Para a Crise» — foi, do princípio ao fim, sentido por todos quantos assistiram.

Cerca das 21 horas começaram a actuar artistas do Canto Livre. As suas canções revolucionárias e patrióticas, muitas delas cantadas em conjunto com a assistência, anilaram os quarenta minutos de espera, antes que a composição da mesa fosse anunciada. José Manuel Osório, o grupo «Trovante» e José Jorge Letria, as suas vozes conhecidas, as suas canções que acompanham a luta, participaram neste Canto Livre.

Pelas 21,40 foi anunciada a entrada dos camaradas que

iriam presidir ao comício, vibrantemente aplaudidos de pé pelos milhares de pessoas. O secretário-geral do Partido, camaradas da Comissão Política e do Comité Central, camaradas da DORL e do grupo parlamentar do PCP tomaram os seus lugares na mesa, após o que o camarada Jaime Félix, membro do CC e da DORL, antes de dar a palavra ao camarada Álvaro Cunhal, saudou todos os presentes em nome da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Foi ouvida «A Internacional» e o «Avante, Camarada!». Dirigindo-se à assistência, o camarada Jaime Félix anunciou o objectivo de esclarecimento do comício — expor aos trabalhadores e aos democratas o pensamento do Partido Comunista Português. E afirmou:

As razões que determinam as posições e a prática política do PCP são claras e transparentes. Temos a obrigação e a necessidade de as expor, não apenas aos nossos militantes, mas a todos os democratas, a todo o nosso povo. Numa situação complexa e grave, como a que vivemos, há que ter ideias claras, os pés bem firmados na terra, e saber que existem soluções, que

nós temos soluções para os problemas que o povo português defronta.

É hoje evidente — continuou —, mesmo para muitos que ainda há pouco o não queriam ver, que sem os trabalhadores, sem os comunistas, não há solução possível para a saída do contínuo agravamento da crise e dos problemas nacionais. Mas que, com os trabalhadores (e em Portugal, hoje, quando se fala em trabalhadores tem que se falar nos comunistas), com todos os democratas e patriotas, o nosso povo terá forças e energias capazes de, num grande esforço nacional, vencer a crise, assegurar a democracia, defender a independência de Portugal.

Aclamada vibrantemente a intervenção inicial, todos os presentes escutaram em silêncio impressionante, com uma atenção que os frequentes aplausos não distraíram, as palavras que, em nome do Partido, o camarada Álvaro Cunhal proferiu depois, discurso que publicamos na íntegra.

No final, esgotadas as canções finais que saudaram o discurso, milhares de pessoas foram abandonando o Pavilhão. O outro dia era de trabalho. E também de esclarecimento.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Estamos aqui reunidos em plena crise política. Temos um governo demitido e não se sabe que governo se seguirá.

Na situação extremamente complexa em que nos encontramos, não tivemos a intenção, ao promover este comício de fazer uma sessão de propaganda. Tivemos sobretudo como objectivo prestar esclarecimentos.

Mas desde já queremos afirmar que o nosso Partido tudo fará para contribuir para uma solução democrática e que estamos confiantes em que, quaisquer que sejam os incidentes conjunturais, os saudosistas do passado fascista serão derrotados, a reacção não passará, e o povo português seguirá pelo caminho da liberdade aberto pela Revolução de Abril.

1

Significado e lições da queda do Governo

A queda do Governo PS não é apenas um acontecimento importante pelos problemas que levanta. É também um acontecimento de alto significado pelas lições e experiências que comporta.

Por força dos próprios factos, agora não há ninguém que não fale na necessidade de uma nova política e na necessidade de um novo governo.

Mas se queremos uma política e um governo para resolver os problemas nacionais, para fazer sair o país da crise profunda a que foi conduzido, para evitar a bancarrota, para assegurar o prosseguimento do regime democrático e a independência nacional, é necessário ter em conta o significado das experiências e as lições da gestão do Governo PS na continuidade do VI Governo Provisório e as razões profundas que conduziram à sua queda.

A queda do Governo não é o resultado dum mera arrumação conjuntural de votos na Assembleia da República.

A queda do Governo é o desfecho lógico e quase inevitável de toda uma política.

A queda do Governo culminou todo um longo processo de deterioração da situação económica, financeira e social.

Os erros basilares e mortais do Governo PS consistiram em aliar-se à direita e não à esquerda, colocar-se contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução, querer fazer pagar à classe operária e às classes laboriosas todo o peso das dificuldades, sacrificar a recuperação económica do país à recuperação das posições, das empresas, das terras, do dinheiro, pelo grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e pelos grandes agrários, — por aqueles mesmos que constituíam a principal base de apoio económico, financeiro e social do fascismo, por aqueles mesmos que exploraram, dominaram, tiranizaram o nosso povo durante quase meio século de ditadura, por aqueles mesmos afinal que querem liquidar o regime democrático e fazer regressar Portugal a um passado de indignidade e de terror.

Para os trabalhadores e as massas populares foi o congelamento de salários e da contratação colectiva, foi a subida vertiginosa dos preços, foi a carne a 200 escudos e o peixe a mais de 100, foi o cabaz de compras cada vez mais vazio e os pacotes de miséria cada vez mais pesados, foi o apertar do cinto, foram os despedimentos e o desemprego, foram os impostos em aumento constante enquanto para os grandes capitalistas e agrários se atribuíam centenas de milhões de contos de indemnizações, e para fascistas, administradores ao serviço do grande capital, e os próprios pides — se abriam os cordões à bolsa do Estado cujos recursos provêm do suor e dos sacrifícios de todo o povo trabalhador.

Na zona da Reforma Agrária, foram as reservas arbitrarias e ilegais, as desanexações, a lei Barreto, o uso constante de poderosas forças militarizadas, as cargas de cavalaria e os espedamentos, o arrancar violento de terras, gados e máquinas às UCPs/Cooperativas e a sua entrega aos agrários, que em muitos casos as deixam de novo abandonadas, perdendo-se o trabalho dos alqueives, perdendo-se mesmo sementeiras, resultado do trabalho abnegado e heróico ao serviço do povo e da economia nacional.

Para os rendeiros, o Governo deu o brinde da aprovação na

Assembleia da nova lei proposta pelo PPD, que arrancou a mais de 200 mil rendeiros os direitos que tinham alcançado após o 25 de Abril e os tornou de novo sujeitos às extorsões, violências e expulsão das terras por parte dos senhorios ricos.

Nas empresas intervenionadas, salvas da ruína, da falência e do encerramento pelos trabalhadores, o Governo adoptou como regra a restituição ao antigo patronato sabotador, mesmo quando este praticou os maiores fraudes e promoveu ou consentiu a ocupação violenta de empresas, a introdução de gorilas organizados em grupos de choque, os despedimentos por retaliação de delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores, a instauração dum clima de perseguições que nada fica a dever ao existente antes do 25 de Abril.

No aparelho do Estado desencadearam-se perseguições e discriminações por motivos políticos e multiplicaram-se os saneamentos à esquerda enquanto se abriam as portas às gentes do CDS e do PPD aliados de facto do governo PS sozinho.

E para procurar baldadamente convencer o povo, o governo de um partido que se afirmava o campeão do pluralismo, lançou-se à monopolização e partidização dos meios de comunicação social estatizados.

Caiu vítima da sua própria política e das suas próprias alianças.

Toda a política do Governo e a acção governativa foram prosseguidas sob o lema da necessidade da recuperação económica e financeira.

Redução dos salários reais, aumentos de preços, inflação, 1.º e 2.º pacotes, desvalorização do escudo, contra-revolução legislativa, tudo foi levado a cabo invocando-se a necessidade urgente de diminuir radicalmente os défices das balanças comercial e de pagamentos, de diminuir importações, aumentar exportações, impedir o gasto de divisas e ouro.

Os factos mostram a completa inoperância de tal política e tais medidas, mostram que o PCP tinha plena razão quando afirmava, previa e prevenia, que a política do Governo não conduziria à solução das dificuldades, mas ao seu progressivo agravamento.

A situação que o próprio governo anunciou pouco antes da sua demissão confirmou inteiramente as nossas previsões

e prevenções porque em vez da salvação nacional, Portugal foi conduzido à beira da bancarrota.

Um Governo que aliado de facto à direita praticou uma tal política e que, até ao último instante da sua existência, afirmou ser seu propósito continuá-la, caiu e foi bem que caísse.

Duas conclusões fundamentais se impõem:

A primeira é que a queda do Governo é a expressão do fracasso da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

A segunda é que a queda do Governo é a expressão do fracasso da fórmula de Governo PS sozinho aliado de facto à direita.

Estas duas conclusões comportam duas lições:

1.ª lição: Os factos mostram que a recuperação capitalista, agrária e latifundista, uma política antioperária e antipovo não só não assegura a recuperação económica do país como conduz o país ao desastre.

Por isso é necessária e urgente uma verdadeira política de recuperação económica assente na consolidação das conquistas da Revolução, (Reforma Agrária, nacionalizações, controlo de gestão), na dinamização dos vários sectores da economia nacional tendo em conta a sua dinâmica própria, na intervenção esforçada e criadora das classes trabalhadoras.

2.ª lição: Os factos mostram que a aliança do PS com a direita, com os partidos reaccionários, as suas cedências às pressões e exigências do capital, dos agrários e seus representantes, não só empurrou a acção governativa para o desastre, como abriu caminho ao avanço da reacção e ao seu assalto ao poder.

Por isso é necessário e urgente que o PS compreenda finalmente que a aliança para a saída da crise é à esquerda e não à direita, e que uma solução constitucional e democrática, no quadro das instituições e da actual composição da Assembleia da República, passa por um entendimento de comunistas e socialistas.

É uma verdade que se impõe a sectores cada vez mais largos da população que os problemas nacionais não se resolvem contra os trabalhadores, contra as suas organizações de classe, contra os comunistas, mas com os trabalhadores e com o seu partido — o Partido Comunista Português.



2

O voto comunista

Como todos estão lembrados, a apresentação da moção de confiança foi antecedida de conversações e negociações do nosso Partido (assim como de outros partidos) com o Governo e com o PS.

Houve quem dissesse que não valia a pena sequer conversar e negociar, porque a orientação e a política do Governo e do PS mostravam não haver possibilidades de acordo.

O nosso Comité Central pensou de forma diferente. Era necessário fazer todos os esforços para se negociar uma plataforma com o PS, além do mais porque, a não fazê-lo o PCP, a recusar-se o PCP a fazê-lo, seriam inevitáveis novas concessões do Governo à reacção, novos arranjos e combinações da direita.

Procurámos pois examinar em comum com o Governo e com o PS a situação, os problemas, a possibilidade de um entendimento. Aceitámos tomar como base o «Memorando» apresentado pelo Governo. Delegações do nosso Partido encontraram-se com o Primeiro-Ministro e com delegações do Governo. Fizemos propostas concretas. Insistimos na necessidade do seu exame. Já depois do Governo ter declarado encerradas as negociações com os partidos e o seu propósito de apresentar uma moção de confiança, declaramos que pela nossa parte continuávamos abertos à negociação e a um entendimento. Mantivemos esta atitude até ao último minuto, sublinhando ao mesmo tempo que, não se chegando a um acordo, não daríamos um cheque em branco ao Governo.

Foi positivo que se tenham podido examinar problemas e se tivessem dado passos em relação a alguns. Foi positivo que a legitimidade de um acordo PCP-PS para a saída da crise se tenha inequivocamente afirmado.

Mas, da parte do Governo e da direcção do PS, não houve interesse real em se entender com o PCP. O Governo e o PS recusaram qualquer acordo, entendimento ou compromisso concreto com o nosso Partido.

Nessas condições, o PCP não podia dar a sua confiança ao Governo, não podia assinar um cheque em branco, não podia tomar outra atitude que não fosse votar contra a moção de confiança.

O Primeiro-Ministro disse depois que o Governo caiu pelo voto de uma coligação do PCP com o PPD e o CDS.

Esta afirmação não corresponde à verdade. Toda a gente sabe que o nosso Partido e os partidos reaccionários votaram por razões completamente contrárias. Nem é preciso dizer que não houve entre nós e os partidos reaccionários qualquer entendimento para atirar abaixo o Governo.

Os partidos reaccionários votaram contra a moção porque queriam assaltar o poder, queriam nomear ministros, queriam a completa capitulação do PS, queriam que fosse definida uma política não de gradual, mas de violenta e rápida destruição das conquistas da Revolução, da revisão da Constituição, da liquidação do regime democrático, da rápida restauração do poder económico e político do capital monopolista e dos latifundiários.

O PCP votou contra a moção de confiança porque considera que a política do Governo PS conduzia, embora de forma mais lenta, precisamente aos mesmos resultados pretendidos pela reacção.

O sr. Primeiro-Ministro disse também no seu discurso do dia 11 que não teria caído se tivesse feito algum gesto ou alguma concessão, prometendo um Ministério ou uma Secretaria de Estado, porque, como disse, era disso que se tratava.

Talvez fosse disso que se tratasse, em relação ao PPD e em relação ao CDS, mas não em relação ao PCP.

Nas discussões e negociações com o Governo, nunca o PCP levantou sequer a questão de lhe ser atribuído no Governo qualquer Ministério ou qualquer Secretaria de Estado, pois nisso não estávamos interessados.

O que propusemos foi coisa bem diferente: foram acordos concretos acerca dum política que permitisse defender os interesses dos trabalhadores, as conquistas da revolução,

o regime democrático e a independência nacional.

Foi por um tal acordo que o Governo e o PS não manifestaram interesse.

Em torno do voto do PCP duas ideias têm sido adiantadas por diversos sectores.

Dizem uns que o PCP em nenhuma condição deveria votar a moção de confiança porque o Governo PS e os dirigentes do PS já não têm emenda nem consento e que, mesmo chegando a um compromisso, depois não o cumpririam.

Consideramos que esta opinião não é correcta.

Se o nosso Partido seguisse tal orientação excluiria qualquer possibilidade dum alternativa democrática no quadro das instituições e da actual arrumação e correlação de forças políticas. Se se tivesse chegado a um acordo, isso não resolveria tudo, certamente, mas seria um passo determinante para abrir a possibilidade dum saída para a crise, dum alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual.

Em posição inversa, dizem outros, que, mesmo sem qualquer acordo ou garantia, o PCP deveria ter votado a favor da moção, porque isso afastaria o perigo dum alternativa de direita e criaria condições favoráveis para uma ulterior aproximação e entendimento entre o PS e o PCP.

Também esta opinião não é correcta.

Nós perguntamos, camaradas:

Podia o PCP votar a confiança ao Governo, quando isso significaria a aprovação de todo o mal que ele fizera e luz verde para que o continuasse a fazer?

Podia o PCP votar a confiança ao Governo para que no dia seguinte, esse mesmo Governo, conservado no poder graças aos votos comunistas, se entendesse novamente com o PPD e o CDS para a continuação ou mesmo o agravamento da política antioperária e antipovo?

Podia o PCP votar a confiança ao Governo para que a seguir o MAP continuasse as suas operações de destruição da Reforma Agrária, enviando forças militarizadas, blindados, cavalaria, arrancarem terras, gados e máquinas às UCPs e Cooperativas para as entregarem aos latifundiários ou a grandes capitalistas?

Podia o PCP votar a confiança ao Governo para que a seguir viessem simplesmente um 3.º pacote de miséria para os

trabalhadores e um 3.º pacote de centenas de milhões de contos para os capitalistas?

Podia o PCP votar a confiança ao Governo para que a seguir ele negociasse empréstimos com o FMI acitando condições que consideramos de desastrosos para o futuro da economia portuguesa e atentatórios e lesivos da independência nacional?

Podia em suma o PCP votar a confiança no Governo para que ele continuasse a sua chamada política de balanço, balance para cá num momento de aperto para passar e ficar com os votos comunistas, balance para lá para se pôr de acordo com o CDS e PPD a fim de dar fábricas, sectores, terras e indemnizações ao grande capital e aos agrários?

A atitude correcta foi a assumida pelo Partido. Considerando a gravidade da situação e as possibilidades dum evolução favorável votaria a favor da moção se houvesse um acordo sério e responsável em questões essenciais a fim de se abrir caminho a uma alternativa democrática.

Não havendo esse acordo, a atitude tinha de ser a que foi: recusar a confiança ao Governo e actuar para que seja possível, após a queda do Governo, conseguir o acordo que não foi possível antes.

A complexa situação criada e a diversidade das opiniões que circulam sobre o voto comunista, põem a nú, como saliente o CC em 4 de Dezembro, os perigos tanto do oportunismo esquerdista como do oportunismo de direita.

O oportunismo esquerdista, lançando propostas e perspectivas radicalistas, aventureiras, recusando negociações e compromissos, não tem em conta a situação real, os perigos reais, a correlação de forças existentes.

O oportunismo de direita, reflexo de temor ante as ameaças, pressões e chantagem da reacção, esporrega para posições capitulacionistas, acitando passivamente o mal menor.

Combatendo as duas tendências oportunistas (esquerdistas e de direita) o PCP prosseguirá a sua justa orientação, que resulta de análise da situação objectiva, da firmeza nos objectivos de luta, da profunda e insubstituível confiança na capacidade e determinação da classe operária e das massas populares, da fidelidade à causa dos trabalhadores, à Revolução de Abril, à democracia e à Pátria portuguesa.



3

Plataforma, governo, eleições

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista já mostrou não corresponder à situação e aos interesses do povo e do país, não dar solução aos gravíssimos problemas que Portugal defronta.

Também a fórmula do Governo PS sozinho aliado de facto à direita se esgotou.

A política fracassou. O Governo fracassou e caiu. A urgência de uma nova política e de um novo governo deixou de ser reclamação ou palavra de ordem do nosso Partido (ainda há pouco acusada de demagógica) para se tornar o problema número um da realidade nacional.

O que está por decidir é se essa nova política e esse novo governo serão melhores ou piores do que a política e o governo anteriores. Isto é: se a solução da crise agravada pela queda do Governo será uma solução democrática ou uma solução reaccionária.

Como vos recordais, o nosso Comité Central em 31 de Julho apontou duas saídas constitucionais para a crise política: ou um governo de plataforma ou a realização de eleições.

Na altura, como todos nos recordamos esta proposta do PCP ao país provocou violentos ataques das forças reaccionárias, do PPD, do CDS, assim como de dirigentes do PS, que acusaram o nosso Partido de apontar caminhos inconstitucionais, de se pôr fora da legalidade democrática, de preparar um golpe e assim por diante.

Mas afinal vemos agora, que essas saídas fazem parte da própria realidade da situação política e que todos os sectores repetem a formulação que o nosso Partido apontava: ou governo de plataforma ou eleições. Isto quer dizer que o nosso Partido previu com rigor os acontecimentos e as situações três meses antes da tomada de consciência da situação real pelas outras forças políticas.

Demitido o Governo (e digo «demitido» porque constitucionalmente lhe não cabe o termo de «exonerado») cabe ao Presidente da República designar o novo Primeiro-Ministro. Como se sabe,

o Presidente da República tem realizado encontros com delegações dos partidos, incluindo o nosso e esse processo irá continuar nos dias próximos.

Pela nossa parte sinceramente procuramos dar a nossa contribuição para a saída da crise.

Todos os partidos têm divulgado amplamente as suas posições acerca da plataforma e do novo governo a formar. Também o nosso o tem feito e continuará fazendo.

Como colocamos a questão da plataforma? O PCP considera em primeiro lugar que uma plataforma para uma alternativa democrática deverá ter como pressupostos o rigoroso respeito pela Constituição, o respeito pelas instituições e os órgãos de soberania, a manutenção dos limites entre as formações económicas diversificadas (ou seja a garantia da Reforma Agrária, das nacionalizações, das cooperativas e empresas autogeridas) e o respeito pelas liberdades democráticas e pelos direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos.

Trata-se de condições básicas que se tornam imperativas no quadro do regime democrático em que vivemos.

O PCP fez e fará propostas concretas para a saída da crise e a solução dos graves problemas nacionais.

Defendemos a realização dum grande esforço nacional, fundamentalmente na base dos nossos recursos internos, esforço que só pode ter lugar com os trabalhadores e não contra os trabalhadores.

Defendemos a expansão da produção portuguesa designadamente na base de componentes internas, para substituir artigos hoje importados e para produzir mais para exportar.

Defendemos a restrição de consumos dispensáveis, contingenciando importações e combatendo o desperdício.

Defendemos uma política de salários e preços que garanta o poder de compra da população trabalhadora, que, ao contrário do que afirmam os economistas burgueses, é um factor de reanimação económica.

Defendemos que, nas negociações com o estrangeiro, designadamente com o FMI, se não aceitem condições que comprometem o futuro da nossa economia e a nossa independência nacional.

Sobre estas e outras questões fizemos e faremos propostas muito concretas.

O PCP está disposto a dar uma contribuição positiva para a elaboração duma plataforma que possa servir de base à constituição de um novo governo. Mas de uma plataforma

democrática e não (como pretendem os partidos reaccionários) de um novo programa de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, recauchutado, cujos resultados ficaram bem à vista nos 16 meses de gestão do Governo PS. Uma nova política não pode ser a insistência na política anterior que a prosseguir, fará correr à democracia portuguesa e à independência nacional o risco de ficarem enterradas nas areias podres da recuperação capitalista.

Nós insistimos em participar na negociação duma plataforma. Mas de uma plataforma democrática.

De uma coisa podem estar os trabalhadores e os democratas absolutamente certos.

O PCP pode negociar no concreto medidas económicas e financeiras para sair da crise, mas terá sempre como bússola das suas propostas os interesses da classe operária e da população trabalhadora, a defesa da democracia e da independência nacional.

Podemos negociar no concreto os limites entre as várias formações económicas mas, para o PCP, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo dos trabalhadores, não são moeda de troca.

Podemos negociar a taxa de inflação ou de juro, o ritmo da expansão da produção, as políticas de crédito ou de comércio externo, as medidas de carácter técnico para reduzir os défices das balanças comercial e de pagamentos, mas não negociamos a Constituição, as liberdades, o regime democrático e a Independência da República.

E como colocamos a questão do novo governo?

Antes de mais é necessário lembrar que o PCP, mesmo antes da queda do Governo PS colocou sempre a ser considerada a composição do Governo como questão a ser considerada segundo a plataforma a que se chegasse.

O nosso Partido salientou numerosas vezes que, chegando-se a um acordo político, a uma plataforma, a um programa, todas as questões relativas à composição do Governo ficariam extraordinariamente simplificadas.

Mantemos essa posição.

Entretanto, as variantes da composição política dum novo governo não são muitas e é útil definir clara e publicamente a nossa posição.

O PCP adverte contra as manobras que a reacção continua a desenvolver para a formação de um governo PS-CDS, ou PS-PPD ou PS-PPD-CDS ou mesmo um governo tendo como eixo a convergência reaccionária PPD-CDS.

Será possível a formação de um governo CDS-PPD sendo sabido que esses dois partidos não têm maioria na Assembleia da República?

Em abstracto, pode dizer-se que seria possível, mas para isso teria de ter na Assembleia o apoio ou a condescendência do grupo parlamentar do PS.

Apesar de certas declarações inquietantes há tempos feitas pelo secretário-geral e outros dirigentes do PS, recusamo-nos a acreditar que o PS pudesse deixar instalar-se no governo os inimigos da Constituição e do regime democrático.

Na Assembleia existe uma maioria de comunistas e socialistas. Esta maioria pode se quiser impossibilitar a formação dum governo PPD-CDS ou dum governo aparentemente apertado, de tecnocratas, mas fazendo igualmente o jogo da reacção.

Se comunistas e socialistas se entendem, estão em condições de impedir a formação de um governo reaccionário e de exercer um papel determinante na elaboração duma plataforma e na formação de um novo governo que emprenda com êxito a resolução dos problemas nacionais.

E se as actuais diligências não conduzirem à elaboração de uma plataforma e à formação de um governo?

Então, não vemos outra saída constitucional que não seja a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais.

Parece porém, camaradas, que todos têm medo das eleições.

A reacção já quer outra lei eleitoral. Já quer pôr em causa o princípio da proporcionalidade consagrado na Constituição. Tem tanto medo que o eleitorado lhe fuja que faz propostas de leis que estabeleçam multas até 10 e 20 contos a quem não votar. Estas propostas mostram bem como a reacção entende a democracia.

O que pretendem é poder, nas regiões que os seus caciques controlam, forçar a população a votar neles e como temem que não lhe cheguem as ameaças e as coacções de todo o género e como não podem levar a população até às urnas à mocada, pretendem levá-la sob a ameaça duma outra mocada que seria a multa de 10 ou 20 contos!

Estamos certos que estes projectos sinistros não passarão, que a democracia triunfará dos seus inimigos e que, realizando-se eleições, a reacção será novamente batida, o povo português votará de novo na democracia e o PCP aumentará consideravelmente o número de votos e de deputados criando-se condições mais favoráveis para uma nova alternativa de esquerda.

4

Não a uma alternativa reaccionária

Fala-se em plataforma, fala-se em maioria parlamentar, fala-se em eleições. Mas seria entretanto pensar que tudo em Portugal se está passando e irá passar no respeito pelas instituições e pelos processos do regime democrático consagrado na Constituição.

Na vida democrática portuguesa há um elemento perturbador e esse elemento perturbador é a reacção.

O plano da reacção é cada vez mais abertamente declarado. É a revogação da Constituição. É a liquidação do regime democrático. É a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários. É no fim de contas o regresso por vias tortas ao passado de antes do 25 de Abril.

Depois de terem apoiado, pressionado, empurrado o PS para posições cada vez mais à direita, as forças reaccionárias consideraram que o momento chegou de assaltarem o poder. Com o PS como insínia Sousa Franco, ou «sem o PS e se necessário, contra o PS», como escreve Sá Carneiro no «Povo Livre» de 7 de Dezembro. Ou seja: por meios legais se puder ser, por meios mais expeditos, se os primeiros não derem resultado.

Que ninguém se iluda com a fraseologia democrática de partidos reaccionários.

A reacção é um monstro de duas faces, duas linguagens e dois braços. A face e a linguagem legal democrática-popular-centrista-social-democrática e a face fascista que tivemos ocasião de ver nas recentes manifestações do Porto e Lisboa apoiadas pelo PPD e CDS. O braço visível da acção e negociação partidária e parlamentar e o braço invisível do terrorismo, da conspiração e do golpe.

O CDS fala simultaneamente duas linguagens e (o que é de notar) pela mesma boca: a voz do diálogo, da abertura, da negociação, de «convergência democrática», e a voz das ameaças do «anticomunismo primário» e de «atitudes difíceis de controlar» como diz o professor Freitas do Amaral, querendo certamente lembrar as redes bombistas e os 50 centros de trabalho do PCP pilhados e incendiados pelos bandos terroristas onde não escasseia gente do CDS.

O PPD também tem duas faces: a da direcção em exercício subitamente negociadora e a de Sá Carneiro remoendo a derrota da golpe de Novembro e lançando a feteixa para Kaulza e para o MIRN.

Hoje não restam dúvidas acerca do significado da manobra desestabilizadora em Novembro passado.

O PPD e o CDS pensavam que, depois de terem em aliança com o PS aprovado as leis da contra-revolução legislativa, depois de, cedência em cadência, terem encostado o PS ao muro, estavam maduras as condições para isolarem o PCP, entrarem no Governo, colocarem talvez Sá Carneiro como vice-primeiro-ministro e transformarem a aliança de facto com o PS numa

coligação de influência hegemónica PPD-CDS. Prepararam-se para isso na reabertura da Assembleia.

A reacção teve então duas surpresas. Nem o PS quis tal coligação por recear a autodestruição. Nem o Presidente da República interveio no sentido desejado por Sá Carneiro.

Vendo por terra os projectos de remodelação governamental legalíssima cuja concretização tinha já por certa, a reacção lançou uma grande operação desestabilizadora, pondo os seus meios de propaganda, toda a imprensa de direita desde a ultra fascista à de composição social-democrata e centrista a tocar a mesma música.

Exigiu a revisão da Constituição, à qual o dirigente de um pequeno partido apendicular da «convergência» chama agora «um verdadeiro aborto». Atacou o Presidente da República. Exigiu um novo Presidente. Exigiu uma nova política económica para rápida restauração do capitalismo monopolista. Evacubou a campanha anticomunista. E, em torno da substituição do comandante da RMN, lançou toda uma campanha de desestabilização militar tendo por alvo o próprio Presidente.

Essa campanha saldou-se por novo fracasso, pois a reacção não conseguiu os seus objectivos e, com sua própria surpresa, verificou a sua baixa capacidade de mobilização.

E agora?

Haverá o perigo da formação de um governo reaccionário? O perigo da conquista progressiva do poder da reacção?

Nós consideramos que seria um perigo real a elaboração de uma «plataforma» que contivesse cedências às exigências anticonstitucionais das forças reaccionárias, ou, como exigia o PPD, contemplasse já os «traços fundamentais da revisão constitucional».

Consideramos que seria um perigo a formação de um governo PPD-CDS, ou da confluência PPD-CDS, com o apoio ou a tolerância do PS na Assembleia da República. Seria um perigo a formação de um governo de PS com o CDS e o PPD. Seria igualmente um perigo, no caso de eleições antecipadas, a formação de um governo de gestão de direita.

Dada a sua natureza política, dados os seus projectos e planos, dado o seu ódio aos trabalhadores, às conquistas da revolução, à Constituição, ao regime democrático, se o PPD e o CDS tomassem conta do governo (que não tomarão), a democracia ficaria logo em perigo.

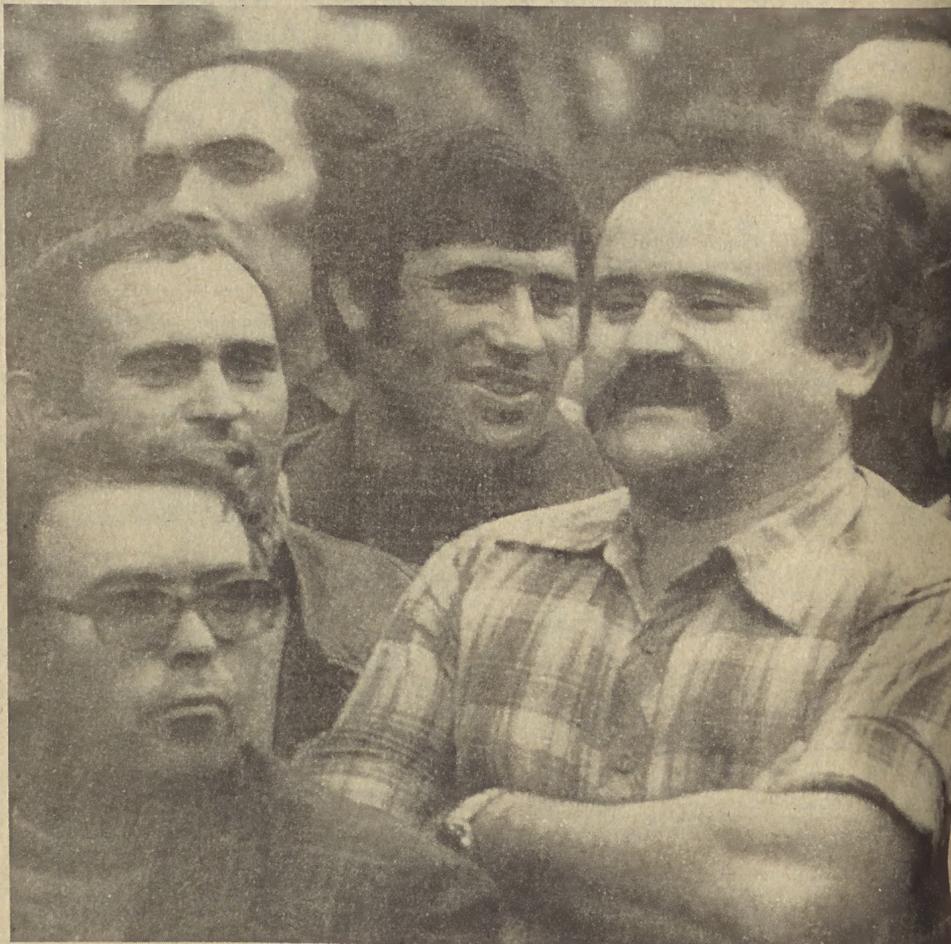
A sua gula é tanta, é tanta a pressa de tomarem conta do aparelho do Estado e de comandarem forças repressivas, que reclamam já a substituição de governadores-civis, o saneamento de socialistas, a tomada dos meios de comunicação social estatizados, a direcção de sectores económicos e de empresas. Ainda não são governo e já querem governar.

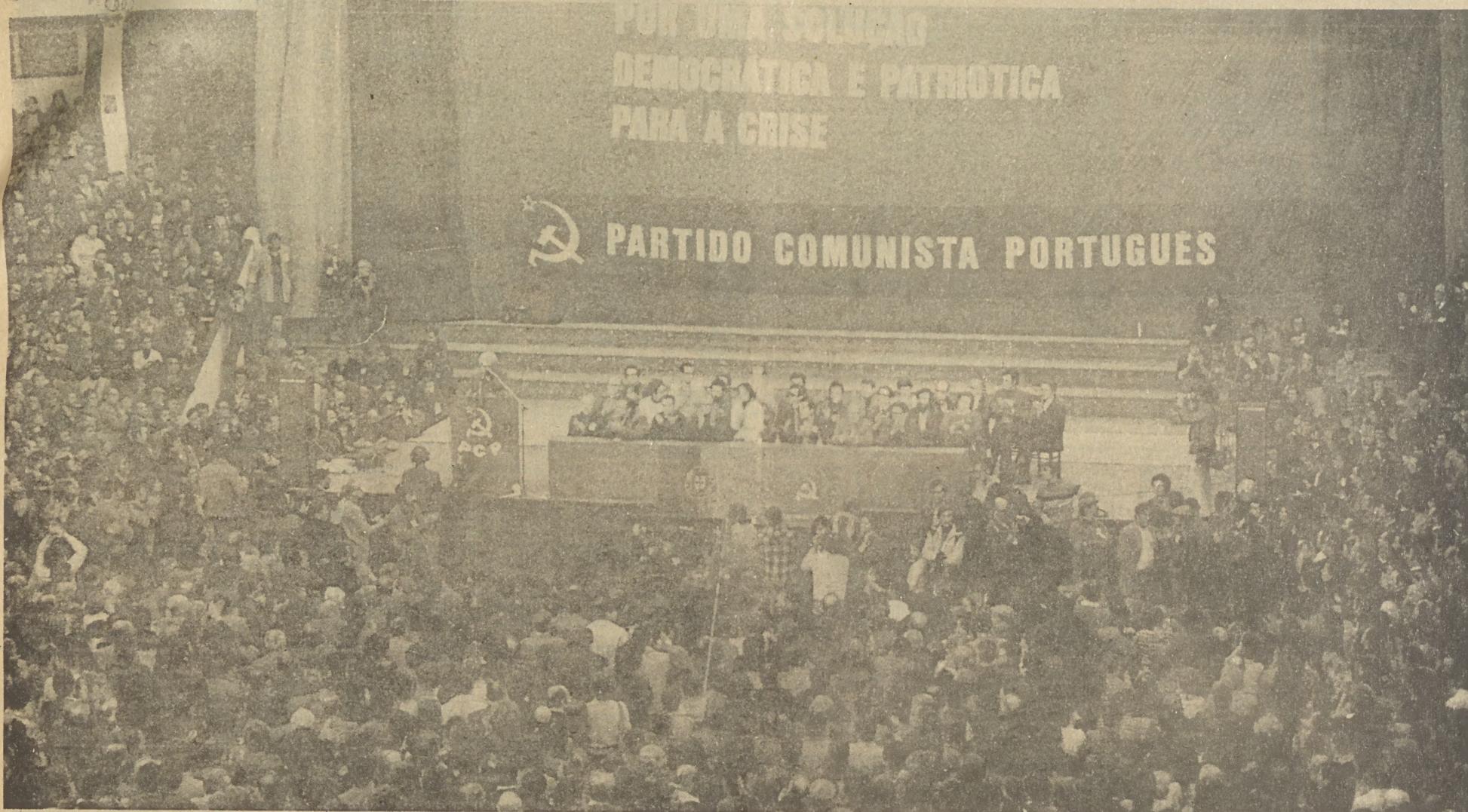
A voz grossa da reacção não é porém sinal de força. É sinal do seu nervosismo e da sua fraqueza.

Se o Governo PS calu não foi pela força da reacção mas pelos erros da política do Governo PS e pelo facto de o PS não ter querido entender-se com o PCP.

Se tivesse querido entender-se com o PCP, a reacção teria visto desfazerem-se os seus projectos como castelos de cartas.

Agora ainda, se os democratas compreenderem os perigos da reacção e se entenderem, se se entenderem comunistas e socialistas, a reacção, que até hoje não passou, também desta vez não passará.





5

As relações PCP-PS e a unidade de trabalhadores e democratas

O desenvolvimento da crise colocou de novo em primeiro plano na vida política portuguesa (e em destaque na vida internacional) as relações entre o PCP e o PS.

Porque sucedeu assim? Por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque as circunstâncias do desenvolvimento da crise e em especial a agressividade da reacção e a questão da moção de confiança puseram em evidência que, no quadro das instituições e com a actual força relativa dos partidos políticos, uma alternativa democrática depende de um entendimento entre o PCP e o PS.

Em segundo lugar, porque no próprio PS, no electorado socialista e em amplos sectores da população portuguesa, ganha rapidamente terreno a ideia de que a derrota da reacção, e a saída da crise, a recuperação económica, a defesa dos interesses das camadas laboriosas, a defesa do regime democrático e da independência nacional, só são possíveis com os comunistas e não contra os comunistas.

Houve quem dissesse que o voto comunista contra o Governo PS afastou as possibilidades duma aproximação entre os dois partidos.

Pensamos o contrário. Um cheque em branco continuaria a propiciar uma coligação com a direita. A situação criada com a queda do Governo torna mais urgente e mais necessário o esforço para uma aproximação e um entendimento entre os dois partidos.

Como já publicamente declaramos, o PCP está pronto a examinar toda a situação em conjunto com o PS, e a estudar em conjunto as soluções para os problemas de fundo existentes (económicos, financeiros, sociais e políticos) incluindo plataforma, governo e eleições.

Conforme muitas vezes temos dito, a democracia portuguesa não está interessada na desagregação e no colapso do PS. Pelo contrário, está interessada na existência de um PS forte e unido. As dificuldades que o PS atravessa são fundamentalmente

fruta da política do seu próprio Governo e da aliança de facto à direita em que se apoiou até agora.

Como muitas vezes temos dito, a democracia portuguesa está interessada na existência de um PS forte e unido, mas não naturalmente para conduzir o país à recuperação capitalista, agrária e latifundista, e ao desastre financeiro, não para fazer coro com a reacção nas campanhas e nos ataques ao PCP, mas para, ombro com ombro com o PCP e outras forças e sectores democráticos, defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares, defender as conquistas da Revolução, o regime democrático consagrado na Constituição e a independência nacional.

A todas as organizações do Partido, a todos os comunistas, a todos aqueles que, sem serem membros do Partido, apoiam a nossa política, fazamos um apelo para que, na situação presente, nas fábricas, nas empresas, em todos os locais de trabalho, nos sindicatos e outras organizações de massas, nas escolas e nas autarquias, onde quer que seja, procurem o contacto com os socialistas e proponham, no âmbito do seu trabalho, da sua vida e da sua acção, o encontro, o diálogo, o debate, a fim de considerar em conjunto a possibilidade de um entendimento e de acções comuns.

Referimo-nos ao PS, pela sua importância na solução da crise e na vida nacional, mas em nada diminuímos a importância de outros partidos e sectores democráticos.

O PCP sempre se tem esforçado e continuará a esforçar-se por manter laços amistosos de cooperação.

E se há também homens e mulheres, independentemente dos partidos ou sectores em que se têm encontrado, que compreendem a necessidade de entendimento com os trabalhadores e com os comunistas para resolver os problemas nacionais, estamos prontos a ouvi-los e a conhecer directamente as suas opiniões.

Acordos entre partidos podem na situação actual ser determinantes da política a seguir.

Mes uma frente de forças políticas e sociais para a saída da crise, a defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático abrange um campo muito mais vasto do que eventuais acordos de partidos.

As grandiosas manifestações que tiveram lugar no Porto, em Lisboa, em Braga, no Alentejo, que se contam entre as maiores de sempre, mostraram claramente num momento de crise a unidade crescente do povo português e a sua determinação em defender as suas conquistas.

A batalha da unidade tem de prosseguir e intensificar-se e os comunistas não pouparão esforços e energias nessa grande batalha.

Pode mesmo acrescentar-se mais. A possibilidade de um acordo entre partidos democráticos para uma nova política

e um novo governo depende fundamentalmente da unidade, da organização e da acção da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares.

Unidade nos sindicatos, em torno da gloriosa CGTP-Intersindical, continuando a defesa intransigente dos direitos sindicais e dos trabalhadores e reforçando mais e mais a grande corrente unitária, que vai ganhando eleições atrás de eleições e que vai reduzindo os divisionistas a pequenos grupos isolados a correrem atrás do patronato oferecendo os seus serviços.

Saudamos como positiva a decisão do Sindicato dos Seguros do Porto decidindo abandonar a «Carta Aberta», que nem por mudar de nome deixou de estar cada vez mais fechada.

Um dos homens deste triste grupo de pseudo-sindicalistas jurou há dias numa reunião de patrões que os da «Carta Aberta» não são nem querem ser correntes de transmissão. Nós até estamos de acordo com isso porque a «Carta Aberta» ligar à roda do patronato liga, ligar à roda dos gómeiros e do PSD ou do CDS liga, mas lá à roda dos trabalhadores é que não liga nem conseguirá ligar e por isso é verdade dizer que não consegue transmitir-lhes coisa alguma nenhuma.

Unidade nas empresas, reforçando as comissões de trabalhadores a sua acção e a sua cooperação interempresas, defendendo vigorosamente os direitos de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Unidade nas UCPs/Cooperativas da zona da Reforma Agrária, na batalha heróica e até hoje conduzida no fundamental com sucesso em defesa dessa histórica conquista do povo trabalhador.

Unidade dos movimentos dos pequenos e médios agricultores, proprietários e rendeiros que se revelam um factor decisivo para a defesa do bem-estar da população trabalhadora, para uma nova dinâmica da produção agrícola, para o desmassecamento e isolamento dos caciques reaccionários exploradores da população camponesa.

O esforço unitário deve intensificar-se nos intelectuais, nos quadros técnicos, na juventude, nas mulheres, nos pequenos e médios comerciantes e industriais, em todas as classes, camadas e sectores interessados em impedir a restauração do capitalismo monopolista, interessados numa saída democrática para a crise.

A unidade e a organização são as maiores armas do povo trabalhador. A corrente unitária ganha terreno e por isso estamos certos de que unidos, venceremos.

Falando-se de unidade há quem fale nos grupos esquerdistas.

A nossa posição em relação aos esquerdistas é completamente clara.

Se numa fábrica ou noutro local de trabalho há trabalhadores influenciados pelos grupos esquerdistas mas que estão dispostos

a unirem-se aos comunistas em acções muito concretas para a defesa dos interesses de classe, não fazemos discriminações. Mas quanto à acção política dos grupos esquerdistas, consideramos que só serve à reacção.

Neste preciso momento em que o povo português está inquieto com a eventualidade duma alternativa de direita, o que inquieta os esquerdistas (tal como a reacção) é a possibilidade duma alternativa de esquerda.

As suas palavras são todas ocas e estéréis como os seus actos. E os gritos de alguns por um «governo de 25 de Abril do Povo» são simples palavras sem qualquer ligação com a realidade.

As consignas aparentemente muito revolucionárias, as formas de luta extremas que propõem, visam dividir os trabalhadores, lançá-los em iniciativas, choques e confrontos que só podem preparar o terreno para o avanço das forças reaccionárias. Em muitos casos são simples provocações.

Os grupos esquerdistas colaram-se por exemplo à grandiosa manifestação de Lisboa do dia 19 de Novembro. Mas para quê? Que se juntassem ou não juntassem, não se notariam na massa de 400 000 manifestantes. Se se juntaram uns grupitos empunhando cartazes e distícos com palavras de ordem provocatórias contrárias às dos promotores da organização, foi para virem depois dizer que a manifestação fora contra a orientação do PCP!

O facto de que o alvo principal dos ataques e das calúnias esquerdistas é o PCP, o grande Partido dos trabalhadores, o principal obstáculo ao avanço da reacção, o mais consequente defensor das conquistas revolucionárias do nosso povo, torna a acção esquerdista absolutamente coincidente com a acção das forças reaccionárias.

Muitos deles estiveram quietos e calados durante meses inteiros. Nada fizeram e ninguém os viu. Agora, admitindo a realização de eleições, aí aparecem cheios de genica e aparecem para quê?

Aparecem não para combater a reacção, mas para dividir os democratas, para procurar diminuir a influência, o prestígio e o apoio de massas do PCP, e, no caso de eleições, para procurar tirar votos do partido de cujo reforço eleitoral dependerá de forma decisiva a possibilidade duma alternativa democrática para a política actual.

Há pois quem combater o esquerdismo e os grupos esquerdistas, a sua demagogia, o seu divisionismo, as suas campanhas anti-PCP orquestradas com as campanhas fascistas e reaccionárias.

Combater o esquerdismo é uma forma indirecta de combater a reacção e de lutar pela unidade dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

6

O PCP na solução da crise

Nestas últimas semanas de crise, um facto sobressai na vida política portuguesa: o importante papel do PCP na vida democrática do país, o papel que o PCP tem a desempenhar na solução dos problemas nacionais.

Durante longo tempo, continuamente, a campanha anticomunista, mentindo, caluniando, ameaçando, manobrando, conspirando, provocando, procurou isolar e marginalizar o PCP.

E eis que em toda a crise o PCP se revela, na sua grandeza, no seu alto sentido de responsabilidade, na sua intervenção construtiva na vida nacional, como força necessária e indispensável à defesa da democracia e à pátria, aquele partido que vem do povo trabalhador e é do povo trabalhador, que existe para servir o povo e a pátria, aquele partido que é odiado pelo fascismo, pelos exploradores, pelos parasitas da sociedade, e é amado, respeitado e apoiado, pela classe operária, pelo povo trabalhador, pelos democratas e progressistas — o nosso glorioso Partido Comunista Português.

Neste curto período da vida política que antecedeu a apresentação e votação da moção de confiança, um importante problema relativo à intervenção e participação do PCP na vida política nacional, foi objecto de controvérsia pública.

Admitindo-se um entendimento entre o PS e o PCP, logo houve quem dissesse que um tal entendimento não seria possível mesmo que os dois partidos o quisessem porque, em tal caso, se correria o risco dum golpe militar.

Esta ideia surgiu primeiro numa afirmação (depois desmentida) que o Primeiro-Ministro teria feito a jornalistas franceses e depois foi retomada pelo ribombar das ameaças de «golpes» e «levantamentos nacionais» dos mais variados sectores reaccionários.

O presidente do CDS, por exemplo, admitindo que o PCP votasse a moção de confiança logo proclamou: «isso provocaria uma tal emoção e uma tal reacção na maioria da população portuguesa que a própria democracia poderia ficar abelada» pois (dizia ele) «o anticomunismo primário pode mesmo quem sabe desencadear movimentos e atitudes difíceis de controlar».

Isto disse o presidente do CDS no dia 2 de Dezembro e vê-se que quem sabe, sabe de emoções provocadas, quem sabe sabe de abalos à democracia, quem sabe sabe de anticomunismos primários e de atitudes difíceis de controlar, ou seja quem sabe

sabe dos Corréios, Ramires Moreiras, Motas Freitas, Torres de Murça, comendadores Abilios e cónegos Melos.

Foi positivo que a questão viesse assim a lume, não só por revelar sentimentos e propósitos como por ser boa altura para pôr em claro algumas questões essenciais da vida democrática portuguesa.

Para que a democracia portuguesa viva, tem de acabar de vez a pretensão de partidos reaccionários, que ainda cheiram às fraidas do marxismo, de serem os usufrutuários da democracia com direito a excomungarem os partidos democráticos.

Tem de acabar de vez o conceito de que é ilícito formar governos com inimigos da Constituição, mas não o é com os seus melhores defensores.

Tem de acabar de vez a admisión desse ameaça de um golpe suspenso sobre a democracia portuguesa, ameaça que coagiria e impediria soluções democráticas, porque se afirma que a democracia funcionará se governarem partidos reaccionários, mas será liquidadá se governarem democratas, entre os quais os comunistas.

Se a ameaça dum golpe está suspensa sobre a democracia, isso significa que a democracia está coagida, limitada, intimidada pelas sombras negras de conspiradores. E se assim é, o que cabe aos democratas não é vergarem-se à coacção, mas lutarem com determinação para afastar a ameaça, para libertar o regime democrático da coacção golpista, para que as liberdades e os direitos dos cidadãos sejam realmente assegurados, para que o povo português possa dormir tranquilo com a segurança de que acordará no dia seguinte no regime de liberdade criado pela Revolução de Abril.

Na democracia portuguesa, os comunistas não são primos pobres em casa de tia rica.

Os comunistas constituem uma força política nacional por direito inteiro, porque lutaram, deram o melhor das suas energias e das suas forças, se sacrificaram e entregaram as suas vidas, para que as liberdades fossem conquistadas e defendidas. Porque constituem um partido legal, democrático, não só respeitador, como firme defensor do regime democrático e da Constituição.

O PCP tem completo direito a participar numa maioria parlamentar ou um governo, e estamos certos de que em tal caso, o aparelho do Estado, incluindo as Forças Armadas, respeitarão nos termos da Constituição as instituições e os órgãos de soberania.

Não é por acaso, camaradas, que à medida que o tempo passa, se alarga mais e mais a influência e o prestígio do nosso Partido e a confiança que nele deposita o povo português.

A campanha de recrutamento «Promoção das Conquistas de Abril» que tinha como meta mais 10 000 novos membros até ao fim do ano vai de vento em popa.

No fim de Novembro fomos já em 18 000 e neste momento já certamente ultrapassamos os 20 000 novos membros.

E as novas filiações do Partido são tanto nas zonas de tradicional grande influência, como nas zonas que a reacção considera seus baluartes. Se entraram no Partido mais de 3000 membros no Alentejo, entraram também mais de 3000 na organização regional do Norte. E assim em toda a parte.

É com profunda alegria que vemos engrossar as fileiras do nosso grande partido com tão grande número de novos camaradas. Mas estes numerosos recrutamentos têm um mais profundo significado. Estes milhares e milhares de camaradas não vêm sós. Eles vêm na frente da vaga de apoio e de confiança dos trabalhadores e das massas que se aproximam do nosso Partido.

Nós, os comunistas temos confiança nos trabalhadores, temos confiança no povo português, porque a nossa própria existência como partido, a nossa actividade, a nossa força, a nossa capacidade de intervenção na vida política nacional, vem dos trabalhadores, vem do povo, vem dos seus interesses, das suas aspirações, dos seus objectivos, da sua determinação em lutar por um futuro melhor.

Também os trabalhadores, o povo português confia cada vez mais no nosso Partido e queremos garantir que o nosso Partido na continuidade das suas gloriosas tradições, tudo fará para ser digno dessa confiança.

O PCP é uma força não só necessária, mas indispensável, para a saída da crise, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, para a defesa das conquistas da Revolução, para a defesa do regime democrático e da independência nacional.

Se os trabalhadores, os democratas nos unirmos e nos mantivermos firmes e confiantes a reacção não passará e serão realizados na vida os sonhos e as esperanças de liberdade, progresso e justiça social da Revolução de Abril.

Não só os comunistas, mas todos os democratas sinceros, compreendem que da actividade e do reforço do PCP depende em grande parte o futuro da democracia portuguesa.

Hoje mais do que nunca podemos afirmar com verdade que o PCP é o Partido da liberdade e da democracia, é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é o Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, é o Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, é o Partido da democratização do ensino e da cultura, é o Partido da independência nacional, é o Partido da verdade, é o Partido da esperança, é o Partido do futuro.

Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o regime democrático assegurado na Constituição!
Viva Portugal livre e independente!
Viva o Partido Comunista Português!



PELAS CONQUISTAS DE ABRIL

ADERE AO PCP



UM EXEMPLO DE MILITÂNCIA

Na Madeira, uma camarada, com esforço, paciência e grande espírito de Partido, trouxe 14 novos camaradas ao PCP

Temos aqui salientado o esforço individual nesta Campanha. Como alguns camaradas nossos compreenderam, sentiram o apelo do Partido através do trabalho colectivo que é a Promoção das Conquistas de Abril...

é impossível. E mostra-nos um grande exemplo de militância. Na Madeira, como todos sabemos, a reacção ainda deseja voltar aos tempos de antes do 25 de Abril...

política que se vive nesta região e que, além disso, mostravam o seu repúdio pelos actos criminosos perpetrados pelos bombistas. Falei com elas, disse-lhes que era urgente defendermos as conquistas do 25 de Abril...



Os delegados à Assembleia da 7.ª zona seguem atentamente os trabalhos

1ª Assembleia da 7ª Zona de Lisboa IMPORTANTE JORNADA DE TRABALHO

Constituiu uma importante jornada de trabalho para o reforço da organização do Partido a Assembleia da 7.ª Zona do Comité Local de Lisboa, que no sábado passado se realizou nas instalações do Clube Oriental de Lisboa.

Englobando as freguesias do Beato, Marvila e Olivais, onde se concentram um elevado número de empresas, a 7.ª Zona registou por isso uma grande influência por parte da classe operária. Por este motivo e como se salienta no Relatório de Actividades aprovado no decorrer da Assembleia, são grandes as responsabilidades dos comunistas daquela zona.

igualmente as intervenções das células da Fábrica Militar da Braço de Prata, da Petrogal, da Petroquímica e da Automática. Por seu turno o Relatório de Actividades fez o balanço do trabalho desenvolvido nestes últimos anos salientando a dada altura que o desenvolvimento e crescimento do Partido na zona acompanhou o desenvolvimento do Partido a nível geral.

é o elevado número de camaradas inscritos no Partido e que não mantêm um contacto regular com o Partido e, em alguns casos, nunca tiveram esse contacto, como é por exemplo o caso de um camarada dos Olivais que se inscreveu no Partido logo após o 25 de Abril de 1974...

simpatizantes ao nosso Partido é urgente. E mais adiante. Analisando os resultados eleitorais nas várias campanhas vê-se também haver um grande campo de recrutamentos nas várias freguesias.

UM ITINERÁRIO QUE CONTINUA

Continua com grande êxito o espectáculo "No Caminho de Abril", que sucedeu ao primeiro do mesmo género, o qual findou nos últimos dias de Novembro. Este, que conta com a participação de José Manuel Osório, Carlos Paulo e o Grupo de Teatro Ensaio...

consideradas difíceis, trazendo ao convívio com o PCP numerosos trabalhadores antifascistas que desejam sinceramente defender as conquistas de Abril e reconhecer cada vez mais no Partido o seu maior defensor.



INICIATIVAS

Hoje, na Baixa da Banheira, pelas 21.30, sessão com Canto Livre e Fados. Dia 17, na Torre da Marinha, Seixal, 21.30, sessão com Hermenegilda Pereira. No mesmo dia pelas 15 horas, recepção de novos militantes da CUF no Cine-Clube do Barreiro.

Relembremos que, no próximo sábado, dia 17, o organismo do MOP do PCP leva a efeito um almoço-convívio no Mercado do Povo. Informações e inscrições podem obter-se no Centro de Trabalho de Alfama.

Em muitas terras, principalmente no centro e norte do país, onde o caquiismo domina ainda, ficou a saudade deste espectáculo. Mas ficou também a vontade de artistas jovens de se lançarem na composição de espectáculos progressistas, virados para as aspirações do povo, contra o obscurantismo e o regresso ao passado.

Ainda na região da DORL, temos: Em Cascais, hoje, sexta-feira, uma sessão em Sassoeiros, Carcavelos, com a participação do camarada Domingos Lopes, a realizar na Sociedade Estrelas de Sassoeiros, pelas 21 horas.

Entretanto a União da Juventude Comunista leva a efeito, hoje, pelas 21.30, na Sociedade Filarmónica da Amadora um baile com variedades, sessão integrada na Campanha Promoção das Conquistas de Abril.

Do Alentejo noticiam os camaradas: Vão realizar-se sessões de esclarecimento no dia 16 em Mora e Viana. No dia 17 em Alcáçovas, (Viana), Santa Vitória (Estremoz), Évora-Monte (Estremoz), Montoito (Redondo) e em Vimeiro (Arraiolos).

A CAMPANHA EM MARCHA!

Convívios no Oeste e Ribatejo. Começamos desta vez pela região do Oeste e Ribatejo. No passado sábado, dia 3, houve em Santa Margarida da Coutada, um jantar de confraternização com projecção de filmes, que reuniu meia centena de pessoas.

Todos sabemos que vivemos momentos difíceis e perigosos. Mas o êxito da Campanha Promoção das Conquistas de Abril é bem a prova de que os trabalhadores, a classe operária, tal como noutras momentos de perigo, estão também agora com o PCP.

A força moral do Partido

No passado sábado realizou-se no Centro de Trabalho Alberto Araújo, de Almada, uma recepção aos novos militantes, contando com elevada assistência. A camarada Ana Maria Antunes saudou os novos camaradas, falando das linhas programáticas do Partido, das suas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores, pela independência nacional e contra o imperialismo, pela defesa das conquistas da revolução.

De um modo geral, diz-nos o correspondente do "Avante!", foi a objectividade mostrada pelo nosso Partido, a sua força moral, a identificação da política do PCP com os interesses dos trabalhadores que contribuiu para a decisão de aderirem ao PCP.

De norte a sul

Dizem-nos de Coimbra: realizou-se no passado dia 8 um convívio festa com intervenção política pelo camarada Trocado, da Comissão Distrital. Este convívio, organizado pela Comissão de Freguesia de Santa Cruz teve a participação de mais de 150 pessoas.

E do Algarve também nos noticiam que no passado domingo, pelas 16 horas, a sessão de esclarecimento que teve lugar em Alte, Loulé, com a participação do camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC, reuniu 50 pessoas que assistiram depois ao Canto Livre.

Sessões no Alentejo

Várias sessões se realizaram nos últimos dias em terras do Alentejo. Em Beja, onde até ao dia 12 se regista a aderência de mais de 200 camaradas, houve no dia 14 sessões na Boavista e na Aldeia de Palheiros.

Em Portalegre, no passado dia 12 registavam-se já 80 inscrições. No dia 14 realizou-se uma sessão em Arronches.

Em Évora, até ao dia 12 eram já 227 os novos camaradas inscritos. Em Alcravissa, aldeia do concelho de Borba, um porta-a-porta inscreveu mais 21 novos militantes. Um camarada de Vila Vioçosa recrutou sozinho 29 camaradas. Neste distrito registaram-se algumas sessões nos últimos dias: dia 13 houve uma na mina do Bogalho e no Rosário (Alandroal). No dia 14 outra na UCP Maria Machado, Montemor-o-Novo. E no dia 15 em Terena, Alandroal.

Reunidos em Assembleia Distrital (Lisboa) TRABALHADORES-ESTUDANTES COMUNISTAS REFORÇAM A SUA ORGANIZAÇÃO E APONTAM JUSTAS REIVINDICAÇÕES

Os trabalhadores-estudantes comunistas do distrito de Lisboa reuniram-se, na passada semana, no Centro de Trabalho de S. Bernardo, para debater questões relacionadas com a organização da UJC nas escolas nocturnas, o movimento unitário dos trabalhadores-estudantes (TE's), o ano propedéutico, a falta de professores, a não existência de cantinas, a falta de métodos pedagógicos adequados e de condições de estudo e a participação dos TE's nos Conselhos Directivos das escolas.

A Assembleia - que, segundo nos afirmou a camarada Manuela Pimenta, do Secretariado dos TE's da UJC, foi preparada ao longo de diversas reuniões efectuadas nas escolas nocturnas, e em que participaram numerosos estudantes comunistas e sem filiação partidária - contou com a presença de mais de uma centena de trabalhadores-estudantes, membros dos secretariados de célula de 24 escolas, além de vários convidados. Cerca de 28,5 por cento dos participantes eram raparigas, o que, saliente-se, representa uma significativa (mas ainda não suficiente) aderência das jovens ao trabalho de organização e à actividade política.

A Comissão Executiva da Comissão Central da UJC esteve representada na Assembleia pelos camaradas Domingos Oliveira, Isabel Pato e Fernando Rodrigues. No decorrer da reunião usou da palavra um professor do Externato Séneca, que se referiu a importantes aspectos da luta dos professores, e do ensino nas escolas nocturnas.

«A ORIENTAÇÃO CORRECTA A TODOS AQUELES QUE TRABALHAM E ESTUDAM» É escusado justificar a importância que tem o sector dos trabalhadores-estudantes e a sua organização nas escolas nocturnas. Como é do conhecimento geral, as escolas nocturnas são lugares de grande concentração de jovens, que sentem a acção do ex-Ministério de Cardia no sentido de voltar ao ensino do 25 de Abril no ensino - lê-se no início do Relatório da Actividade do Sector, dos TE's da UJC apresentado na Assembleia. Depois de referir questões ligadas à organização da UJC em diferentes estabelecimentos escolares, à actividade e às variadas iniciativas dos jovens comunistas, aquele documento sublinha:

«Há que reforçar dentro do organismo da direcção as escolas preparatórias e o sector das escolas industriais. Quanto ao organismo de direcção há que reforçá-lo com camaradas vindos das escolas industriais, ligados ao trabalho de massas. Este tem reunido com a maioria dos camaradas, sentindo-se a necessidade de discutir em profundidade e em separado o trabalho unitário.»

O nosso distrito tem tido na organização dos TE's uma importância fundamental, que há que alargar e reforçar a nível nacional de trocas de experiência que urge discutir e aprofundar.

Salientando que «a UJC tem de ser uma verdadeira organização de massas», o Relatório refere mais adiante:

«Temos bastantes responsabilidades no desenvolvimento do trabalho da UJC; cabe-nos a nós dar a orientação correcta a todos aqueles que trabalham e estudam. Começam a aparecer as dificuldades no que respeita a tempo para estudo e trabalho; estamos certos que o estaremos todo este trabalho com espírito de combatividade e confiança, que o futuro depende de nós, porque somos os futuros revolucionários do nosso Partido e os construtores da sociedade a que a juventude aspira.»

Durante os trabalhos da Assembleia, que decorreu num ambiente de viva participação e de entusiasmo, foi também lida uma intervenção sobre o movimento unitário, na qual se refere a dado passo:

«Tem sido com grande satisfação que verificamos que o trabalho conjunto de TE's, socialistas e comunistas

aplicação das conclusões do Encontro Regional dos TE's em particular: pela redução de duas horas diárias no horário de trabalho, sem perda de remuneração; pela participação activa dos TE's na gestão das escolas; pela abolição do decreto de faltas com carácter de exclusão; pela abolição do despacho que cria o «ano propedéutico»; por um ensino adequado à vida prática dos TE's; pelo direito ao trabalho e ao ensino; pela abolição do despacho que anula as dispensas de exame no curso complementar.

A Assembleia encerrou com uma festa-convívio na Sociedade Guilherme Cossou!

AMANHÃ: PLENÁRIO NA JOSEFA DE ÓBIDOS

Com o objectivo de analisar a situação criada pelo MEIC de Cardia com o chamado «ano propedéutico», os trabalhadores-estudantes de Lisboa reuniram-se amanhã, em plenário, na Escola Comercial Josefa de Óbidos, a partir das 10 horas.

ABOLIÇÃO DO «ANO PROPEDÉUTICO»: UMA DAS REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS

No final, a Assembleia aprovou um importante documento - previamente discutido - onde se aponta a futura orientação dos trabalhadores-estudantes comunistas para o reforço e dinamização da UJC e da sua actividade (direcção, estruturação, alargamento, informação, propagação e iniciativas), e para o reforço do movimento unitário dos trabalhadores-estudantes. Naquele documento são apresentadas, igualmente, as principais reivindicações de toda a juventude trabalhadora e estudantil, reivindicações justas que apontam para a resolução de problemas e dificuldades sentidas no difícil dia-a-dia dos trabalhadores-estudantes.

Assim, o documento repudia a política retrógrada do ex-Ministério de Cardia e sublinha que os TE's devem continuar a lutar, com unidade e firmeza por uma nova política que defenda e consolide as reais potencialidades daqueles que trabalham e estudam e pela

ASSEMBLEIA DE COLARES

Realizou-se no passado dia 3 a 1.ª Assembleia de Organização do PCP da Freguesia de Colares, com a presença do camarada José Carlos Almeida, do Comité Central, e dos camaradas Regina, Francisco Ferreira e Carlos Galveias, representando a concelha de Sintra.

Durante a sessão, onde estiveram representadas várias organizações do Concelho nomeadamente a UEC e a UJC, foram recebidas numerosas saudações à Assembleia, foi aprovado o Relatório de Actividades da Comissão de Freguesia cessante e feita a nova Comissão, por unanimidade. A sessão terminou com uma intervenção política do camarada José Carlos Almeida.

CRISE NO SECTOR AUTOMÓVEL ANALISADA PELOS COMUNISTAS

Realizou-se no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião nacional de militantes comunistas do Sector Automóvel, para análise da situação neste sector e das consequências do chamado "projecto Renault".

No decorrer da reunião, foi feito um balanço da crise generalizada e das graves responsabilidades do

Governo de Mário Soares na não definição de uma política para o sector.

Relativamente ao "projecto Renault" foram manifestadas as preocupações pelo secretismo em que decorrem as negociações, tendo as camaradas presentes alertado para os perigos que este projecto pode trazer à economia e à independência nacional.

Reconhecendo-se que os projectos de desenvolvimento económico são necessários e urgentes, torna-se imperioso que as negociações decorram com a participação dos trabalhadores, salvaguardando os postos de trabalho existentes, em condições de igualdade e respeito absoluto pela soberania nacional.



SESSÃO COM JAIME SERRA NO PRAGAL (ALMADA)

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, esteve presente, na passada semana, numa sessão de esclarecimento realizada na Sociedade recreativa União Pragalense, no Pragal (Almada).

Calorosamente aplaudido pelos presentes, aquele deputado comunista reafirmou a necessidade de uma plataforma para a saída da crise, como tem vindo a ser proposto pelo PCP, e sublinhou a gravidade da situação económica e as responsabilidades do Governo minoritário da direcção do PS, tendo referido que a apresentação da (derrotada) moção de confiança na Assembleia da República evidenciou o fracasso a todos os níveis da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo do dr. Mário Soares.

Antes de responder às diversas perguntas que lhe foram colocadas por vários elementos da assistência, o camarada Jaime Serra salientou que a saída da crise terá de se basear em soluções constitucionais e denunciou as manobras da direita reaccionária e do FMI.

ABOIM INGLÉS NO CACÉM

Entretanto, no passado sábado, o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do Partido, participou no Cacém, num comício, tendo sido calorosamente aplaudido por todos os presentes.

Neste intenso debate político dos últimos dias ou semanas ficou claro que, enquanto a direita visava prioritariamente ir para o governo para prosseguir e agravar mais ainda a política de direita que, com o seu apoio, o governo vinha fazendo, o PCP colocava prioritariamente a questão da

necessidade de outra política, uma política com os trabalhadores para sair da crise, por um grande esforço nacional e patriótico. A direita queria o poder; os comunistas queriam uma política nova, ao serviço dos trabalhadores, do povo e da Pátria — afirmou o camarada Aboim Inglês, que, mais adiante, declarou:

O PCP fez todos os esforços, até literalmente ao último minuto, para conseguir um entendimento com o governo e o PS. Mas a última palavra do governo foi precisamente que, se a moção de confiança fosse votada, poderia mudar alguns ministros, mas a continuar a mesma política. O PCP sempre insistiu que não podia avaliar o prosseguimento de uma política sobre a qual existe na vida nacional o amplo sentimento e fundada convicção de que não dá resposta aos gravíssimos problemas que Portugal defronta. Por isso, o voto do PCP não podia deixar de ser o que foi: uma decisão política que o governo pretendia continuar.

Detendo-se na situação criada pela temerosa desastrosa do PS, sublinhou que há sem dúvidas perigos do lado da direita, pelo que todos devemos estar conscientes de que a direita vai tentar conseguir o que até aqui não conseguiu obter.

A dado passo da sua intervenção, Aboim Inglês declarou ainda: Nós, comunistas, temos confiança nas massas trabalhadoras, na sua força, na sua consciência, na sua energia. Nós comunistas, temos confiança nos sentimentos democráticos e patrióticos de muitos e muitos portugueses que não são comunistas. Nós comunistas, temos confiança na vontade unitária crescente dos trabalhadores, dos antifascistas, dos patriotas. Por

Plenário de quadros em Setúbal

CRESCENTE A APROXIMAÇÃO ENTRE TRABALHADORES COMUNISTAS E SOCIALISTAS

A existência de condições cada vez mais propícias à aproximação efectiva de trabalhadores comunistas e socialistas na base de interesses comuns foi uma das conclusões finais do Plenário de quadros da DORS pertencentes a diversas organizações concelhias do Distrito de Setúbal realizado no último sábado. Neste encontro, que reuniu 140 militantes ligados a diversos domínios da organização, nomeadamente aos sectores fabril, rural, piscatório, sindical, juvenil, mulhargos e ao trabalho nas autarquias locais, participou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pela DORS.

Outra importante conclusão deste plenário de quadros, refere-se à crescente influência do PCP entre as massas trabalhadoras e outros sectores da

população do distrito de Setúbal, influência bem patente nos resultados já obtidos na Campanha «Promoção Conquistas de Abril». «A necessidade de alertar para os perigos da reactivação da actividade aventureirista dos grupos esquerdistas na base do aproveitamento das crescentes dificuldades da vida dos trabalhadores que poderão agravar-se no decorrer da actual crise política» foi outra das conclusões do Plenário que, a propósito, considerou que «a criação de um clima de insegurança e agitação estéril em nada beneficiaria os interesses dos trabalhadores, antes daria armas à direita reaccionária com vistas ao seu aproveitamento para desacreditar e caluniar as organizações dos trabalhadores e deturpar o sentido das suas justas reivindicações».

Manifestando a sua total concordância com as decisões do Comité Central do PCP na sua actuação perante a crise política em aberto, o Plenário condenou e chamou «a atenção das massas trabalhadoras para a hipótese de tentativa de formação dum Governo PS-PPD-CDS ou dum Governo abertamente reaccionário (PPD-CDS ou «independentes» e de «Competências») que conduziria ao agravamento dos problemas existentes» e aprovou uma saudação ao CC e aos seus organismos executivos, nomeadamente à Comissão Política e ao Secretariado, pelo acerto das decisões tomadas no decorrer da crise, na busca de um acordo que leve à elaboração de uma Plataforma que se torna ainda mais necessária depois da queda do Governo».



Um camarada Intervindo durante a reunião de quadros em Setúbal

OS 70 ANOS DE FRANCISCO MIGUEL

O camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central reeleito no VIII Congresso, deputado comunista, é operário, filho de camponeses e nasceu no Alentejo, em 18 de Dezembro de 1907.

Foi em 1929 que iniciou as suas actividades de revolucionário, no Socorro Vermelho Internacional. Durante 1931 e 1932 esteve exilado em Espanha, por ter encabeçado uma luta de camponeses operários agrícolas que reclamavam pão e trabalho.

Aderiu ao Partido Comunista Português em 1932 e é membro do seu Comité Central desde 1939.

O total do tempo passado nas prisões — 21 anos e 2 meses — não o fez nunca abandonar a luta. Por duas vezes foi deportado para o Tarrafal, a 1.ª durante 5 anos e meio e a 2.ª durante 3 anos. Foi o último preso político português a sair do Campo da Morte Lenta.

Evadiu-se 4 vezes das prisões, tendo participado nas célebres fugas de

Peniche, em 1960, e de Caxias em 1961.

O 25 de Abril de 1974 veio encontrá-lo de novo na actividade revolucionária, desempenhando as tarefas que o Partido lhe distribuiu. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e é de novo eleito pelos trabalhadores para a Assembleia da República, fazendo parte do grupo parlamentar do PCP, a cujo trabalho tem dado preciosa colaboração.

Dirigente profundamente ligado às massas, tem participado em dezenas e dezenas de comícios e sessões de esclarecimento, onde a sua presença e a sua palavra são sempre carinhosamente recebidas pelos trabalhadores.

No próximo domingo Francisco Miguel faz 70 anos. O colectivo do «Avante!» deseja-lhe longa vida e bom trabalho, apontando a todos os comunistas e a todos os antifascistas o seu alto exemplo de lutador incansável.



FESTAS DO NATAL DOS PIONEIROS

Como é habitual nesta altura do ano, sempre esperada com ansiedade pela petizada, os Pioneiros do PCP promovem, em vários pontos do País, festas, jornadas de convívio e diversas iniciativas de carácter cultural e pedagógico, abertas a todas as crianças.

O Natal é, assim, pretexto para inesquecíveis momentos de confraternização, alegria e brincadeira.

Das iniciativas já realizadas destacam-se a visita de um grupo de Pioneiros ao laboratório fotográfico do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, no final do passado mês de Novembro. Além desta visita, que mobilizou o interesse de todas as crianças, e no decorrer da qual assistiram à revelação de fotografias, realizou-se ainda uma sessão de cinema, seguida de debate. Os Pioneiros aproveitaram também a reunião para falar sobre alguns aspectos dos seus planos de actividade para 1978.

No passado dia 3, outro grupo de Pioneiros visitou a XII Feira do Mel, tendo-se

informado sobre «a vida da abelha, o seu nascimento, os seus inimigos e as vantagens que a abelha traz ao homem».

A Sociedade Filarmónica da Amadora foi palco, no último domingo, de uma animada festa infantil promovida pelo núcleo local dos Pioneiros, em que colaboraram os Pioneiros de Odivelas, S. Bernardo, Amora-Seixal, Cascais, Damaia e Amadora. Esta festa — alegre tarde de convívio para centenas de crianças — incluiu uma sessão com ilusionistas, palhaços, teatro, canções e poesia.

AS FESTAS DESTA FIM-DE-SEMANA

Entretanto, estão anunciadas para este fim-de-semana várias festas de Natal, entre as quais salientamos as que decorrerão amanhã na sede do MDP/CDE do Cacém; no Progresso Clube de Algueirão-Mem Martins, no Centro de Trabalho de Belas e na Cooperativa da Linha do Estoril, Parede (junto ao

quartel). Estas festas, para as quais estão desde já convidadas todas as crianças, iniciam-se cerca das 15 horas. E não é preciso pagar bilhete!

No próximo domingo, o núcleo dos Pioneiros de Portugal de Queluz em colaboração com várias organizações populares levam a efeito uma grande festa infantil com início às 9 e 30, prolongando-se por todo o dia.

Também o núcleo do Centro de Trabalho Vitória (Lisboa) promove no domingo, a partir das 14 e 30, na colectividade Magalhães Lima, em Alfama, uma festa cujo programa inclui, entre outras surpresas, uma sessão com palhaços, ilusionistas, coros, um animador e cinema. Esta iniciativa conta com a colaboração das colectividades Magalhães Lima e Boa União, da Comissão de Moradores da Graça, Comissão de Moradores de S. Estevão, Voz do Operário, CUM de Alfama e do Grupo de Moradores de S. Vicente.

Tal como as outras, estas festas têm entrada livre.



Aspecto da grande Festa de Pioneiros realizada na Amadora

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

O camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central participou na passada 6.ª feira, pelas 21,30, no Centro de Trabalho de Faro, numa reunião geral de militantes que debatem a situação política actual.

No âmbito da Campanha dos 500 contos, promovida pela DORAL, realizou-se no passado domingo um convívio em Oitão, que reuniu cerca de 60 camaradas e amigos.

Ainda no âmbito desta campanha realiza-se no sábado no Centro de Trabalho, um convívio organizado pela célula dos Petróleos, em Faro. Ainda neste concelho, na semana corrente foi lançada a campanha do bolo para o Partido. Organizam-se rifas de cabazes de compras em Faro, Messines, Lagos, Vila Real de Santo António, Monchique, Oitão, Loulé. Os amigos a quem couberem os prémios deverão dirigir-se ao respectivo Centro de Trabalho.

Em Vila Real de Santo António rifa-se uma bicicleta de criança.

Com a participação do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Partido realiza-se no próximo dia 18 a Assembleia Concelhia de Beja do PCP.

No mesmo dia decorre a Assembleia da Freguesia de Nossa Senhora de Machede, do

PCP, com a presença do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central.

Realizou-se no passado dia 11, em Setúbal, um almoço em que participaram mais de uma centena de camaradas, organizado pela célula dos trabalhadores do mar. Presentes também camaradas pescadores e conserveiros de Peniche que ainda visitaram a UCP "1.º de Maio", da Gâmbia. Intervenções políticas por parte de camaradas de Peniche e de Setúbal encerraram o convívio, após o que actuou o conjunto "Os Galés".

Realiza-se amanhã, pelas 14 horas, em Beja, o Encontro Distrital dos Eleitos da FEPU para as autarquias, com o objectivo de analisar e debater as experiências e realizações levadas a efeito no ano corrente na administração democrática dos órgãos de poder local e fazer o levantamento das necessidades das populações.

Integrada na Campanha da Promoção Conquistas de Abril, decorrerá no próximo dia 21, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Congressos, no Estoril, uma sessão de esclarecimento com a presença do camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do nosso Partido e director do "Avante!".

Em Bragança, o incrível acontece!

JOVEM NÃO PODE SER ORFÃO POR SER DO PCP...

Um jovem órfão de pai e mãe, Alberto Moia Afonso, foi expulso da Casa de Trabalho "Patronato de Bragança" por ser filiado no PCP!

Parece uma situação de antes do 25 de Abril. No entanto aconteceu no passado mês de Novembro naquela instituição, conforme denuncia um comunicado da Comissão Concelhia de Bragança do PCP.

A Casa de Trabalho "Patronato de Bragança" é uma instituição criada com o objectivo de apoiar e formar jovens órfãos e desprotegidos recebendo para o efeito e anualmente centenas de contos de subsídios do Estado. O comunicado da organização do PCP que

denuncia o grave atentado contra as liberdades democráticas perpetrado pela direcção da instituição salienta:

«Desde há um ano que se vem acentuando o ambiente de repressão e intimidação sobre os jovens internados e seus educadores. Este ambiente concretizou-se nos últimos tempos com interrogatórios de carácter policial que fazem lembrar o tempo do fascismo, exercidos pela direcção do Patronato, nomeada pelo bispo da diocese».

O comunicado narra em seguida que esses interrogatórios foram feitos a quatro jovens pelo padre Américo Lima e por Manuel Alves e tiveram como pretexto a filiação no PCP de Alberto

Moia Afonso, ao qual apreenderam o respectivo cartão após busca ao seu armário!

O Alberto Moia foi arbitrariamente expulso, o que acarretou como consequência a interrupção dos estudos que prosseguia na Escola Comercial e Industrial de Bragança Além do mais, o jovem órfão viu-se na necessidade de procurar apoio junto de um seu avô, que se encontra entretado.

Tres anos e meio após o 25 de Abril e um ano e meio após a entrada em vigor da Constituição ainda há quem não só sonhe com o 24 de Abril, mas continue a agir como se o fascismo não tivesse sido derrubado.



1.ª Assembleia da Célula da Mague:

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO

A 1.ª Assembleia da Célula da MAGUE, realizada recentemente, reuniu 60 delegados e 150 convidados entre os quais se encontravam representantes da FEPU, do MDP/CDE, do MDM da UJC e da UEC.

Sobre a composição da célula da Mague, lia-se no Relatório de Actividades apresentado à Assembleia «no seu conjunto a Célula que representa 20% dos trabalhadores, conta com 345 militantes divididos por 11 núcleos, contando com um secretariado e um executivo. Da Célula, 71% são operários, 25,5% empregados e 3,5% técnicos. Em relação ao secretariado a composição social ficará mais de acordo com as nossas necessidades, com a entrada de 1 ou 2 técnicos».

Note-se que a evolução do número de militantes na Célula da Mague atesta um importante trabalho de reforço da organização do PCP na empresa: em Setembro de 1974, o número de militantes era de 80, evoluindo para 163 no final desse mesmo ano, para 265 no fim de 1975 e atingindo 317 em Dezembro de 1976. Acentuando a necessidade de continuar a fortalecer a organização do PCP, a realização da Célula assinalou que «o reforço da organização tem de passar pela melhoria do estilo de trabalho dos responsáveis da nossa Célula, pela preocupação constante de novos quadros, pelo esforço de conquista de todos os membros da Célula para uma autêntica militância. Se trabalharmos nesse sentido estaremos certamente em condições de alargar a nossa organização, estaremos em condições de passarmos dos 345 que somos para 400 ou 500 no futuro. Igualmente reforçando a organização, ficaremos em melhores condições para auxiliar e influenciar as camadas juvenis da nossa empresa, até agora muito pouco acompanhadas, assim como também os técnicos, os empregados e as mulheres que representam hoje respectivamente 3,5%, 25% e 5% dos nossos efectivos».

Como tarefas a levar à prática com o objectivo de consolidar e alargar a organização do PCP na empresa, a Assembleia indicou como prioritárias as seguintes: «discutir com mais regularidade os problemas de organização nas reuniões de núcleo e do secretariado; distribuir mais harmoniosamente as tarefas a levar à prática, de maneira a transformar muitos inscritos em

militantes activos do Partido; ajudar os núcleos, hoje mais atrofiados, distribuindo-lhes também tarefas que estão actualmente a cargo de núcleos mais fortes; discutir com profundidade os sectores profissionais da empresa, para onde deve incidir os nossos esforços de recrutamento e a tática a adoptar em cada caso; discutir continuamente de forma realista e objectiva, os processos de ligar mais estreitamente os comunistas aos trabalhadores não comunistas, através do trabalho unitário mais cuidado do que tem sido feito até agora; encontrar a forma de tornar o Centro de Trabalho da Célula mais funcional, sobretudo no que diz respeito aos materiais de consulta e arquivo de documentação».

Considerando uma importância fundamental ao sector de Informação e Propaganda que «pelas suas características de agitação e mobilização é, e será sempre, o sector cuja actividade menos lapsos pode cometer sem comprometer profundamente a realização das tarefas que à Célula se colocam», a Assembleia analisou os diversos métodos e meios de propaganda, insistindo na necessidade de

melhoria do boletim da Célula «Vanguarda», órgão informativo e formativo dos comunistas na empresa que se destina igualmente a todos os trabalhadores, na necessidade de divulgar ainda mais o «Avante!» «como o porta-voz da justa orientação do rumo das lutas da classe operária no avanço do processo revolucionário», o «Militante», as edições «Avante!» e outros materiais do PCP.

Dos outros problemas analisados — política de fundos, trabalho ideológico, trabalho de direcção, trabalho sindical, trabalho unitário, juventude trabalhadora, controlo operário e Promoção «Conquistas de Abril» — ressaltou igualmente a firme disposição da Célula da Mague em prosseguir o trabalho de organização e esclarecimento no sentido de fortalecer o Partido Comunista Português, vanguarda das massas trabalhadoras, na empresa que actualmente é uma das mais importantes no contexto da economia nacional. Assinala-se que todo este trabalho intenso e positivo dos camaradas da Mague não surgiu com o 25 de Abril, pois já antes existia na empresa uma forte célula, com importantes tradições de luta.

GAMARADAS FALECIDOS

MANUEL FREIRE ANTUNES

Faleceu recentemente o camarada Manuel Freire Antunes, dedicado militante do Partido, residente em Loures.

No funeral — impressionante manifestação de pesar — incorporaram-se, além dos familiares, muitos dos seus amigos, companheiros e camaradas.

JOÃO RODRIGUES MORAIS

Vítima de doença, faleceu o camarada João Rodrigues Morais, militante comunista de longa data e trabalhador da Auto-Reconstrutora do Barreiro, onde esteve sempre na primeira linha das lutas travadas pelos trabalhadores.

Já com a saúde abalada, o camarada João Morais participou activamente e com grande espírito combativo nos piquetes nocturnos organizados pelos trabalhadores da empresa, durante quatro meses de luta.

SEBASTIÃO SALGADINHO ROCHA

Também recentemente, faleceu, no Hospital da CUF, o camarada Sebastião Salgado Rocha, que esteve ligado à Comissão de Freguesia do Partido, no Barreiro.

A família, amigos e companheiros dos comunistas desapareceram, o colectivo do «Avante!» apresenta, em nome de todos os camaradas, sentidas condolências.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

TEMOS DE RESPONDER, NO CAMPO POLÍTICO E IDEOLÓGICO A TODAS AS QUESTÕES QUE SE COLOCAM ÀS MASSAS POPULARES, AOS TRABALHADORES E AO PAÍS.

• O conhecimento e assimilação da linha do Partido e a sua justa aplicação no concreto, é um aspecto fundamental da batalha ideológica.

UMA POLÍTICA
AO SERVIÇO
DO POVO

São publicadas neste volume, ordenadas por assuntos, passagens das respostas dadas pelo camarada Álvaro Cunhal a perguntas feitas nas sessões de esclarecimento que realizou durante a campanha eleitoral para a Presidência da República.

O vasto leque de problemas aqui abordado, resultante das perguntas feitas ao longo das sessões, por um lado ilustra as preocupações dominantes do eleitorado, por outro ficam bem claras as posições do Partido Comunista Português e a clareza da sua linha política.

Sendo esclarecidos assuntos como:

- Conquistas da Revolução - Nacionalizações, controlo operário, reforma agrária, Constituição.

- Questões do processo revolucionário - as divisões do MFA e a crise político-militar, esquerdistas e poder popular, terrorismo, estabilização e desestabilização, perigos da recuperação, capitalista.

- Órgãos do poder e a sua formação - Presidente da República, Conselho da Revolução, formação do Governo após as eleições, o governo PS sozinho, maioria de esquerda e governo de esquerda.

- As eleições presidenciais - candidaturas de Ramalho Eanes, Pinheiro de Azevedo, Otelio Saraiva de Carvalho e Octávio Pato.

- Problemas económicos e sociais - recuperação económica e recuperação

capitalista, política de austeridade, direito à greve e seu uso correcto, emigrantes, retornados.

- Política externa e independência nacional - democracia e independência, comércio externo e empréstimos, China, Portugal, Angola, relações com países socialistas.

- Política de unidade - unidade de comunistas e socialistas, unidade dos trabalhadores, organizações unitárias de base, divisionismo esquerdista.

- Papel, força e vida do Partido Comunista Português - acção política e transformação dos homens, patriotismo e internacionalismo, ditadura do proletariado (conceito e designação), Stáline, direcção colectiva, democracia no Partido, os membros do Partido (os velhos e os novos), unidade do Partido e centralismo democrático, o PCP ao serviço do Povo.

- Trata-se, pois, de um livro que todos os militantes comunistas, todos os que querem esclarecer-se, formar-se e informar-se devem ler.

- Uma das direcções em que se desenvolve a acção do Partido Comunista Português na batalha ideológica é a divulgação e defesa dos princípios do marxismo-leninismo.

COLEÇÃO
ABC DO
MARXISMO-
LENINISMO

As Edições «Avante!» têm vindo a publicar esta

colecção, que tem como objectivo a formação ideológica das amplas massas de militantes e simpatizantes, aborda de uma forma sintética e perfeitamente clara o desenvolvimento do homem e da sociedade. A subdivisão desta colecção em 2 séries:

- Série A: Materialismo histórico;

- Série B: Materialismo dialéctico.

E a apresentação de cada tema em pequenos cadernos de 30 páginas, foram preocupações das Edições «Avante!» no sentido de



facilitar a sua leitura e a sua divulgação. Chamamos especialmente a atenção para o último título desta colecção - A Resistência Antifascista na Alemanha (1933/1939) - recentemente posto à venda. Traça a história da resistência ao terror fascista, conduzida pelo Partido Comunista da Alemanha até vésperas da II Guerra Mundial e analisa as razões que permitiram a tomada do poder pelo fascismo.

BREVEMENTE À VENDA

OS DEZ DIAS
QUE ABALARAM
O MUNDO

Os dias decisivos da Revolução de Outubro, narradas pelo jornalista americano John Reed. Livro escrito por um homem, escritor e revolucionário, que assistiu e viveu, sentiu e compreendeu essa Grande Revolução Socialista, que ele próprio denominou «um dos maiores acontecimentos da História da Humanidade».

Esta obra, escrita e publicada em 1919 e que ficou célebre, tem sido ao longo dos anos um dos mais lidos e entusiasmantes documentos sobre a Revolução de Outubro.

Nela se escreve, se explica e se analisa não só os dias da Revolução, mas o contexto em que se inseriu. A lucidez e a verdade vão de braço dado com o entusiasmo e o vigor, porque John Reed, como corajosamente o afirmou, não era «neutral, tomara partido, o partido da Revolução».

Em relação a este livro Lênine escreveu: Foi com o maior interesse e sem que a minha atenção abrandasse um só momento que li o livro de John Reed. Recomendando sem reservas a sua leitura aos operários do Mundo inteiro. Eis um livro que gostaria de ver publicado em milhões de exemplares e traduzido em todas as línguas.

Passaram 60 anos sobre a Grande Revolução Socialista de Outubro; anos que representam séculos na História da Humanidade. Os operários e camponeses russos edificaram o primeiro Estado socialista do Mundo, e com ele abriram decisivamente as portas para o futuro radioso das classes trabalhadoras, dos explorados e oprimidos.

Exposição-Venda de Natal

PARA OS TEUS FAMILIARES,
PARA OS TEUS AMIGOS
AS MELHORES OFERTAS

Centro de Trabalho do PCP de Alcântara
Rua de Alcântara, 27-1.º

Centro de Trabalho do PCP de S. Bernardo
Rua de S. Bernardo, 14

Centro de Trabalho do PCP do Beato
Calçada D. Gastão, 15-1.º

Centro de Trabalho do PCP da Previdência
Largo Trindade Coelho, 9-1.º

Arredores de Lisboa - Nos Centros de Trabalho de:
AMADORA/SACAVÉM/CASCAIS/OEIRAS/ALGÉS

A partir do dia 16 terá à tua disposição em qualquer destes Centros de Trabalho uma vasta gama de materiais para as tuas prendas de Natal.

Avante! Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Neste número: Mais de 8 mil novos camaradas em Novembro
• Reforcemos a Promoção até ao seu final - Enquadramos sempre melhor a organização do Partido
• O trabalho camponês no Algarve
• Encontro Nacional «A Juventude pelo direito ao trabalho»
• Resolução da Comissão Política do Comité Central - Algumas normas sobre as assembleias das organizações distritais regionais
• Para a dinamização do sector nacionalizado
• Comissões de moradores - situação e perspectivas
• 1.º Congresso da UEC
- A escola e a vida no caminho de Abril
• 0 8.º Balanço Geral da Organização e a passagem dos cartões para 1978/79
• Índice classificado dos artigos publicados em 1977.



Georgete Ferreira falando ao Congresso, a quem transmitiu as fraternais saudações dos comunistas portugueses

XXIII Congresso do PC da Áustria

«NOTÓRIA A GRANDE UNIDADE ENTRE DIRIGENTES E MILITANTES»

- afirma ao «Avante!» a camarada Georgete Ferreira representante do PCP no Congresso

Foi notória a grande unidade da direcção do Partido Comunista da Áustria com os seus militantes - afirmou-nos a camarada Georgete Ferreira, membro do Comité Central do PCP, que recentemente se deslocou a Viena a fim de assistir, em representação do nosso Partido, aos trabalhos do 23.º Congresso do Partido Comunista da Áustria, que durante três dias se realizaram naquela cidade.

Manifestando-nos as suas impressões sobre o Congresso a camarada Georgete Ferreira acrescentaria:

Durante os trabalhos ficaram bem definidas as posições do PC da Áustria em relação à unidade do movimento comunista internacional. Assim como foi combatida a tendência do chamado «eurocomunismo» como forma de facilitar a divisão do movimento comunista e do mundo socialista.

Revelando-se um Congresso muito vivo e voltado para os problemas reais do país, contou por isso mesmo com uma grande participação da juventude. Foi manifesto ainda a vontade e o esforço de encontrar a forma de alargar os elos do Partido com as massas, e de alargar a influência unitária junto dos trabalhadores no sentido de combater a segregação política que hoje também se verifica na Áustria.

Explicitando melhor esta afirmação, a camarada Georgete Ferreira recordou que na Áustria, como aliás já sucedeu na Alemanha, muitos trabalhadores são afastados dos seus postos de trabalho ou impedidos de serem promovidos nas suas carreiras profissionais apenas pelo «crime» de serem comunistas.

Entretanto, no relatório apresentado ao Congresso é apontada a alternativa política para a presente situação social-democrática, portadora de uma crise que se não é presente pelo menos já se antevê.

A participação da juventude entusiasmou a camarada Georgete Ferreira que, pela experiência vivida, manifestou a sua confiança no desenvolvimento do trabalho da Juventude e na sua participação activa na vida do Partido, como factor de continuidade.

Estiveram presentes no 23.º Congresso do Partido Comunista da Áustria representantes de todos os países socialistas, enquanto que dos países capitalistas da

Europa se encontravam presentes os partidos irmãos da França, Itália, República Federal da Alemanha e Suíça.

A propósito da presença do PCP a camarada Georgete Ferreira precisou:

Por toda a parte encontrei um grande carinho para com o nosso Partido. Era evidente também a atenção pela evolução dos acontecimentos no nosso país. Devo dizer que fomos o segundo partido dos países capitalistas a usar da palavra. Depois da intervenção dos representantes do Partido Comunista Alemão, do Partido Comunista da União Soviética, seguiu-se no uso da palavra o representante do PCP.

Como quis frisar a camarada Georgete Ferreira, uma das coisas que mais a impressionou foi a grande unidade à volta da direcção do Partido Comunista da Áustria e do seu presidente, o camarada Franz Muhlri.

INTERVENÇÃO NO CONGRESSO

Na sua intervenção no Congresso, a camarada Georgete Ferreira afirmou, nomeadamente:

Seguimos com vivo interesse a evolução da situação política do vosso país e a acção do PC da Áustria, nas condições particularmente complicadas em que se desenvolve a vossa luta.



O presidente do PCA, camarada Franz Muhlri exhibe o presente dos comunistas portugueses

«Outubro e a Juventude»

JOVENS DE 100 PAÍSES REUNIDOS EM LENINEGRADO

Entre os dias 21 e 25 do passado mês de Novembro, decorreu em Leninegrado, na URSS., um grande encontro juvenil subordinado ao tema «Outubro e a Juventude». Presentes mais de uma centena de organizações representativas da juventude progressista de 100 países, entre as quais a União da Juventude Comunista (UJC) e a União dos Estudantes Comunistas (UEC), de Portugal.

A delegação do nosso país, constituída por cinco camaradas, foi chefiada por Domingos Oliveira, da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC e membro suplente do Comité Central do PCP.

Integrado nas comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, este encontro demonstrou, uma vez mais, que a juventude progressista de todo o mundo está firme na luta contra o imperialismo, pela liberdade, a independência e o progresso social.

Os trabalhos do encontro, que decorreram num ambiente de grande entusiasmo e determinação, foram divididos por quatro comissões que abordaram os seguintes temas: «A Revolução de Outubro e o papel da juventude na vida política, económica e social»; «A Revolução de Outubro e a participação da juventude na luta pela paz, a segurança internacional, o fim da corrida aos armamentos e a cooperação entre os povos»; «A Revolução de Outubro e a sua influência no desenvolvimento da luta de libertação nacional» e «A Imprensa juvenil progressista na luta pela solidariedade anti-imperialista, a Paz e o progresso».

Na sessão plenária de abertura, seria calorosamente aplaudida uma mensagem enviada pelo secretário-geral do PCUS, camarada Leonid Brejnev.

Em todas as comissões foram aprovados, no final, documentos



informativos com as conclusões das discussões realizadas. Nesses documentos foi assinalada a determinação da juventude de continuar a luta contra a corrida armamentista, pelo desarmamento e pela paz. Foi ainda sublinhada a luta que a juventude e os povos da Europa, África e América Latina, desenvolvem contra a exploração dos monopólios, contra o imperialismo, o racismo e o «apartheid» e o fascismo.

Delegação do PSOH em Lisboa

REAFIRMADA A SOLIDARIEDADE DOS COMUNISTAS HÚNGAROS

Passou por Lisboa no sábado passado, vinda da América Latina, uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, dirigida pelo camarada Béla Bisku, membro do Bureau Político e secretário do Comité Central, e de que faziam também parte os camaradas Lajos Méhes, membro do CC e secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos e Gábor Nagy, vice-responsável da Secção Internacional do CC.

Esta delegação teve um encontro com uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido e integrada pelos camaradas Carlos Aboim Inglês e Albano Nunes, membros do Comité Central, e Helena Costa, da Secção Internacional.

Durante o encontro, que decorreu num ambiente de fraternal cordialidade, os representantes do PSOH e do PCP deram uma informação mútua sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos respectivos Partidos.

A delegação do Partido Socialista Operário Húngaro

expressou, em nome dos comunistas húngaros, a sua profunda solidariedade para com a luta dos comunistas

portugueses, pela defesa das conquistas revolucionárias, a unidade de todas as forças democráticas e a salvaguarda do

SAUDAÇÃO

Queridos Camaradas,

É com alegria que o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 23.º Congresso do Partido Comunista da Áustria, os seus delegados e, através deles, todos os militantes do PC da Áustria, a classe operária e o povo trabalhador do vosso país.

O 23.º Congresso dará certamente um importante contributo à luta da classe operária e dos trabalhadores da Áustria pela defesa dos seus interesses vitais, contra a política dos monopólios e para impedir que sejam os trabalhadores a pagar a crise do capitalismo.

O 23.º Congresso mostrará o apego dos comunistas austriacos à luta pelo desarmamento, o desarmamento e a paz.

Fazemos votos para que tenhais os maiores sucessos quer nos trabalhos do Congresso quer na ulterior aplicação das suas decisões.

Queridos Camaradas,

A Revolução portuguesa iniciada a 25 de Abril de 1974 alterou radicalmente a face de Portugal. As grandes conquistas revolucionárias - as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário - estão hoje consagradas na Constituição da República, que aponta para Portugal o caminho do socialismo. Durante estes três anos, desenvolveu-se um poderoso movimento popular, no qual o PCP tem um papel destacado. A Revolução portuguesa deu uma importante contribuição para o desenvolvimento da luta das forças anti-imperialistas.

Não obstante a ofensiva do imperialismo e da reacção interna para liquidar as conquistas alcançadas, elas mantêm-se corajosamente defendidas pela classe operária e pelo movimento popular que se reforça dia-a-dia.

A política de recuperação capitalista, agrária e imperialista seguida pelo Governo do PS, apoiada na prática pelos partidos da direita, não resolveu um único dos grandes problemas nacionais, conduzindo pelo contrário ao seu agravamento e constituindo a causa principal da crise económica, social e política que Portugal atravessa.

O PCP fez e continua fazendo esforços para que se acorde uma plataforma entre todas as forças políticas e sociais interessadas no cumprimento da Constituição, insistindo em que a saída para a crise actual só é possível através de um grande esforço nacional e patriótico, com a participação criadora da classe operária, dos trabalhadores e do seu Partido, o PCP. Os comunistas portugueses lutam e lutarão infatigavelmente para defender as conquistas da revolução e assim assegurar o caminho do socialismo à jovem democracia portuguesa.

Queridos Camaradas,

Os comunistas portugueses sempre contaram com a solidariedade dos comunistas austriacos. A nossa luta comum contra o capitalismo, pela democracia e o socialismo, criou entre os nossos dois partidos profundos laços de amizade e solidariedade.

Os comunistas austriacos lutam contra inimigos e adversários experimentados. Estamos contudo convencidos de que, fiel às grandes ideias de Marx, Engels e Lênine, o Partido Comunista da Áustria reforçará a sua organização e o seu papel no seio da classe operária e dos trabalhadores, derrotará o reformismo, abrirá caminho às necessárias transformações antimonopolistas.

Na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário os comunistas portugueses continuarão a actuar para que se reforcem os laços de amizade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos e pelo reforço do movimento comunista internacional.

Podeis contar, queridos camaradas, com a solidariedade de combate dos comunistas portugueses.

Viva o 23.º Congresso do Partido Comunista da Áustria!
Viva a luta da classe operária austriaca!
Viva o Partido Comunista da Áustria!
Viva o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

VISITA DE ESTUDO À POLÓNIA

Regressou da República Popular da Polónia uma delegação de estudo do Partido Comunista Português que naquele país, e a convite do Partido Operário Unificado Polaco, permaneceu duas semanas para tomar contacto com vários aspectos da indústria naval polaca.

Do programa da estadia fizeram parte visitas aos estaleiros de Gdansk Lenine, na cidade de Gdansk e ao Centro de Técnica Naval em Malbork.

A delegação realizou ainda outras visitas e teve contactos que lhe permitiram apreender vários

aspectos da realidade económica, política e cultural da Polónia.

Além de contactos com dirigentes das organizações locais do PCUP e com dirigentes sindicais, a delegação do PCP foi recebida pelo camarada G. Orajewski, da Secção Internacional do CC do PCUP e pelo Vice-Ministro para os Assuntos Económicos do Ministério da Indústria e Máquinas Pesadas e Agrícolas.

Toda a visita decorreu num clima de franca camaradagem, tendo contribuído para reforçar os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e o Partido Operário Unificado Polaco.



As delegações do PSOH e do PCP reunidas

Encontro dos eleitos da FEPU do Norte

SERVIR AS POPULAÇÕES E CONTRIBUIR PARA O PROGRESSO DAS SUAS TERRAS

É sobretudo ao lutarmos pela resolução dos problemas e carências locais, ao obtermos êxito nesta nossa luta, que contribuiremos não apenas para a melhoria das condições de vida do nosso povo e para o progresso das nossas terras, mas também para a elevação da consciência cívica e política das populações, para o alargamento da base social das forças que se opõem ao regresso ao passado, para a defesa da liberdade e das outras conquistas de Abril, para um Portugal democrático, rumo ao Socialismo, sublinham as conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação, do I Grande Encontro de Eleitos da FEPU do Norte.

No sábado e domingo, ao longo de 15 horas, foram escutadas no Palácio de Cristal do Porto, dezenas e dezenas de intervenções transmitindo informações, opiniões e experiências sobre os mais variados assuntos relacionados com a administração local e com os problemas mais sentidos das populações. Nos trabalhos participaram 1545 eleitos e convidados que, um ano depois das eleições para as autarquias locais, deram um poderoso contributo para o sucesso da luta pelo progresso das suas terras, para a construção de uma vida melhor do povo, para o reforço dos órgãos do poder local, tendo como tema fundamental unir para construir.

BALANÇO DE UM ANO DE TRABALHO NAS AUTARQUIAS

As 11,30 horas de sábado, iniciou-se a chamada dos 26 membros da FEPU eleitos para diversas autarquias do Norte que faziam parte da mesa da presidência do Encontro. Em nome da Comissão Organizadora, usou da palavra Cassiano Abreu Lima, membro da Assembleia Municipal do Porto, que considerou com o primeiro objectivo da reunião a realização de um largo debate que permitia realizar o balanço das experiências recolhidas ao longo deste ano de participação na administração local.

No final da sua intervenção, foram lidas diversas saudações enviadas pela Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral Povo Unido do concelho do Porto, pela Comissão Coordenadora do Norte do Movimento Democrático Português e pela Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, que foram calorosamente sublinhadas pelos presentes.

Ao princípio da tarde, na nave central do Pavilhão, iniciava-se uma sessão que se prolongaria até cerca das 20 horas, durante a qual seriam apresentados depoimentos pelos eleitos acerca da habitação, melhoramentos locais, limpeza e higiene locais, transportes, fiscalização de preços e abastecimento público, autarquias e problemas dos camponeses. Entretanto, com o Pavilhão da Avenida das Tílias repleto, efectuou-se, a partir das 17 horas, uma palestra-debate sobre legislação e poder local.

32 A 45 POR CENTO DAS FAMILIAS DO NORTE VIVEM MAL ALOJADAS

Um dos problemas que mais aflije a população dos cinco distritos do Norte é o da habitação. Como referia um painel da exposição documental e fotográfica, instalada no Palácio, o número de famílias mal alojadas

(alojamentos que não constituem fogos, situações de sublocação e de superlotação) varia entre 32 por cento, em Vila Real. Não admira, por isso, que os eleitos presentes analisassem detalhadamente a questão e se apresentassem uma síntese do esforço realizado, dos esforços a vencer e das tarefas a executar.

Sousa Pereira, membro da Assembleia Municipal do Porto, iniciou o debate salientando que a FEPU, antes da discussão naquele órgão do problema da habitação, realizou numerosas reuniões com a população sobre o conteúdo da proposta a apresentar pelo Povo Unido, que defendia a mobilização racional e planeada de todos os recursos. Todavia, durante a discussão na AM, a maioria decidiu enviar à Câmara as três propostas apresentadas, recusando uma proposta da FEPU que defendia a formação de uma Comissão para as coordenar e concatenar, impossibilitando de facto o aproveitamento dos aspectos positivos pelas entidades. Como salientou Sousa Pereira, a AM acabou por não dar os frutos. Contudo, há a reter a metodologia adoptada pela FEPU - preparação técnica adequada, discussão pública e defesa consequente na AM.

De seguida, um membro da Assembleia de Freguesia de Santo Ildefonso, José António Pinto, realçou o trabalho desenvolvido pelo executivo da Junta, integrada por elementos do PS e da FEPU, em defesa dos interesses dos moradores, particularmente dos ocupantes, cerca de 80. Não obstante ser a freguesia com maior número de ocupações de casas na cidade, o certo é que - devido ao trabalho unitário realizado pela Junta não se efectuou qualquer despejo, até ao momento, estando em curso um processo visando a legalização das ocupações.

Naturalmente, frisou José António Pinto, que muito será necessário lutar ainda para evitar o despejo dos ocupantes, contudo a JF tem, o compromisso (embora pessoal) da Presidência da Câmara e do Governador Civil de que será arranjada sempre uma solução que vise alojar os moradores ocupantes, cuja situação não seja possível legalizar.

A propósito do processo SAAL no Porto, um membro da AM, José Baía, salientou a urgência de ser ultrapassado rapidamente o atraso dos respectivos processos de expropriação e da construção das infra-estruturas. Depois de referir os elevados prejuízos resultantes para a população, José Baía salientou a necessidade dos eleitos pela FEPU contribuírem para a superação destas duas situações.

Nos Bairros Camarários do Porto existem cerca de 10200

fogos, onde vivem mais de 50 mil pessoas. Na sua intervenção Manuel Andrade, vereador da CMP, denunciou a acção camarária neste capítulo. Os dois exemplos apontados são particularmente significativos: existe apenas uma brigada de 12 funcionários para a conservação e obras dos 29 mil contos previstos para gastar nos Bairros Camarários, em 74/75, a quase totalidade transiuiu para o ano seguinte. De salientar, entretanto, que a CMP recebe anualmente dos locatários cerca de 30 mil contos. A finalizar a sua intervenção, Manuel Andrade denunciou o facto do caderno reivindicativo dos moradores, formulado depois do 25 de Abril, só ter sido parcialmente satisfeito, e defendeu medidas adequadas por parte da entidade portuense visando a minimização e superação dos inúmeros problemas com que se debatem os mais de 50 mil moradores dos 26 Bairros Camarários.

UNIDADE E LUTA CONTRA O CACIQUISMO

O exemplo da luta unitária numa região até há poucos anos dominada pelos poderosos caciques fascistas foi divulgado por Maria Augusta de Oliveira Lemos, membro da Assembleia de Freguesia de Riba d'Ave e ex-membro da CA da Junta de Freguesia. «Unidos para um lar», assim se designa a Cooperativa de Habitação Económica, a única existente no concelho de Famalicao, surgiu por iniciativa da CA da JF para superar o grave problema da habitação naquela localidade, cuja média de habitantes por fogos é superior à média do concelho.

Aos entraves e dificuldades sentidos no arranque do projecto pelos cooperantes, actualmente são mais de 250, juntaram-se os boicotes e desinteresses dos actuais membros da Junta, afectos ao PPD/PS e que venceram por cerca de cento e poucos votos a lista unitária, que até já recusaram a sede da Junta para reuniões da cooperativa. Os associados da «Unidos para um lar», apesar de terem ficado sem um dos terrenos aprovados para as construções económicas, estão a negociar com os proprietários de outros terrenos para conseguirem concretizar as suas aspirações.

Outros exemplos de luta pelo progresso das suas terras foram apresentados por eleitos. Depois de Domingos Afonso, membro da Assembleia Municipal de Botijas e da Assembleia da Freguesia de Dornelas, ter suscitado com a sua intervenção o momento mais alto do Encontro, onde enormes e entusiásticos aplausos sublinharam os êxitos das forças progressistas sobre a reacção, falou um membro da Assembleia

Municipal de Gondomar, Armando Pimenta, sobre a luta da população da freguesia da Lomba, situada na margem esquerda do Douro e a 50 kms do Porto.

Ali, numa localidade esquecida pelos fascistas, somente depois de Abril começaram a surgir alguns melhoramentos. Há dois anos, meteu ombros à tarefa de assegurar o abastecimento de água. A Cooperativa surgiu e foi alcançando apoio popular, apesar da intensa campanha de desmobilização e de calúnias dos reacções. Os associados realizaram o trabalho necessário. Abriram valas, fizeram as obras necessárias para a colocação do motor junto do rio, montaram a conduta de elevação, transportaram a areia necessária para a construção do depósito e procedem, actualmente, à abertura das valas para as condutas de distribuição. Tudo feito por eles, salvo o depósito que será construído pela Câmara de Gondomar.

Como sublinhava o relator lido pelo membro da AM de Gondomar, jamais na Lomba se venderá água por medida com a mesma medida do azeite ou do vinho. Jamais se venderá na Lomba água a preços verdadeiramente especulativos. A população, acrescentou, deixou de ter o sobe e o seu despeço uma nota de um qualquer. O tempo dos caciques acabou, definitivamente.

Talvez porque não esteja interessado em que isso suceda é que um vereador da Câmara Municipal de Matosinhos, sr. Emídio Pinto, não vê com bons olhos a formação de uma cooperativa de habitação, a «Unidos Venceremos», formada por iniciativa de elementos que integravam a Comissão de Apoio à lista da FEPU candidata às eleições para os órgãos de poder local da freguesia de Custóias, consoante referiu um membro da respectiva Assembleia de Freguesia, Manuel da Silva Ribeiro Afonso.

Muitas outras intervenções foram proferidas por eleitos, lestando o seu empenho na melhoria do funcionamento dos órgãos das autarquias locais, defendendo o papel que lhes está definido constitucionalmente para contribuir para a melhoria das condições de vida das massas populares, dos camponeses, definindo os moldes em que se deve processar a colaboração entre os organismos populares de base e as autarquias, assim como a melhoria dos serviços deles dependentes.

Nas duas palestras-debate, realizadas no Pavilhão da Avenida das Tílias, era impressionante o interesse em obter esclarecimentos e orientações acerca da legislação, do poder local, da habitação, melhoramentos locais e múltiplos aspectos importantes para uma profícua acção dos eleitos.

Durante mais de três horas e meia, a reunião terminou a 1,35 horas da madrugada de domingo, os eleitos debateram na nave central do Palácio temas relacionados com a unidade com os eleitos das várias forças políticas, com a participação das organizações populares de base e das populações, com os obstáculos e dificuldades de acção das autarquias e dos eleitos. Atentamente escutados, foram apresentadas experiências de dezenas de localidades do Norte, onde se verificam as situações mais dispares e a correlação de forças políticas é diferente.

Como salientam as conclusões do Encontro, aprovadas por unanimidade e aclamação, os problemas e carências que afectam as populações dizem respeito ao seu dia a dia e interessam amplas camadas, sectores e grupos sociais. Daí, o empenho e a orientação definida pelo Povo Unido visando a unidade dos eleitos com diversas concepções políticas ideológicas, na base do propósito de servir as populações e contribuir para o progresso das suas terras. Realçando o facto da unidade não só ser possível de alcançar, como necessária, as conclusões da reunião apontam para o prosseguimento e reforço da aproximação, do diálogo e do entendimento com todos os eleitos em torno de propostas concretas. Apoiar todas as propostas justas, venham elas de onde vierem, deve continuar a ser um dos princípios orientadores da nossa actividade nos órgãos de poder local.

Condenando a formação de blocos políticos e a instrumentalização partidária, como sucedeu recentemente com a questão da propaganda política, as conclusões do Encontro



As sessões de trabalho do Encontro caracterizaram-se pela grande participação

consideram a partidarização dos órgãos do poder local, sobretudo a sua utilização para fins estritamente partidários, como uma orientação funesta a que devemos continuar a opor-nos firmemente.

Ouvir o povo não basta, frisam as conclusões noutro capítulo relacionado com a intervenção popular na superação de múltiplos problemas locais. É necessário, salientam, saber auscultar as suas aspirações. É necessário despertar e pôr em acção a sua imensa força, a sua enorme capacidade inventiva e criadora.

Reiterando a posição anteriormente definida pela FEPU, as conclusões do Encontro defendem a participação das organizações populares, nomeadamente as Comissões de Moradores, nas Assembleias de Freguesia e nos Concelhos

Municipais, defendem o diálogo e a cooperação entre as autarquias e as organizações populares, condenam a ingerência daquelas na vida destas e defendem a ligação constante entre os órgãos das autarquias e o povo. Salientando a importância de se desenvolverem as formas de contacto dos eleitos da FEPU com a população, as conclusões salientam que estes têm um importante papel a desempenhar na luta contra a corrupção, o caciquismo, o conservadorismo e por autarquias verdadeiramente democráticas.

Noutros capítulos, as conclusões do Encontro defendem a reorganização o melhoria técnica dos serviços, o efectivo funcionamento dos órgãos das autarquias, a autonomia administrativa e financeira, a completa

institucionalização dos órgãos do poder local, a dinamização da FEPU, e melhoramento do trabalho dos eleitos, terminando com um apelo à defesa das liberdades e das outras conquistas de Abril, da Constituição, por um Portugal democrático, rumo ao socialismo.

Este importante documento foi aprovado, ao fim da manhã de domingo, bem como um manifesto à população do Norte. Durante esta sessão foram feitas intervenções de eleitos sobre a assistência à criança e à 3.ª idade, sobre saúde, animação cultural e desportiva, alfabetização e ensino. Divulgando inúmeros exemplos da sua actividade os eleitos da FEPU mostraram que, também neste sector, têm como principal propósito servir as populações e supurar a pesada herança do fascismo.

Dornelas:

UMA LUTA VITORIOSA E EXEMPLAR CONTRA O CACIQUISMO E A REACÇÃO

A nossa maior preocupação é contribuir para que o povo se liberte dos caciques. Tem custado um bocadinho. Mas, através daquilo que já realizámos, estamos certos que havemos de conseguir o nosso objectivo: derrotar a reacção e contribuir para a melhoria das condições de vida da população da nossa freguesia, Dornelas, e do nosso concelho de Botijas, declarou ao «Avante!» Domingos Afonso, membro da Assembleia Municipal de Botijas, e da Junta de Freguesia de Dornelas.

HERDÁMOS 63\$90 DA JUNTA FASCISTA

Momentos antes, na nave central do Palácio, as suas palavras de confiança na luta contra o caciquismo, os inúmeros melhoramentos realizados naquela freguesia, onde a FEPU derrotou a lista do PPD por dez votos de diferença; assim como a denúncia dos intermediários e dos parasitas justificaram plenamente que a sua intervenção fosse frequentemente interrompida por aplausos que, sem margem para dúvidas, foram os maiores escutados naquele local, durante as 15 horas de reunião.

Da Junta fascista herdámos 63\$90 (sessenta e três escudos e noventa centavos), começou por nos referir, acrescentando que a primeira preocupação da Comissão Administrativa democrática foi arranjar terrenos para o povo construir a sua casa, sobretudo os emigrantes que deparavam com muitas dificuldades para fazer residências. Embora a freguesia tenha muitos terrenos, no tempo do fascismo os caciques levantavam muitos entraves. Mesmo assim, comentou, os que os conseguiram vencer ainda tinham de agradecer de chapéu na mão...

Após terem feito diversos contactos, conseguiram a desanexação de 27 hectares para construção, que pertenciam aos Serviços Florestais, de acordo com uma decisão publicada no «Diário da República». Nessa altura, os caciques mudaram de tática. Defendiam que o terreno devia ser de graça. Porém, em reunião da população foram desmascarados e isolados, acabando por ser fixado o preço em cinco escudos o metro quadrado. A propósito, o nosso interlocutor frisou que sempre que temos de tomar decisões importantes ouvimos o povo. Actualmente, já estão construídas cerca de 10 casas, devendo iniciar-se em breve mais construções que já estão apalavradas com os apetreitados.

LIVROS PRECISAM-SE!

Desde o 25 de Abril, a acção dos democratas empenhados na transformação progressiva daquela localidade é assinalável. A sua capacidade de iniciativa e o seu empenho estão materializados em diversos e importantes melhoramentos. Foi reconstruída uma antiga Escola Primária, onde funciona um Centro Cultural e a Junta de Freguesia; foram construídos dois estradões, o de Louzas, com quatro quilómetros, e o de Casal, com seis; foi melhorada a luz pública. Mais não foi feito, por exemplo, o alargamento do camitério e outras obras devido ao boicote da Câmara Municipal de Botijas.

Antes de se referir a este aspecto, Domingos Afonso salientou a importância da criação do Centro Cultural, cujas obras foram feitas por acção

do respectivo projecto, Domingos Afonso salientou: logo que seja reconstruída a levada podemos aumentar a produção de gado, de cereais e de batata. No Verão, a levada seca e as culturas queimam-se todas. Além disso, acrescentou, não podemos ignorar que a carne do gado barroso é a melhor do mundo. Para o próximo ano, segundo nos informou, a Junta de Freguesia pretende conseguir a ligação à estrada 311, electrificar o lugar de Louzas, fazer arruamentos e, ainda, construir campos de jogos, junto da Escola Primária.



Domingos Afonso falando ao redactor do «Avante!»

PARAR É MORRER Parar é morrer, afirmou o membro da Assembleia Municipal de Botijas, quando nos referia outros projectos delineados pela Junta de Freguesia de Dornelas. Pretendem fazer três arruamentos, estabelecer a ligação à sede da freguesia, distribuir a água ao domicílio, já participada, bem como um projecto de reconstrução de uma levada.

Realçando a sua importância de ser dada luz verde para esta obra por parte do Ministério das Obras Públicas, onde se encontra

crianças. A Junta já conseguiu um subsídio para a alimentação.

TRABALHAR CADA VEZ MAIS

As crianças são o futuro da sociedade. São aqueles que irão continuar a nossa existência. Por isso, depois da Revolução dos Cravos não queremos que tenham uma vida como a que tivemos, declarou-nos Domingos Afonso. Os olhos brilhavam-lhe de alegria quando nos revelava pormenores de um projecto ambicioso que aguarda a comparticipação estatal. Trata-se do projecto do Alto do Coto, onde ficará situada a Casa do Povo, o Posto Médico, a creche e a casa de convívio, ladeadas por casas. Entretanto, subsiste um problema. Enquanto o Governo pretenda que a venda de terreno fosse feita na base dos 100/150 escudos o metro quadrado, a Junta pretende vendê-lo a 20\$00 o metro quadrado.

Em Dornelas a luta entre o progresso e a estagnação é enorme e difícil. Muito já foi alcançado. A população dos lugares de Louza e do Casal já não tem de se servir de burros e padiolas para transportar os enfermos, como sucedeu até há pouco. É certo que, devido à inórcia (para não lhe chamar pior...) do administrador dos Serviços Florestais o pontão de madeira em Louza, foi destruído e, agora, as crianças e as pessoas têm de fazer uma enorme ginástica para atravessar o curso de água. As obras já podiam ter começado há muito, porém o dito senhor administrador é dos tais que administra o dinheiro do povo à maneira deles, isto é, mal.

A finalizar o regozijo de nos manifestar o regozijo dos compadres pela abolição do Art.º 109.º da Lei das Autarquias (o Domingos Afonso também é membro da Comissão Directiva dos baldios de Dornelas e Serdedo) o nosso interlocutor declarou:

Estou, estive e estarei sempre confiante no sucesso da nossa luta pela democracia e o socialismo, contra a reacção. Se não confiasse estava perdido. Vamos continuar a trabalhar cada vez mais pelo bem do povo. Parar é morrer.



MILHARES DE PESSOAS PARTICIPARAM NO COMÍCIO-FESTA DE ENCERRAMENTO

Milhares de pessoas acorreram ao Palácio de Cristal para participarem no comício-festa de encerramento da importante jornada, promovida por uma comissão organizadora integrada por mais de cem elementos da FEPU dos cinco distritos do Norte. Nesta sessão os diversos oradores sublinharam a importância do Encontro, defenderam a unidade na acção dos membros dos órgãos do poder local, a sua democratização e a necessidade do seu funcionamento democrático.

Antes de se iniciar o comício, actuou Luís Viegas que interpretou quatro canções progressistas. Seguidamente, pelas 16,15 horas, começaram a ser chamados para a mesa cerca de trinta eleitos para os vários órgãos das autarquias locais do Norte, além de Helder Madeira, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, e Luís Sá, director da revista «Poder Local» e membro da Comissão Nacional da FEPU.

Numa curta mensagem, justificando a sua ausência, o Presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, realçou os êxitos da Reforma Agrária, através do aumento da produção agrícola que, este ano, atingiu uma das maiores áreas de sempre, 250 mil hectares e de outros índices, designadamente, um milhão de cabeças de gado

e 14 mil máquinas e alfaias agrícolas.

Cassiano Abreu Lima, membro da Comissão Organizadora e da Assembleia Municipal do Porto, divulgou diversos dados relacionados com o Encontro. Após ter realçado a importância do respeito pela legalidade democrática e pela Constituição, Cassiano Abreu Lima realçou posições de princípio que serão adoptadas pelos eleitos da FEPU e salientou que «a acção eficaz dos órgãos do poder local, passa pela constituição de um Governo democrático».

Calorosamente saudado pelos milhares de pessoas presentes no Palácio, usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro. Lamentando a inexistência de uma Lei das

Finanças Locais, salientou: «vamos entrar em 1978 sem uma definição clara das verbas que nos caberão para a resolução da maioria dos problemas que temos de enfrentar». Defendendo a participação popular na resolução dos problemas locais, Helder Madeira afirmou que, no orçamento para o próximo ano, estão incluídas verbas que

possibilitarão às Juntas de Freguesia apoiar iniciativas locais, com o apoio das CM's e das colectividades de cultura e recreio.

Por seu turno, Raul Castro, vereador da Câmara Municipal do Porto, criticou o presidencialismo e defendeu a colegialidade dos diversos órgãos. A propósito: «As câmaras e juntas de freguesia só deixaram de ser meros edifícios estranhos e até hostis, às populações, como o foram durante o fascismo, se actuarem abertas à participação popular».

Durante a sessão da noite de sábado, foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção protestando energicamente contra a detenção arbitrária, ilegal e anticonstitucional de activistas da Frente Povo Unido, em Vila Nova de Gaia, quando afixavam propaganda anunciadora do Encontro.

Tal detenção, denuncia a moção viola o direito de expressão conquistado em 25 de Abril, consignado na Constituição da República Portuguesa, e representa um inqualificável atentado à liberdade e à democracia.

Seguidamente actuaram Ary dos Santos, o Grupo «1.º de Maio», o Rancho Folclórico de Custóias, o Coral de S. Pedro da Cova e Manuel Freire.

ANIVERSÁRIO DAS ELEIÇÕES PARA ÓRGÃOS DO PODER LOCAL

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FEPU, no 1.º aniversário das eleições para os órgãos de poder local, saúda as populações do nosso país, bem como as organizações locais e os activistas da FEPU e todos os democratas que têm contribuído com o seu esforço, mobilização, energia e espírito criador para a resolução de muitos problemas e para alguns passos importantes que foram dados no curso do presente ano no caminho da democratização da administração local.

2. O balanço do trabalho já realizado, como demonstrou nomeadamente o Grande Encontro dos Eleitos da FEPU dos Distritos do Norte

e os trabalhos preparatórios do Encontro dos eleitos da FEPU dos distritos do Alentejo a realizar no próximo mês de janeiro confirma a dedicação aos interesses das populações dos eleitos da FEPU e das suas organizações locais bem como a necessidade de aprofundar a participação popular, nomeadamente das Comissões de Moradores, na administração local.

3. A Comissão Coordenadora apela para todos os eleitos das listas que apresentaram às eleições para as autarquias, para todas as organizações locais da FEPU, para listas unitárias de grupos de cidadãos eleitores, para democratas, para que prossigam e dinamizem com ainda

maior entusiasmo a luta no sentido de unir as populações; resolver os problemas mais urgentes; dinamizar o movimento popular e a participação das suas organizações locais na administração local; lutar pela construção do Estado Democrático; defender as conquistas da Revolução e nomeadamente combater as tentativas ilegais de limitar o exercício da liberdade de expressão; combater o caciquismo e o reaccionarismo e a corrupção; promover o progresso das cidades vilas e aldeias do nosso país.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1977

A Comissão Coordenadora da FEPU

Eleições em sindicatos e CTs

PROSSEGUE O REFORÇO DA UNIDADE

● 70% dos actos eleitorais confirmam o êxito das listas unitárias em 1977

Com um resultado favorável ainda que provisório, nos Correios e Telecomunicações, as listas unitárias concorrentes às eleições para os sindicatos e comissões de trabalhadores continuam a averbar êxitos que se somam ao activo da luta pelo reforço e pela eficácia do movimento sindical e do movimento operário e popular.

Na tomada de posse dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, José Ernesto Cartaxo, da direcção da CGTP-Intersindical Nacional, afirmou que «no corrente ano 70 por cento das eleições sindicais foram ganhas por listas unitárias o que prova

a crescente consciencialização dos trabalhadores». Além do SNTCT (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações), onde o apuramento provisório dá a vitória à lista C (unitária) entre cinco listas concorrentes, verificaram-se recentemente vitórias da

unidade nas eleições para comissões de trabalhadores em grandes empresas como a Lisnave, Socorex, Corvex e Sidul.

EM BREVE
MAIS 50 SINDICATOS
NA CGTP-IN

«Esperamos que até ao próximo mês de Abril mais 50 sindicatos se filiem na CGTP-Intersindical» — acrescentaria José Ernesto Cartaxo durante a cerimónia de posse no STI, referindo que «desse 50 sindicatos 80 por cento já participam activamente nas tarefas do

movimento sindical unitário», ao lado dos 207 que actualmente compõem a central única entre pouco mais de 300 existentes no nosso país, muitos dos quais sem actividade prática conhecida.

O dirigente da Inter, ao referir-se às tarefas que esperam o movimento sindical afirmou que elas serão difíceis no próximo ano, «mas as perspectivas são boas. Quanto mais forte for a unidade dos trabalhadores — lembrou — mais facilmente se conseguirão vencer essas dificuldades» que os divisionistas, embora acumulem derrotas, se esforçam por agravar.

Milhares de trabalhadores em Ovar e Vila Real

POR UMA POLÍTICA QUE SIRVA OS INTERESSES NACIONAIS

Como em regra tem sucedido em vários pontos do País depois das grandiosas manifestações de Lisboa e do Porto em meados de Novembro, milhares de pessoas em Ovar e Vila Real saíram à rua no último sábado em defesa das conquistas de Abril, contra a ameaça fascista. Convocadas pelos sindicatos e apoiadas por dezenas de organizações, incluindo o nosso Partido, as manifestações foram nota vibrante da vontade popular na recusa do aumento do custo de vida e do desemprego, no não decisivo aos despedimentos, à repressão nas empresas, ao bloqueamento dos salários.

Mais de quatro mil pessoas em Vila Real aprovaram uma moção exigindo «uma política económica e social de acordo com os interesses nacionais» e que, designadamente, «leve à rápida publicação de leis mínimas para os trabalhadores agrícolas».

O mau tempo não evitou nas duas cidades nortenhas que os trabalhadores exigissem mais uma vez «medidas e soluções imediatas e eficazes» no âmbito da consolidação da democracia e do avanço para o socialismo na via apontada pela Constituição.

Em Ovar, cerca de 1500 trabalhadores mostraram por seu turno a disposição de defender uma política ao serviço dos que produzem a riqueza nacional, ao mesmo tempo que lembraram, pela voz da União dos Sindicatos de Aveiro, que «os sindicatos e a CGTP-IN mostraram já muitas vezes aos órgãos do Poder, e continuam a mostrar, a sua disposição de diálogo

construtivo e sério para resolução das dificuldades existentes».

Por sua vez, a Comissão Distrital de Aveiro do PCP, num comunicado de solidariedade e apoio, lembrava que sobe a mais de três mil o total dos trabalhadores despedidos ou suspensos no distrito desde o princípio do ano. Contra a política que facilita e até promove esta actuação antinacional, a CD sublinha que, «apesar das ameaças e provocações fascistas que se têm verificado nos últimos tempos, a reacção fracassou sempre nas suas investidas e as suas «grandes manifestações» traduziram-se em rotundos fracassos».

Mas os perigos da escalada reaccionária mantêm-se e é necessário parar a onda de despedimentos e suspensões. Por isso os trabalhadores reforçam a sua unidade. «No nosso distrito — afirma a União dos Sindicatos de Vila Real — onde os contratos de trabalho



Apesar da chuva, milhares de pessoas manifestaram-se em Ovar

são desrespeitados, onde milhares e milhares de trabalhadores agrícolas são vítimas de uma situação altamente injusta e discriminatória, na medida em que não se lhes aplica a legislação mínima nacional, onde as forças reaccionárias tentam impor o caciquismo e a repressão como lei, os trabalhadores saberão serenamente dizer não à repressão, não ao fascismo, sim à Constituição».

Convém lembrar, por outro lado, como faz a União dos

Sindicatos de Aveiro, que as várias leis antipopulares «não prejudicam somente os trabalhadores» Atingem também as pequenas e médias empresas e os pequenos e médios agricultores. Os benefícios vão apenas para os grandes patrões, comandados pela CIP, pela CAP e pela Confederação do Comércio, que querem regressar ao passado fascista, para recuperarem o poder e os privilégios que perderam com a Revolução de Abril.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

BANCÁRIOS DO SUL
CENSURA E DESCONFIANÇA

Aprovada por unanimidade, uma moção das comissões sindicais de delegados dos bancários do Sul e Ilhas manifesta à direcção do respectivo Sindicato «censura e desconfiança» pela actuação que teve na revisão do CCT do sector. O documento refere a dado passo que «é ainda possível encontrar uma saída negociada para o CCT», mas não com a direcção actual afecta à «Carta Aberta». Os delegados sindicais acusam os corpos gerentes de desprezarem e violarem «as decisões das assembleias gerais», estando tal actuação «ligada a interesses que têm por objectivo» por em causa «a reestruturação da banca e a sua própria nacionalização».

NO NORTE
SEGUROS DESLIGAM-SE
DA «CARTA ABERTA»

Por 172 votos contra 25 e 14 abstenções o Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros do Norte abandonou no último sábado o grupo divisionista «Carta Aberta». Em segunda sessão, a assembleia geral considerou, nomeadamente, que os trabalhadores dos seguros «sempre têm lutado pela unidade de todos os trabalhadores» não pactuando nunca «com inimigos de classe». A proposta de abandono da «Carta Aberta» foi uma iniciativa da própria direcção do Sindicato.

FEDERAÇÃO NACIONAL
DA HOTELARIA E TURISMO

Mais de cem mil trabalhadores passam a estar representados pela nova Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo constituída em plenário das direcções sindicais do sector.

SINDICATO DOS QUÍMICOS
DEFENDE PRODUÇÃO INTERNA

É grave a situação no sector dos alimentos compostos para animais — avisa o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro e Sul. Nalguns casos, tem havido paragens em empresas por falta de matéria-prima. Na generalidade, a produção tem baixado. O Sindicato, em conferência de imprensa, alertou os órgãos do poder e a população em geral para as graves consequências desta situação que, a manter-se, levará não só à morte de animais, mas ao recurso a abatimentos excessivos por falta de rações com sério prejuízo para a economia nacional.

PREVIDÊNCIA
SUSPENDE PARALISAÇÃO

A nova paralisação a efectuar até 16 do corrente pelos trabalhadores das instituições de Previdência e dos Serviços Médico-Sociais em luta pelo CCT foi suspensa em plenário de Sindicatos, devido à evolução política e à queda do Governo. Considera no entanto o plenário que, «logo que a CSN (Comissão Sindical Negociadora) verifique que a actuação governamental (do novo Governo) se mantém ou prossegue na mesma linha de orientação lesiva dos interesses dos trabalhadores», se recorrerá novamente «às formas de luta adoptadas». No respectivo comunicado, a CSN apela para que se mantenha a mobilização por parte dos trabalhadores e a vigilância «contra as manobras lesivas dos seus interesses».

SINDICATO DENUNCIA
LUCROS DAS FARMÁCIAS

O Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas acusa a Associação Nacional das Farmácias de, através de um novo esquema de comparticipação dos beneficiários, pretender obrigá-los a gastar «mais cerca de 750 mil contos anuais» em

medicamentos. Numa proposta ao Governo, a ANF tenta aumentar de 25 para 40 por cento a comparticipação nos medicamentos nacionais. O Sindicato considera isto «uma manobra da cúpula patronal» que «tenta camufladamente aumentar os seus proventos».

CONSERVEIROS EM LUTA
POR UM NOVO CCT

«Temos de demonstrar mais uma vez a nossa força e a consciência da classe conserveira. Em 1976 lutámos por melhores condições sociais. Este ano lutaremos por um salário justo» — afirmam num comunicado as direcções sindicais dos trabalhadores conserveiros de todo o País que convocaram para o próximo dia 18, em Lisboa, as associações patronais, a fim de se iniciarem as negociações para um novo CCT.

UM SECTOR MARGINALIZADO
ASSALARIADOS RURAIS REIVINDICAM
LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Centenas de milhares de trabalhadores da agricultura do Norte e do Centro do País continuam a exigir a publicação da lei do trabalho para o sector rural. O Gabinete de Estudo e Apoio ao Trabalho Agrícola (GEATA) enviou à Presidência da República e a outros órgãos de soberania um documento com 12 mil assinaturas reivindicando novamente a publicação dessa lei que os trabalhadores vêm exigindo há muito tempo e para a qual já apresentaram uma proposta, através dos respectivos Sindicatos. «Milhares de trabalhadores agrícolas do Norte e do Centro protestam contra o silêncio governamental — afirma o GEATA — e dispõem-se, depois de debate com os trabalhadores em reuniões de aldeia, a encetar novas formas de luta que despertem o Governo para o cumprimento das suas promessas e do que a própria lei exige».

SINDICATOS RURAIS
NA VIA DO REFORÇO ORGANIZATIVO
E DA MOBILIZAÇÃO

Reuniões de aldeia vão ser intensificadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real. Haverá sessões de convívio, com apresentação de filmes e peças de teatro. O mesmo sucederá no distrito de Bragança, através do sector agrícola da União dos Sindicatos do Porto, já com várias reuniões realizadas e outras programadas para breve.

AGRÁRIOS FOMENTAM
O DESEMPREGO

A Comissão de Desempregados de Alpiarça protestou junto do Centro Regional da Reforma Agrária e do Governo Civil contra o desemprego provocado pelos agrários no concelho. Mais de 400 trabalhadores agrícolas estão sem emprego. O boicote dos agrários é uma realidade. Dezasseis das empresas que possuem em Alpiarça empregam apenas 151 pessoas, enquanto as cinco UCPs do mesmo concelho têm 258 trabalhadores ao seu serviço com trabalho efectivo para todos eles. O governador civil de Santarém prometeu aconselhar os agrários a empregar mais trabalhadores. A Comissão de Desempregados propôs ao CRA a expropriação de 4 mil hectares de terra abrangidos pela Lei da Reforma Agrária.

ELEIÇÃO EM ÉVORA
ASSEMBLEIA EM LAMEGO

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora leva a efeito, no próximo domingo, dia 18 do corrente, uma assembleia eleitoral com início às 10 horas e encerramento às 16. Serão eleitos os corpos gerentes para o biênio 1977/79. Em Lamego, no mesmo dia, com início às 2 horas da tarde, no Liceu Nacional, decorrerá uma assembleia geral promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu.

Seguro social e Sindicatos

TODOS OS ANOS 800 MIL TRABALHADORES SOFREM UM ACIDENTE DE TRABALHO

Para discussão foi apresentada na Assembleia da República uma proposta de normas legais para a instituição do seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais. A posição do Movimento Sindical sobre este assunto é conhecida, pois consta do Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos e amplamente divulgado depois da sua realização de 27 a 30 de Janeiro findo, em Lisboa.

Convém todavia lembrar que o movimento sindical, ao considerar tão útil quanto urgente a revisão da legislação existente sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais considera também positiva e urgente a instituição do seguro social

de acidentes de trabalho e doenças profissionais enquadrada nos parâmetros definidos constitucionalmente, ou seja, na perspectiva de um sistema de segurança social unificado de acordo e com a participação das associações sindicais

e outras organizações das classes trabalhadoras».

Estas palavras de um documento distribuído recentemente pela CGTP-IN aos sindicatos remetem para o Programa de Acção amplamente citado principalmente nos campos da saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, segurança social e previdência.

«Dois anos e meio depois da Revolução de Abril continua a ser dramática a situação em que se encontram os trabalhadores portugueses no campo da higiene e segurança no trabalho» — lê-se com toda a actualidade no Programa aprovado no Congresso. Lembrando que «na produção não é só a mais-valia que é roubada aos trabalhadores, mas igualmente a sua saúde e em outros casos a própria vida», aquele Programa aprovado pelos representantes de mais de um milhão e oitocentos mil trabalhadores acrescenta que todos os anos cerca de 800 mil trabalhadores têm um acidente de trabalho ou apanham uma doença profissional ficando 90 000 incapacitados para o resto da vida e mais de 800 perdem a vida.

Como esta situação, se se alterou, foi para pior depois do Congresso de Janeiro findo, a CGTP-IN entre outras medidas recorda de novo, como fez há cerca de um ano, que «é necessário rever a legislação existente, com a participação dos sindicatos e organizações de deficientes do trabalho, nomeadamente a Lei 2127 e a lista das doenças profissionais»; que é necessário criar urgentemente «um organismo no âmbito da Segurança Social que centralize, coordene e dinamize os vários sectores da Prevenção».

Na defesa rigorosa dos princípios constitucionais, designadamente os artigos 53.º, 63.º, 64.º, 66.º e 71.º, a CGTP-Intersindical Nacional acentua ainda a necessidade de se elaborar legislação sobre higiene e segurança para observar obrigatoriamente em qualquer tipo de trabalho, sendo a entidade patronal responsável criminalmente pela sua não observância e não como actualmente acontece serem os trabalhadores a ficarem sujeitos aos despedimentos».

Para que se crie uma estrutura capaz de coordenar e dinamizar, aos vários níveis, toda a actividade no âmbito da higiene e segurança no trabalho, o Programa de Acção preconiza a organização dos trabalhadores, nesse campo, dentro do Movimento Sindical. Para a concretização dessa estrutura o Programa prevê a «nomeação de comissões de higiene e segurança no trabalho da confiança dos trabalhadores, de modo a poderem ter uma intervenção real e eficaz. O trabalho destas comissões deverá ser coordenado e apoiado em cada sindicato por grupos de trabalho criados para esse efeito. Nas Uniãoes Sindicais devem funcionar grupos de trabalho para a coordenação e dinamização a nível distrital». O documento prevê ainda a «formação específica de quadros sindicais e técnicos» e o «lançamento de uma grande campanha nacional de consciencialização sobre os problemas de higiene e segurança no trabalho. Cooperar com as organizações dos deficientes e sinistrados do trabalho».

«O certo, que foi inaugurado na passada segunda-feira, reúne cerca de 4500 títulos relacionados com a História, Sociologia, Literatura (nacional e internacional) e com diversos temas de carácter técnico-científico. Além dos livros, vendidos com

UCPs e Cooperativas de Ponte de Sor

BALANÇO POSITIVO DE DOIS ANOS DE INTENSO TRABALHO COLECTIVO

Os resultados de dois anos do trabalho colectivo na construção da Reforma Agrária em Ponte de Sor foram analisados por mais de mil trabalhadores agrícolas e de outros sectores que participaram no 1.º Plenário Concelhio das UCPs e Cooperativas Agrícolas realizado naquela vila no último sábado.

Da análise destes resultados ressalta, mais uma vez, o extraordinário impulso e desenvolvimento que a realização da Reforma Agrária representou a nível local e nacional, malgrado todas as dificuldades e obstáculos que tem enfrentado. O aumento de trabalhadores permanentes de 510 para 2471, que ocupam 56370 hectares, dos quais foram desbravados 6421 e 3270 são de regadio, a subida do número de cabeças de gado de 12055 para 25015, (o gado suíno, por exemplo, aumentou de 95 para 3041 cabeças e o ovinos de 8985 para 16642), o progresso de número de máquinas de 265 para 1014, são alguns dos índices que revelam o que foi a Reforma Agrária e o que trouxe ao povo deste concelho do distrito de Portalegre.

Ainda que o concelho de Ponte de Sor se possa considerar marginal relativamente às sementeiras de Outono e Inverno, o plano de sementeiras de Outubro-Novembro saiu-se num considerável progresso: em 1976 haviam sido semeados 4062 hectares enquanto este ano foram semeados 10328 hectares. O conjunto das oito UCPs e Cooperativas do concelho — a Cooperativa «5 de Outubro» de Galveias, a UCP «12 de Maio» de Montargil, a Cooperativa Agrícola do Granal de Ervideira, a Cooperativa de Produção Agrícola «2 de Outubro» de Vale



Maior a unidade, maior a firmeza na vontade de consolidação da Reforma Agrária

de Apor, a UCP «Resistência» de Tramaça, a UCP «Avante!» de Torres das Vargens, a Cooperativa Agrícola Amante da Ribeira de Longomel e a UCP «19 de Maio» de Foros de Arrão —, aumentaram sensivelmente a área semeada neste Outono e para as sementeiras de Primavera mais vastas são ainda as perspectivas.

AVANTE PELA
REFORMA AGRÁRIA!

As conclusões deste plenário, aprovadas por unanimidade, confirmam em si mesmas um plano de consolidação e avanço da Reforma Agrária e manifestam a vontade firme dos trabalhadores em construir no seu concelho uma vida melhor nos campos. Eis alguns dos

aspectos mais importantes destas conclusões:

- Necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de agricultura, pecuária e de contabilidade;
- Intensificação das trocas com outras cooperativas e a formação de novas estruturas comerciais fora do circuito dos intermediários;

— defesa da Reforma Agrária nos tribunais;

— início de estudos para a contratação de técnicos agrícolas;

— no plano do crédito, exigência do abajamento dos juros e criação de uma política de crédito que possibilite uma política de salários e de financiamento correcta.

O objectivo destas medidas consiste em «aumentar a produtividade e melhorar a produção».

No plano político, as conclusões insistem na revogação da Lei Barreto, no saneamento dos CRRAs e do MAP e recondução de técnicos progressistas, assistência financeira e técnica efectivas, no fim da ameaça do desemprego, no fim da marcação de reservas, no fornecimento e escoamento dos produtos a tempo e a preços justos, no fim da especulação e no controlo dos preços.

Os problemas analisados e abordados nas conclusões são focados numa moção que virá a ser entregue aos órgãos de soberania. Assim o decidiu o 1.º Plenário Concelhio da Ponte de Sor das UCPs e Cooperativas no qual, mais uma vez, a combatividade dos obreiros da Reforma Agrária se expressou de forma inequívoca

O 3.º ANIVERSÁRIO DA «PORTUGAL-RDA»

Comemorando o terceiro aniversário da sua fundação, a Associação Portugal-RDA promoveu, na passada semana, no Salão das Furnas, em Benfca, uma festa em que estiveram presentes, entre outras personalidades, o embaixador da República Democrática Alemã, camarada Frank Bochow, o conselheiro cultural da embaixada da URSS, o presidente da Associação, João de Freitas Branco, e o seu secretário-geral, Alexandre Babo.

No decorrer da sessão, José Barata Moura e José Jorge Letria interpretaram algumas das suas populares canções. Depois da projecção de diversos «slides» que ilustraram a actividade da Associação durante os três anos da sua existência, foi exibido o filme «Jardins Infantis na República Democrática Alemã».

Em seguida, estreou-se o recém-criado Grupo de Teatro da Associação, com a leitura de alguns poemas de Bertolt Brecht.

Durante a sessão, foram lidos vários telegramas de felicitações enviados à Associação, entre os quais foi particularmente saudado o do presidente da Liga para a Amizade com os Povos, organização com sede em Berlim (RDA).

COMEMORAÇÕES
DA REVOLUÇÃO
DE OUTUBRO
EM PAÇO DE ARCOS

Decorreu até ao próximo domingo, em Paço de Arcos, um vasto e interessante conjunto de iniciativas comemorativas do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, organizadas pelo núcleo local da Associação Portugal-RDA e pela Comissão Coordenadora daquela vila da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPUI).

As iniciativas realizam-se na sede da FEPUI e incluem a projecção de filmes, uma sessão de esclarecimento amanhã às 21 e 30 e uma exposição permanente patente entre as 21 e 30 e as 24 horas.

Serão apresentados os filmes «De Congresso a Congresso», «Esta doce palavra Liberdade» e «O homem da espingarda», respectivamente, às 21 e 30 de hoje, às 16 horas de amanhã e às 21 e 30 de domingo.

Universidade de Coimbra

PROFESSORES COMUNISTAS DENUNCIAM SANEAMENTOS

A decisão da Secção de Matemática da Comissão Interuniversitária ao recusar a equiparação a professores auxiliares aos Drs. Joaquim Namorado e João Miranda deixou estupefactos os meios universitários e suscitou protesto generalizado em Coimbra — sublinha um comunicado divulgado na passada semana pela Organização dos Docentes Comunistas da Universidade de Coimbra.

Ao denunciar esta recente arbitrariedade como um autêntico saneamento a esquerda, o documento refere: «Com uma simples frase o MEIC pulveriza todas as poderosas razões por que, depois do 25 de Abril, Joaquim Namorado e João Miranda foram equiparados por duas vezes a professores auxiliares, traduzindo a regressão ao conceito obsoleto e corporativo de que o usufruto de um título é por si garantia de competência

científica e pedagógica, bem como aos processos de avaliação inquinados pelo formalismo, compadrio e ausência de rigor científico que foram uma constante durante o fascismo.

Tendo em conta que não existe Estatuto da Carreira Docente e a Comissão Interuniversitária é por si mesma provisória (como o são as suas decisões), que não tem havido sequer a preocupação de uma consulta democrática aos organismos ou comissões representativas dos docentes e estudantes da Universidade, passando em claro as razões por que a equiparação havia sido feita e renovada — a decisão do MEIC não pode deixar de ser considerada a esquerda, ou no caso — que não é líquido — de ser autorizado o contrato como assistentes, uma efectiva desqualificação profissional — denuncia o comunicado

TERMINA AMANHÃ A FEIRA UNIVERSITÁRIA DO LIVRO

Encerra amanhã, em Lisboa, Coimbra, Porto e Évora, a 2.ª Feira Universitária do Livro, iniciativa apoiada pela União dos Estudantes Comunistas (UEC).

O pleno êxito alcançado no ano passado e o desejo de facilitar aos estudantes a compra de livros que lhes são necessários, são os dois factores que determinaram o âmbito nacional desta 2.ª FUL. O certame, que foi inaugurado na passada segunda-feira, reúne cerca de 4500 títulos relacionados com a História, Sociologia, Literatura (nacional e internacional) e com diversos temas de carácter técnico-científico.

Um desconto de cerca de 15 por cento, a 2.ª FUL inclui também uma variada colecção discográfica. Os discos têm um desconto de 10 por cento.

A Comissão Organizadora promoveu também duas iniciativas de âmbito cultural: um colóquio sobre a Comunicação Social, com António Borge, Cáceres Monteiro, Francisco Bettecourt, Pileira Santos e Rui Pedro, e um debate sobre a vida e obra de José Gomes Ferreira.

A 2.ª FUL está instalada nas Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, no Magistério Primário de Évora e na Cooperativa Árvore, no Porto.

SEMANA INTERNACIONAL

REUNIÃO DO CAIRO: UM MALOGRO E UMA AMEAÇA

Decorre neste momento no Cairo uma reunião entre o Egipto, Israel e os Estados Unidos que constitui, simultaneamente, um malogro e uma ameaça, um entrave ao caminho para uma paz verdadeira e justa no Médio Oriente.

A reunião do Cairo foi precedida de uma «tourné» diplomática de Vance por todo o mundo árabe no intuito de convencer algum governo a participar num encontro que é justamente considerado como um acto de traição à unidade árabe. Foi uma visita completamente infrutífera. Vance não conseguiu atrair ao Cairo nenhum dirigente do mundo árabe, sendo geral o repúdio dos povos árabes, o que inclui o afastamento daqueles que têm estreitas relações com o imperialismo, mas não querem comprometer-se num caminho que passa pelo reconhecimento de facto do domínio israelita sobre uma parte das terras árabes. A visita de Sadat a Jerusalém ocupada pode ser considerada, a justo título, como símbolo desse reconhecimento.

Entre a visita de Sadat a Israel e a reunião do Cairo decorreu um conjunto de factos que aclaram o sentido destas negociações apontadas como «históricas» e «de paz», ou mesmo como «preparatórias de Genebra» pelos capitalistas.

De regresso ao Cairo, Sadat rompeu as relações diplomáticas com os cinco países que mais se têm destacado na luta pela superação das consequências da agressão israelita: Síria, Líbia, Argélia, Iraque e República Democrática Popular do Yémen. Poucos dias depois foi ordenado o encerramento dos consulados e centros culturais da União Soviética, Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria e Polónia.

Por outro lado, desenvolveu-se uma campanha multiforme em que Begin e Dayan se empenharam pessoalmente, para obter da CEE e da NATO uma posição de aberto apoio ao curso que Israel, o Egipto e os Estados Unidos estão a tentar hoje imprimir aos acontecimentos no Médio Oriente. Aliás a NATO furtivo-se a apoiar formalmente as iniciativas divisionistas do Egipto com Israel, apadrinhadas por Washington.

A posição em relação ao povo palestino, a despeito de todas as juras de Sadat, traduz-se de facto no espelhar dos seus legítimos direitos — o que está patente no surto de repressão desencadeada contra os palestinos no Egipto e na tentativa de criar uma pretensa representação palestina, à margem do movimento de resistência, à margem da OLP.

Entretanto, na Conferência de Trípoli, quatro países aí representados — a Líbia, a Síria, a Argélia e a República Democrática Popular do Yémen — e a OLP, estabeleceram um pacto de segurança mútua e pediram o congelamento das relações diplomáticas com o Egipto. O que representa um esforço de consolidação e unidade entre as forças árabes e entre os diversos destacamentos do movimento de resistência dos palestinos, para fazer frustrar as tentativas divisionistas e capitulacionistas para a solução do problema do Médio Oriente. Mas envolve também o perigo de uma política de vingança contra o Egipto, que naturalmente não conduziria a nenhuma solução válida.

Enquanto entre o Cairo e Telaviv, com Washington de pernelo, se joga a fundo numa cisão do mundo árabe, no estabelecimento de acordos separados feitos de concessões a Israel e de desprezo pelos interesses e direitos dos palestinos, e se tenta implantar um caminho alheio a Genebra, de onde são afastadas as forças progressistas árabes e a URSS, os povos árabes e a OLP tentam reunificar esforços para fazer frustrar os intentos divisionistas e liquidacionistas e encontrar finalmente a paz. Numa reunião realizada em Moscovo entre Leonid Brejnev e representantes de Damasco e Bagdad foi frisada a importância da consolidação das forças progressistas do mundo árabe sobre uma base anti-imperialista e de maior consolidação da interacção entre essas forças e o mundo socialista. É nesse caminho que está o futuro e não na mini-reunião no Cairo.



Uma recente greve vitoriosa na Renault-Billancourt foi motivo para uma grandiosa manifestação de regozijo

França e Itália:

TRABALHADORES LUTAM, BURGUESIA MANOBRA

Num fundo de crise económica e de incógnita política, os trabalhadores franceses e italianos conduzem importantes lutas por melhores salários, contra uma política económica lesiva dos seus interesses, contra o desemprego, pela segurança no trabalho e nas ruas onde, no caso da Itália, impera o terrorismo.

No dia 10 deste mês, cerca de um milhão de trabalhadores italianos dos transportes fizeram uma greve de duas horas paralisando todos os transportes públicos do País. A greve foi convocada pelos sindicatos dos ferroviários. Também os barcos que ligam a Sicília ao resto do país foram atrasados pelos trabalhadores que exigem um aumento do pagamento das horas extraordinárias.

Estas greves vêm na sequência de outras lutas operárias na Itália. Uns dias antes, mais de cem mil metalúrgicos em greve, vindos de todo o país, desfilaram pelas ruas de Roma contra o desemprego, a inflação e a violência política. Num gigantesco comício que se seguiu à manifestação, os dirigentes sindicais acusaram o governo pela sua política de recessão (o crescimento económico do país será este ano inferior a 2 por cento, de acordo com as previsões que também apontam para uma taxa de inflação da ordem dos 19 por cento).

Em França, no dia 9, o tráfego aéreo e ferroviário foi afectado por paralisações de trabalho em protesto contra a política de austeridade do governo. Em dois dias de greve das hospedeiras do

ar foram cancelados 30 a 40 por cento dos voos internacionais e domésticos da Air France. No decurso da greve de 24 horas dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro, estiveram de serviço apenas um em cada dois comboios suburbanos e de longo curso. Para hoje, está anunciada uma greve dos trabalhadores da Companhia Nacional de Gás e Energia Eléctrica.

As lutas dos trabalhadores franceses em curso, constituem um protesto organizado «contra a política de austeridade do governo», elaborada pelo primeiro-ministro Raymond Barre, e vêm na sequência da greve geral do passado dia 1, que afectou principalmente os serviços públicos e as grandes empresas do país, que ficou sem informação e com a circulação ferroviária praticamente paralisada. A CGT e a CFDT, as centrais sindicais que estão a convocar estas diversas greves, têm também provocado paragens na produção industrial por meio de greves rotativas na energia eléctrica.

Enquanto os trabalhadores franceses e italianos se batem por uma alteração do quadro político e económico do Estado actual, a direita de ambos os países

orienta os seus esforços para garantir a sua continuidade no poder, naturalmente com a política que lhe corresponde.

Na Itália a democracia-cristã mantém uma posição de recusa a uma partilha do poder com a esquerda, embora o PCI seja o segundo partido mais votado e, actualmente, a sua participação no poder ser defendida pelos partidos Republicano e Socialista que, durante muitos anos, foram os aliados da democracia-cristã no poder. Entretanto, a deterioração da situação económica, a inoperância e a instabilidade governativa, que se arrastam, fecham os caminhos a uma democracia-cristã que pretende seguir com o seu reinado único.

Em França, na perspectiva das próximas eleições legislativas que se realizarão dentro de três meses, a direita esforça-se por reunificar esforços e por jogar com o trunfo da divisão na esquerda. Recentemente, realizou-se um encontro entre o presidente Giscard d'Estaing e o dirigente gaullista Jacques Chirac, seu ex-primeiro-ministro, afastado por divergências, normais entre os vários partidos burgueses. Chirac fez publicamente críticas aos planos económicos de Barre, que

têm sido abertamente contestados pelas massas trabalhadoras francesas, naturalmente tentando apresentar-se como um hipotético «salvador» da economia nacional. Por outro lado, Washington tenta promover Giscard d'Estaing. A nota de fundo das preocupações da burguesia francesa, como a nível internacional, é o temor de uma reunificação das forças da esquerda em torno de um Programa Comum actualizado de acordo com os interesses dos trabalhadores franceses e a situação actual.

Entretanto, a NATO, agora pela boca do comandante supremo das suas Forças Armadas, general Alexandre Haig, reafirma a sua preocupação — e a sua tentativa de recusa — em ver comunistas nos governos de países da NATO. Hipótese para que — sem qualquer dúvida — terá que começar a preparar-se, mas que entretanto se esforçará por evitar, o que constitui um dado que pesa na situação interna dos diversos países europeus que, de uma forma dia-a-dia mais inequívoca, abrem a perspectiva de liquidação do sistema capitalista, de abertura da via para o socialismo.

Pese à NATO, pese às forças mais reacionárias dos diversos países europeus, os trabalhadores da Europa latina de hoje não se estão a bater por esporádicos e circunscritos aumentos salariais — estão a pôr de facto em causa todo o sistema.

ENQUANTO A URSS FALA DE PAZ A NATO AGITA A «AMEAÇA RUSSA»

Há alguns dias, por ocasião do 60.º aniversário da independência da Finlândia, o camarada Alexei Kossiguine, presidente do Conselho de Ministros soviético, reafirmou a determinação do Pacto de Varsóvia de se dissolver em simultâneo com a NATO, como aliás está estabelecido quando da sua criação como pacto militar no quadro da necessidade de defesa do mundo socialista face ao mundo capitalista militarmente organizado.

As declarações de Kossiguine vêm na sequência lógica e são a reafirmação da política de paz sistematicamente seguida pela União Soviética e toda a comunidade socialista, quer na Europa quer em todas as outras partes do mundo. Em Novembro de 76, em Bucareste, os membros do Tratado de Varsóvia adoptaram uma declaração em que se propunha a conclusão de um tratado sobre o não-emprego da arma nuclear como primeiro agressor e também de um compromisso de não alargamento dos pactos militares existentes ou

criação de outros. No decurso da Conferência de Belgrado, a comunidade socialista, e em particular a União Soviética, tem tido o exclusivo de propostas visando a paz e o desarmamento. Nas comemorações do 60.º aniversário foi reafirmada com toda a clareza a vontade de paz da URSS e de toda a comunidade socialista, e o carácter de alternativa única que o desanuviamento internacional (que não pode sobreviver e desenvolver-se sem que outros passos sejam dados no desanuviamento militar) assume na nossa época.

Enquanto Kossiguine insistia, em Helsinquia, nessa necessidade vital de desanuviamento militar, os países membros da NATO, reunidos em Bruxelas, voltavam a tocar o disco da «ameaça soviética», com que se dizem muito preocupados, discutiam novos aumentos nas despesas militares, debatiam a eventualidade de fabrico massivo da bomba de neutrões e da sua colocação na Europa.

Ao silêncio ou ao não, contraposto às propostas positivas da URSS, servindo com ou sem argumentos, junta-se assim uma determinação clara de prosseguir na corrida armamentista, o que entretanto não impede a existência de contradições reais e opiniões divergentes.

A reunião da NATO assentou na

discussão em torno da bomba de neutrões (contra a qual em todo o mundo se levanta um imenso movimento de protesto) e no agravamento das despesas militares. Como pano de fundo a «ameaça» do potencial militar soviético. Os Estados Unidos, com alguns apoios, nomeadamente o do presidente do Comité Militar, defenderam a bomba de neutrões, num aumento dos gastos de defesa em 3% a partir de 79 acima dos aumentos ligados ao ritmo da inflação. Vários países europeus puseram reticências. As razões invocadas são políticas e económicas e não podem ser ignoradas pelos mais ferrenhos defensores da corrida suicida aos armamentos: argumentos políticos que acentam na realidade de uma opinião pública mundial, crescentemente organizada e hostil a uma política de «guerra fria» ou de «paz quente»; argumentos económicos, que são também políticos, que se basam na crise vivida pelo sistema capitalista e que se traduz nos dados muito palpáveis da inflação e do desemprego crescente.

Na reunião de Bruxelas, que terá o seu prosseguimento na cimeira Atlântica a realizar em Washington em Maio do próximo ano, ficaram evidenciados alguns factos: a persistência da NATO na sua recusa em enveredar pelo caminho da construção de uma paz sólida,

caminho que entretanto terá que vir inevitavelmente a trilhar; a persistência da utilização da pretensa «ameaça soviética» como pano de cobertura dessa mesma política, e que naturalmente durará tanto quanto a negativa ao desarmamento; as contradições reais entre os diversos componentes do Pacto, nomeadamente entre os Estados Unidos e alguns países europeus; o peso da luta das massas trabalhadoras europeias, o peso da opinião pública internacional — que a NATO não se pode dar ao luxo de ignorar, e que também determinada as reticências em relação à bomba de neutrões.

Em Bruxelas são totalmente ignoradas as verdadeiras preocupações dos povos da Europa. Não é com o risível fantasma da «ameaça soviética» que os trabalhadores europeus se sentem preocupados, mas com a deterioração das suas condições de vida, com o desemprego, com o beco sem saída que é o caminho da vida para milhões de jovens, atirados fora das escolas, sem quaisquer perspectivas de encontrar emprego ou casa; e ainda com um problema fundamental do nosso tempo, que ainda não entrou directamente nos debates dos que se dizem defensores da Europa: a conquista da paz. Mas que se reflecte, em Bruxelas como em Washington, pela necessidade de atender a uma pressão de massas que não pode ser ignorada, que importa que cresça até se tornar um apoio decisivo na batalha pela paz, encabeçada pela URSS e por toda a comunidade socialista.

A «estabilidade» social-democrata da Holanda

A Holanda, um dos «paraísos» social-democratas do capitalismo europeu, procura sair da crise política em que está há seis meses. Para isso o Primeiro-Ministro nomeado, Dries van Agt, começou recentemente a formar um governo de coligação dito de centro-direita, congregando o Partido Democrata Cristão, de que van Agt é dirigente parlamentar, e o Partido Liberal, liderado por Hans Wiegel.

Atingido um acordo sobre a composição do governo, as duas agremiações políticas já começaram a partilha das pastas ministeriais, que ficarão assim distribuídas: dez para os democratas-cristãos, seis para os liberais, ocupando o líder destes, Hans Wiegel, o cargo de vice-Primeiro-Ministro.

Esta nova coligação vem substituir a de Den Uyl, dita de centro-esquerda e que se demitiu em Março último por ocasião da discussão em torno da nova legislação sobre a reforma agrária. Den Uyl, chefe do Partido Trabalhista, passou então a chefiar um governo de transição e o seu partido obteve progressos significativos nas eleições gerais de Maio último, sem contudo obter maioria que lhe permitisse governar sozinho.

Assim vive a social-democracia: com um dueto afinado de partidos burgueses, que se alternam no poder em constante desafinação.

Fracassa plano racista anglo-americano

Os regimes racistas do sul de África encontram-se numa posição cada vez mais insustentável, mau grado os esforços do imperialismo para os manter de pé.

Os Estados Unidos e a Inglaterra, num esforço conjunto, lançaram há pouco um «plano» (mais um) para «solucionar» o problema da Rodésia. Nele incluem paternalisticamente a participação da Frente Patriótica do Zimbábwe numas conversações a realizar em Londres, pelo que endereçaram o respectivo convite, enquanto e paralelamente o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Owen, apoiava a proposta de «acordo interno» de Ian Smith, cujo conteúdo nem vale a pena analisar. É evidente que a Frente Patriótica recusou o convite, o que muito «penalizou» o «esforçado» ministro britânico.

Entretanto, a Zâmbia que viu invadidas as suas fronteiras por uma sangrenta incursão de comandos rodésianos, que assassinaram 13 pessoas, recusou voltar a participar nas negociações do tal plano anglo-americano, pelo que esta nova tentativa do imperialismo para eternizar a sua influência na zona está condenada ao fracasso.



Armas francesas sustentam a repressão na África do Sul

CEE: As reuniões do capitalismo em crise

O Conselho Económico Europeu (CEE) reuniu-se mais uma vez em Bruxelas, com a participação de todos os chefes de Estado ou de Governo dos países que fazem parte do Mercado Comum, também conhecido por «a Europa dos Nove».

Estas cimeiras são frequentes, dado que os problemas que afligem a Europa capitalista se tomam cada vez mais difíceis, o que já não é novidade para ninguém — nem para «os Nove».

Desta vez a coisa decorreu com «disputas pouco dignificantes», segundo a opinião da agência Reuter, mas lá se conseguiu decidir o mínimo indispensável para que tudo fique na mesma.

Assim determinou-se a contribuição de cada Estado membro para o orçamento da CEE (este ano de 12 biliões de dólares), tal como os quantitativos adicionais para o Fundo Regional, tendo a França, neste «lanço», obtido mais 2% para o seu departamento ultramarino, que não era coberto pela CEE.

Foi decidida ainda a autorização para que a comissão da CEE levante 1,1 biliões de dólares em empréstimos no mercado de capitais, para investimentos em sectores industriais em crise, bem como para projectos de energia e infra-estruturas.

Externamente a CEE mostrou-se «preocupada» com a concorrência dos japoneses nos seus mercados, decidindo em conformidade, isto é, pressionar o Japão para que reduza o enorme excedente da sua balança comercial, que este ano atingirá, provavelmente, os cinco biliões de dólares.

As eleições na Austrália

A coligação conservadora do primeiro-ministro Malcolm Fraser foi reconduzida ao poder nas últimas eleições, na Austrália. Estas eleições, que foram antecipadas, forçaram os australianos (o voto é obrigatório no país) a ir pela quinta vez às urnas num período de quatro anos.

Entretanto a situação económica da Austrália continua a agravar-se: há uma tendência inflacionista que se acentua e o desemprego aumenta sem cessar, prevendo-se que o seu número ascenda a meio milhão no próximo Verão.

Para enfrentar as graves dificuldades económicas do país, o governo de Fraser não encontrou melhor solução que reduzir as verbas destinadas à satisfação das necessidades sociais. Por outro lado, segundo afirmou D. Killen, ministro da Defesa, o Governo comprará em breve novos armamentos no valor de biliões de dólares, nomeadamente equipamento electrónico para detecção de submarinos, barcos-patrulha, tanques e aviões «caça».

Os australianos interrogam-se apreensivamente sobre a utilidade de tal rearmamento, cujo elevadíssimo custo bem poderia resolver muitos problemas económicos do país, se aí fossem aplicados. A justificação governamental anda à volta de qualquer coisa, bastante confusa, relacionada com a «ameaça soviética» (!).

É claro que Fraser não lá dizer ao seu povo que a compra de tão caro armamento é para satisfazer os monopólios de material bélico, que querem vender os seus produtos.

Turquia

ELEIÇÕES REFORÇAM A ESQUERDA

O povo turco acaba de votar mais uma vez, nas eleições municipais de passado domingo, contra o governo de direita, por uma política de esquerda.

Nas eleições legislativas, realizadas em fins de Junho deste ano, o Partido Popular Republicano (PPR), de orientação social-democrata, encabeçado por Bulent Ecevit, obteve mais de 40 por cento dos votos e 214 dos 450 lugares do Parlamento. Foi então formado um governo minoritário que poucos dias depois foi derrubado pela maioria parlamentar, de direita, sem que o programa apresentado pelo PPR tenha sido sequer discutido. Demirel, dirigente do Partido da Justiça, da direita, foi recolocado no poder para prosseguir uma política condenada pelos trabalhadores do país e que se traduz numa crescente inflação, na violência política nas ruas e na repressão, no prosseguimento da tensão em torno do problema ainda não resolvido de Chipre.

Hoje, seis meses depois, o eleitorado turco volta a votar, e de forma ainda mais inequívoca, por uma política de esquerda. O partido de Ecevit conquistou 43 dos 87 lugares das assembleias municipais — mais dez do que tinha anteriormente — enquanto o Partido da Justiça passou de 22 para 13.

Ecevit, que destacou que os resultados eleitorais mostram mais uma vez que o povo turco quer uma mudança de governo, declarou que pediria um voto de confiança ao governo. Por outro lado, esta

nova derrota da direita agudizou as contradições no seio da coligação governamental: quatro deputados do Partido da Justiça demitiram-se do partido, retirando assim ao governo a escassa maioria de quatro lugares que tinha no Parlamento. Ainda que esta demissão tenha que ser confirmada e não seja para já irreversível é um sintoma claro da situação periclitante — também no Parlamento, que tem sido o seu apoio legal — em que o governo se encontra. Estes factos apontam para a possibilidade de uma mudança política na Turquia relativamente rápida e, em todo o caso, criam as premissas para que essa mudança se torne cada vez mais premente e se venha de facto a verificar, mesmo que não já no imediato.

O prosseguimento da política de Demirel está-se a tornar cada vez mais uma impossibilidade. Enquanto isso, o programa apresentado em Junho por Ecevit corresponde a muitas necessidades e exigências do povo turco e do país, nomeadamente a limitação da acção e do poder dos monopólios, a reforma agrária, o auxílio às cooperativas, a ampliação e reforço dos direitos dos trabalhadores, a proibição do lock-out, a redução da idade de voto para os 18 anos, entre outros. Por isso o PPR, único partido legal de esquerda — o Partido Comunista está na clandestinidade — goza dum crescente apoio popular.

A Turquia tem ainda um governo contra o qual o povo turco votou em Junho. Hoje, esse voto não só foi

reafirmado como reforçado. O que importaria a constituição de um novo governo mais conforme ao voto popular. Não é essa a opinião de Demirel — a direita nunca cede o seu lugar de bom grado, mesmo quando se proclama democrática. Hoje Demirel afirma ainda não «haver razões para um voto de confiança nem para nos demitirmos». Mas é uma afirmação que nada tem a ver com a vontade popular — a falsa segurança de uma direita que tenta salvar da falência o seu poderio.

ÊXITO NO VOO DA «SOYUS 26»

Numa manobra perfeita, a nave espacial soviética «Soyus 26» acoplou há dias o laboratório espacial «Salyut 6», que se encontra em órbita, sem tripulação, desde Setembro.

A «Soyus 26» foi tripulada pelos cosmonautas Yuri Romanenko, tenente-coronel da Força Aérea e o engenheiro de voo Georgy Grechko, que vão realizar um programa de trabalho que inclui observações da terra e do espaço exterior, experiências biotérmicas e médicas, assim como a reparação da «Salyut 6».

A instalação de um segundo mecanismo de acoplagem parece indicar que a «Salyut 6» se destina a ser o fulcro de um futuro conjunto de três naves ligadas pelas extremidades. De facto, cientistas soviéticos já levantaram a possibilidade de se vir a construir uma «salsicha espacial» nestas linhas, o que traria, nomeadamente, a vantagem da primeira tripulação a bordo poder contar com abastecimentos adicionais da segunda nave a chegar, prolongando-se assim as estadias, ou permitir a salvação de tripulações em caso de emergência.



O comandante da nave cósmica «Soyuz-26», Yuri Romanenko, de 33 anos, preparou-se durante sete anos para o seu primeiro voo no cosmos. Participou, como comandante da terceira equipagem soviética, na preparação e realização do primeiro voo piloto internacional, no âmbito do programa experimental soviético-americano «Soyuz-Apollo». Um dos seus mais próximos mentores e instrutores foi, então, Pável Pópovitch, um dos veteranos da cosmonáutica soviética. Nesta fotografia, tirada pouco antes da partida para Houston (EUA), onde participou no treino conjunto com astronautas americanos para o voo «Apollo-Soyuz», vemos Yuri Romanenko com o seu filho ao colo, tendo ao lado Pável Pópovitch

almanaque
agenda popular 1978
O ALMANAQUE
INDISPENSÁVEL
PARA TODOS

| Congresso do MPLA

ANGOLA: HOJE MAIS FIRME TRINCHEIRA DA REVOLUÇÃO

Com a eleição do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e a aprovação das teses e Relatório apresentado pelo camarada Agostinho Neto, terminou no dia 10 de Dezembro em Angola o I Congresso do MPLA.

Vinte e um anos antes, a 10 de Dezembro de 1956, o Movimento que conduziria o povo angolano à liberdade e à independência constituiu-se numa velha casa de Luanda, dessa Luanda que hoje surge aos microfones da Rádio Nacional "capital da República Popular de Angola, trincheira firme da Revolução". Antes de terminados os trabalhos, o camarada Iko Carreira, ministro da Defesa da RPA e novamente eleito para o Comité Central, subiu à tribuna para o que constituiu um dos mais emotivos e vibrantes momentos do Congresso: a entrega ao presidente Agostinho Neto da medalha de Herói do Povo Angolano, a mais alta condecoração do novo país. As palavras de Iko Carreira a explicação dos motivos que levaram o CC do MPLA a propor ao Congresso a atribuição da distinção foram afinal o retrato vibrante do Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, de um homem desde sempre identificado com a luta do seu povo, com a dura e heróica trajectória desde a exploração e a opressão coloniais até à madrugada do socialismo que hoje desponta entre Cabinda e o Cunene.

Como assinalaria o camarada Agostinho Neto ao encerrar depois os trabalhos, o I Congresso do MPLA terá necessariamente de ser considerado um marco decisivo na História do povo

angolano. E, pormenor a pormenor, tarefa a tarefa, resolução a resolução, tudo se conjugou para completar a transcendente importância da opção marxista-leninista do MPLA.

Seria ainda o camarada Agostinho Neto a sublinhar o carácter criador do debate que se produziu em torno das teses e das resoluções e que conduziu a numerosas alterações e enriquecimentos. O passo importante que, naturalmente, constituiria a eleição do novo Comité Central — sob o qual impende a pesadíssima responsabilidade de dirigir a aplicação prática de tarefas de tão grande complexidade como o reforço orgânico e político do novo Partido de vanguarda, de assegurar um rumo político ao Estado e à Pátria angolana que rasgou o caminho do socialismo — a eleição do Comité Central, dizíamos, foi igualmente objecto de um amplo e profundo debate que prolongou a sessão à porta-fechada das duas centenas e meia de delegados longe pela noite fora.

Cinquenta e cinco militantes do MPLA-Partido do Trabalho mereceram assim a confiança do órgão máximo do Partido para ocuparem até ao próximo Congresso (em 1985) os quarenta e cinco postos efectivos e dez suplentes do CC. A presença entre os 45 efectivos de 25 militantes das heróicas FAPLA é um índice

claro da profunda e criadora ligação do Partido e do povo angolano à sua luta pela independência e à defesa da liberdade dolorosamente conquistada.

Aliás, a cerimónia desenvolvida no penúltimo dia dos trabalhos no Palácio dos Congressos onde um corpo das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola saudou os

e o imperialismo assegura a defesa do árduo caminho da reconstrução rumo ao socialismo.

No comício realizado na tarde de sábado no largo 1.º de Maio e com o qual se encerraram os trabalhos dos congressistas, sob o sol abrasador de mais um novo país africano firmemente livre e independente, se fez uma majestosa síntese do que foi o I Congresso do MPLA-Partido do Trabalho.

Não foram apenas as palavras pronunciadas, aquilo

trabalhadores, do povo africano saudando de punho erguido o rasgar do futuro socialista.

Foram as palavras atentamente escutadas e fraternalmente aplaudidas de A. Kirilenko e Raul Castro, trazendo à terra batida do 1.º de Maio de Luanda a presença determinada do internacionalismo proletário, trazendo naquela hora de um país novo a presença da nova fraternidade entre os homens e os povos, a solidariedade e a fraternidade militantes da URSS, de Cuba, de todos os povos progressistas do Mundo.

Foi a mancha verde dos milhares de soldados, de membros da Organização de Defesa Popular, o grito de cor vermelho das camérolas das mulheres da OMA, as bandeiras e os capacetes de trabalho da UNTA, o riso e alegria sem fim dos milhares de Pioneiros a dizerem sem palavras que o futuro se constrói com o povo organizado.

E foi, enfim, a saudação, cujo eco se continua na prática do trabalho retomado um dia depois, ao Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, aos seus dirigentes, ao camarada Presidente Agostinho Neto. A saudação de um povo organizado e unido de Cabinda ao Cunene que forjou e reforçou o seu partido de vanguarda marxista-leninista que conduzirá Angola ao socialismo.

É verdade: a luta continua — a vitória é certa!

Pelo-nosso enviado especial RUBEN DE CARVALHO

congressistas constituirá já um momento de grande importância política. A clara afirmação da mensagem das FAPLA ao Congresso da fidelidade patriótica e revolucionária do Exército, da Marinha e da Força Aérea angolana ao MPLA-Partido do Trabalho, ao seu Presidente e comandante em chefe Agostinho Neto, se não surpreenderam face a uma história onde a luta de armas na mão jamais se dissociou da definição de uma política progressista e de massas, nem por isso deixou de patenear que nas novas condições de um país independente e soberano o carácter popular e revolucionário das Forças Armadas Angolanas se mantém e reforça, que o povo angolano forjou um instrumento que depois de derrotar o colonialismo

que foi dito. Tudo, muito mais se conjugou. Foi o local, um largo baptizado por um povo livre com uma data fundamental marcada na consciência internacionalista dos trabalhadores e dos povos do mundo; foi a moldura dos gigantescos painéis onde pela presença de Marx, Engels e Lênine a luta de séculos da classe operária e das suas vanguardas marxistas-leninistas se fundia com o combate heróico de um povo livre da opressão na luta em que tomaram os guerrilheiros como Hoji Ya Enda, as mulheres como Deolinda, as crianças, os Pioneiros como Augusto Ngunguma.

Foi a presença impressionante de milhares e milhares de pessoas, a massa a perder de vista dos

DISCURSO DE SÉRGIO VILARIGUES NA TRIBUNA DO CONGRESSO



Queridos camaradas:

É com grande alegria e emoção que, em nome dos comunistas portugueses dirigimos ao primeiro Congresso do MPLA, aos seus delegados e, por seu intermédio, aos trabalhadores e a todo o povo da República Popular de Angola as mais calorosas e fraternais saudações.

Desta tribuna, saudamos os valerosos combatentes do MPLA que durante mais de vinte anos lutaram com uma abnegação sem limites, muitas vezes com o sacrifício da própria vida, pela independência, a liberdade e o progresso da terra angolana.

Estiamos certos de interpretar os sentimentos da classe operária e do povo trabalhador de Portugal ao afirmar-vos que eles compartilham hoje da alegria e do entusiasmo do vosso 1.º Congresso, momento histórico que consagra as vitórias do povo angolano na heróica luta de libertação nacional, contra o colonialismo português e contra o imperialismo.

O Partido Comunista Português aprecia altamente as profundas transformações realizadas na República Popular de Angola nos dois anos decorridos desde a proclamação da independência. Nem o enorme atraso legado pelo regime colonial, nem a selvática sabotagem dos colonialistas derrotados, nem os obstáculos constantes levantados pelo imperialismo e seus lacaios em África, nomeadamente a África do Sul e o Zaire, conseguiram impedir que, desde 11 de Novembro de 1975, a jovem República angolana tenha dado passos seguros no caminho da consolidação da independência, do desenvolvimento da economia, do progresso social.

Essas vitórias históricas são obra do povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária — o Movimento Popular de Libertação de Angola, e apoiado por um amplo movimento de solidariedade em que se integram forças progressistas de todo o mundo, os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

Desde a primeira hora ao lado do MPLA a quem sempre reconheceram como único legítimo, desde a primeira hora ao lado do seu presidente, o camarada Agostinho Neto, representante do povo de Angola, os comunistas portugueses realfirmam hoje a sua solidariedade de combate, na difícil mas exaltante luta contra o inimigo imperialista, pela reconstrução nacional, pela edificação do socialismo.

Camaradas, O regime fascista e colonialista que oprimiu o explorado o povo português durante meio século foi derribado em 25 de Abril de 1974 pela acção conjugada das massas populares e do Movimento das Forças Armadas. No processo do seu derribamento, desempenhou um papel altamente relevante a luta heróica dos povos africanos submetidos ao colonialismo português, a luta heróica do povo angolano que, de armas na mão, acabou por expulsar os colonialistas e conquistar a independência.

Depois de referir as vitórias conquistadas pelo povo português após o 25 de Abril e a luta pela sua defesa contra a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo, o camarada Vilarigues afirmou:

Para a continuação da sua luta o povo português sabe bem que não conta apenas com as suas forças. O povo português tem uma rica experiência e pode distinguir com clareza os seus amigos dos seus inimigos, mesmo quando estes afeivam a máscara da amizade. Os amigos são os que estiveram sempre ao seu lado e o ajudaram a libertar-se da dominação fascista e que, depois do 25 de Abril, se têm empenhado num apoio solidário à consolidação do regime democrático em

Portugal e à defesa das conquistas da Revolução. Os inimigos são os mesmos que sempre estiveram com o regime fascista e o ajudaram a oprimir violentamente o nosso povo durante 50 anos e que depois do 25 de Abril tudo têm feito para liquidar as transformações revolucionárias operadas no nosso país.

Com os amigos — a União Soviética e os outros países da comunidade socialista, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, todas as forças progressistas do mundo — mantemos e reforçamos incessantemente os laços de solidariedade internacionalista. Contra os nossos inimigos comuns — o imperialismo; os regimes fascistas, colonialistas e racistas do mundo inteiro — combateremos sempre e com firmeza e intransigência revolucionária.

Queridos camaradas, No decurso da luta do povo português contra o regime fascista e colonialista, formou-se um amplo movimento de solidariedade à luta dos povos africanos que exigia o fim das odiosas guerras coloniais e do colonialismo, reivindicando a independência imediata e completa de todas as colónias portuguesas.

É causa de legítimo orgulho para os comunistas portugueses o facto de terem sido eles os primeiros a levantar em Portugal a bandeira da luta anticolonial e de solidariedade aos povos africanos, aliados do povo português na luta contra o inimigo comum.

Sempre sublinhámos no passado, queridos camaradas, ao povo trabalhador e aos democratas portugueses, as declarações do camarada presidente Agostinho Neto e de outros dirigentes do MPLA, que distinguem claramente entre os fascistas e colonialistas portugueses, inimigos do povo angolano, e o povo português, em luta contra esse mesmo inimigo.

A data do início da luta armada em Angola, o glorioso 4 de Fevereiro, era para os antifascistas

portugueses uma jornada de luta anticolonial, de apoio solidário aos patriotas e ao povo de Angola. Isto não significa que em Portugal não tenham surgido concepções paternalistas e neocolonialistas, mesmo entre alguns sectores democráticos. Mas o PCP sempre combatu firmemente tais concepções. Para o Partido Comunista Português houve sempre uma só posição: a defesa clara e firme do legítimo direito do povo angolano à independência total e completa e a exigência do fim imediato da guerra colonial.

Depois de proclamada a independência, sempre fiel ao mesmo princípio, também o Partido Comunista Português foi de entre as grandes forças políticas portuguesas a única que defendeu consequentemente o imediato reconhecimento pelo Estado português da República Popular de Angola e do seu governo, formado sob a direcção do MPLA.

Hoje, reconhecida pelo Estado português a República Popular de Angola, temos combatido e continuaremos a combater firmemente quaisquer acções anti-angolanas com base no território português, bem como as campanhas de calúnias contra a República Popular de Angola e o MPLA que continuam a ter livre curso na imprensa reacção e, infelizmente, até em sectores da imprensa estatizada em Portugal.

Pensamos que o atraso no desenvolvimento das relações entre os nossos dois países prejudica gravemente os interesses comuns do povo português e do povo angolano, beneficiando os seus inimigos. Continuaremos, por isso, a fazer todos os esforços para que entre Portugal e a República Popular de Angola se estabeleçam relações de amizade e cooperação baseadas na igualdade, no interesse mútuo, na não ingerência nos assuntos internos, no respeito pleno pela soberania nacional.

Queridos camaradas, Em condições diferentes, a luta do povo português e do povo

angolano tiveram no passado objectivos comuns contra um inimigo comum: o regime fascista e colonialista. Foi por isso, com profunda emoção, que ouvimos nesta mesma tribuna, o camarada presidente Agostinho Neto, numa passagem do relatório do Comité Central do MPLA a este histórico Congresso, evocar os laços de fraternal cooperação e camaradagem que nos tempos do regime colonial fascista sempre existiram entre os militantes do nosso Partido e os militantes do MPLA, laços forjados sob os princípios do internacionalismo proletário na dureza de muitas lutas comuns.

No momento em que o Movimento Popular de Libertação de Angola se constitui em partido guiado pela ideologia do proletariado, queremos assegurar-vos que, tal como nos difíceis anos da clandestinidade, poderéis sempre contar com a solidariedade e o apoio indefectíveis dos comunistas portugueses.

Desejamos os maiores sucessos ao vosso primeiro Congresso e estamos certos de que as resoluções que nele serão tomadas darão um contributo decisivo para o aprofundamento das grandes conquistas revolucionárias do povo angolano no caminho ruidoso do socialismo. Tudo faremos para que os sólidos laços de amizade fraternal existentes entre os nossos dois partidos, se reforcem e se desenvolvam, no interesse da classe operária, dos trabalhadores e do povo de Portugal, no interesse da classe operária, dos trabalhadores e do povo de Angola.

Gloria eterna aos heróis caídos pela libertação da Pátria angolana! Viva o I Congresso do MPLA! Viva o Partido irmão MPLA — Partido do Trabalho! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o MPLA — Partido do Trabalho, entre o povo português e o povo angolano! Viva o Internacionalismo Proletário!



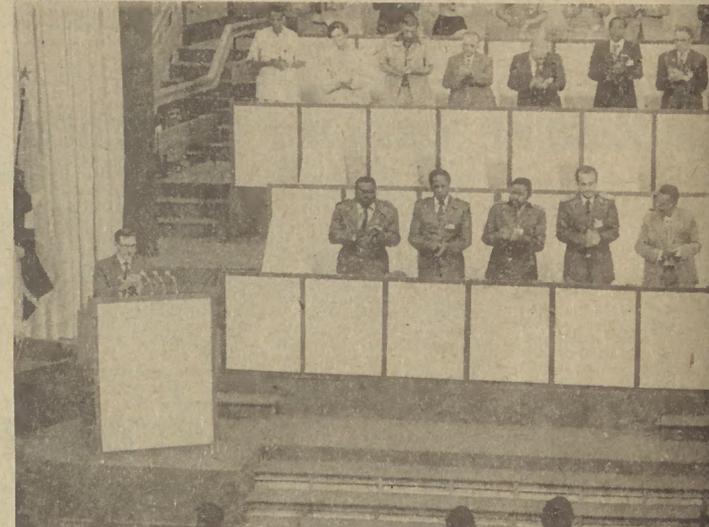
No final dos trabalhos do Congresso, o camarada Iko Carreira, ministro da Defesa da RPA, entrega ao camarada Presidente Agostinho Neto a condecoração que lhe foi atribuída pelo Congresso. Em primeiro plano, o belo busto de Lênine oferecido ao MPLA pelo PCUS



Os membros eleitos do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho saudados pelos delegados



Durante a intervenção do camarada A. Kirilenko que chefiou a delegação do PCUS



O camarada Raul Castro, chefe da delegação do Partido Comunista de Cuba dirige a saudação do PCC ao I Congresso



Apresentação da mensagem das FAPLA ao Congresso

«EXTRAORDINÁRIA MANIFESTAÇÃO DE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO»

"As minhas impressões sobre o Congresso do MPLA são as melhores. Posso dizer que o modo como decorreu o Congresso ultrapassou o que eu anteriormente podia imaginar declarou ao "Avante!", à chegada ao aeroporto de Lisboa, Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do PCP, que dirigia a delegação do Partido ao Congresso do MPLA.

A constituição do movimento MPLA em Partido do Trabalho, partido da classe operária, assente na sua ideologia, o marxismo-leninismo, vai ter

uma grande repercussão na reconstrução nacional de Angola e já a teve no âmbito internacional. A presença de mais de 60 delegações de partidos irmãos e de outras organizações (de facto encontravam-se no Congresso muitos partidos comunistas e outros que desenvolvem a sua acção na base da teoria do proletariado) constituiu uma grande manifestação de internacionalismo proletário. Aliás todo o Congresso foi uma extraordinária manifestação de internacionalismo proletário e as palavras de ordem referentes a este profundo espírito de solidariedade

fraternal foram constantemente repetidas pelos congressistas.

No que respeita à nossa delegação, cremos que foi mesmo muito bem acolhida. No grande comício que se realizou no final do Congresso, as palavras de ordem mais insistentemente gritadas pela multidão foram "MPLA, Partido do Trabalho", "Presidente Agostinho Neto", viva o internacionalismo proletário", "A luta continua", "A vitória é certa". Um caso que não deve passar em claro é o facto de três mulheres terem sido eleitas para o Comité Central do MPLA,

o que representa um progresso extraordinário em relação a um passado recente. Relacionado com isto, observou-se no intervalo depois da eleição do CC, o entusiasmo das mulheres delegadas, felicitando as suas companheiras eleitas e viram-se muitas lágrimas de alegria nos rostos dos homens.

Creio que os trabalhadores, a classe operária de todo o mundo se sentem felizes por contarem com mais um partido irmão como o MPLA, Partido do Trabalho, força de vanguarda na reconstrução de Angola como país livre".